



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Edital do Pregão Eletrônico n.º 036/2026*

(Regido pela Lei 14.133/21, pela Lei Complementar 123/06, pelo Decreto 8.538/15, pela IN SEGES/ME Nº 73/22, no que couber, e demais legislações aplicáveis).

Objeto: Confecção e instalação de mobiliário.

Data de abertura da sessão pública:

09/06/2026 às 14h no sítio www.gov.br/compras/pt-br

Tipo: Menor preço	Modo de disputa: Aberto	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de cota exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Processo: 6026110/2025-00			
Valor total estimado: R\$ 20.796,01		Apresentação de amostra? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (item 7.2)	Vistoria prévia? <input type="checkbox"/> Obrigatória; <input type="checkbox"/> Facultativa; <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica.
Regime de execução: Empreitada por preço global.			

Pedidos de esclarecimento e impugnações:

Até às 19h de 02/06/2026.

Os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço cpl@tst.jus.br.

Documentos de habilitação: (veja seção 8)

Requisitos básicos: 1. SICAF* ou documentos equivalentes; 2. Comprovação de capital social não inferior a 10%, quando o índice de liquidez corrente for igual ou inferior a 1. *Será emitido pelo pregoeiro durante a sessão pública.	Requisitos específicos: Apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de mobiliário para escritório.
---	---

*Para adequação ao Sistema de Compras, este pregão será lançado com o número 90036/2026.

Endereço da Coordenadoria de Licitações e Contratos: SAFS quadra 8, conjunto A, bloco A, sala A3.41. Brasília – DF. CEP: 70070-943.

Retire o edital e acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelos portais www.tst.jus.br e www.gov.br/compras/pt-br

Coordenador de Licitações e Contratos

Chefe NAACPL



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é a confecção e instalação de mobiliário, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes neste edital.

Grupo 1 – Itens 01 e 02				
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor total estimado R\$
1	Mesa ergonômica para utilização de computador CATSER: 13200	Unidade	01	3.227,66
2	Mesa auxiliar para impressora CATSER: 13200	Unidade	01	2.305,41
Item não agrupado				
3	Estante para exposição de livros CATSER: 13200	Unidade	01	15.262,94

- 1.2. É parte integrante deste edital o Termo de Referência, cujos anexos são:
- 1.2.1. Anexo I – Especificações Técnicas;
 - 1.2.2. Anexo II – Critérios para análise da amostra;
 - 1.2.3. Anexo III – Projetos Executivos.
- 1.3. Os produtos deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, preferencialmente utilizando materiais recicláveis, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia e outras especificações de acordo com suas características.

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os participantes que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 2.1.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



- 2.1.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
- 2.1.4. O uso das credenciais de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade, bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, e não caberá ao provedor do sistema ou ao TST a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido de suas credenciais, ainda que por terceiros.
- 2.1.5. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 2.1.6. O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2.2. Ficam impedidos de participar desta licitação:
 - 2.2.1. Os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, as Sociedades de Propósito Específico e as empresas estrangeiras que não funcionem no país;
 - 2.2.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.2.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.2.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



- 2.2.6. A pessoa jurídica cujo(s) sócio(s) que compõe(m) seu quadro societário incorra(m) na vedação constante do inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ 7/2005, acrescentado pela Resolução CNJ 229/2016.
- 2.3. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, observadas as normas do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.4. O pregoeiro realizará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o CNEP, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração do contrato pretendido.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no inciso I do art. 13 da IN SEGES/ME Nº 73/2022.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou deste Tribunal por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais/senhas de acesso, ainda que por terceiros.

4. Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.
- 4.1.1. As propostas deverão consignar no(s) campo(s) apropriado(s) do sistema os preços unitários e totais, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes, e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.
- 4.1.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.
- 4.2. No caso do grupo, os interessados deverão cotar **todos os itens**, sob pena de desclassificação.
- 4.3. A proposta deverá ainda especificar, quando cabíveis, nos campos apropriados do sistema: marca, modelo, fabricante, garantia e demais referências que identifiquem o produto cotado, ficando o proponente, em caso de omissão, obrigado a fornecer o bem indicado pelo TST.



- 4.4. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos indicados:
- 4.4.1. Prazo para conclusão dos serviços de, no máximo, sessenta dias corridos não consecutivos, distribuídos da seguinte forma:
- 4.4.1.1. Confecção e instalação do objeto: cinquenta dias corridos, contados da assinatura do Contrato;
- 4.4.1.2. Correção das irregularidades eventualmente listadas pela Fiscalização em sua verificação prévia do objeto: dez dias corridos contados do recebimento do Termo de Ajustes.
- 4.4.2. Prazo de garantia dos serviços e materiais empregados de, no mínimo, doze meses contados do recebimento definitivo do objeto;
- 4.4.3. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa dias.
- 4.5. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, **que deixarem de cotar todos os itens, no caso do grupo** ou as que desatendam às exigências deste edital.
- 4.6. O licitante, no ato de envio de suas propostas, deve declarar, em campo próprio do sistema, que:
- 4.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpre plenamente os requisitos de habilitação, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 4.6.5. inexistente fato superveniente que o impeça de participar do certame;



- 4.6.6. atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, com base na Lei nº 14.133/2021.
- 4.8. O licitante melhor classificado, após a fase de lances, deverá encaminhar, ainda, atendendo convocação do pregoeiro, declaração, conforme modelo do Anexo II (disponível no link: <https://www.tst.jus.br/web/aceso-a-informacao/pregao-eletronico>), a fim de resguardar este órgão quanto à prática de nepotismo vedada pela Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com as alterações introduzidas pela Resolução 229, de 22/06/2016.
- 4.8.1. A Declaração deverá ser reapresentada no momento da retirada da nota de empenho, firmada por todos os sócios que compõem o quadro societário do licitante, conforme modelo constante do Anexo III, também disponível no link indicado.

5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com duas casas decimais, sob pena de serem truncados.
- 5.2. Não serão aceitas propostas cujos valores de cada um dos itens ou do grupo sejam superiores aos valores estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 5.2.1. Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.
- 5.3. Considera-se inexequível a proposta que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.3.1. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para o item poderão ser efetuadas diligências que comprovem:
- 5.3.1.1. que o custo do licitante não ultrapassa o valor da proposta; ou



- 5.3.1.2. que existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.3.2. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de três dias úteis contados da notificação.

6. Sessão Pública do Pregão Eletrônico

- 6.1. A sessão pública deste pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá em data e hora indicadas exclusivamente no sistema eletrônico e obedecerá ao rito estabelecido no Decreto 8.538/15 e na IN SEGES/ME Nº 73/2022.
- 6.1.1. Por força do disposto no art. 13, inciso IV da IN SEGES/ME Nº 73/22, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.2. A partir do horário previsto neste edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.
- 6.2.1. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação àquela mais bem classificada.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente essas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes (chat).
- 6.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de R\$ 1,00 (um real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme disposto no § 2º do art. 21 da IN SEGES/ME Nº 73/2022.
- 6.6.1. Caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.6.2. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.



- 6.7. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 6.7.1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica em sua retirada do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 6.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.9. Na fase de lances, a disputa será por item e, no caso do grupo, a classificação final será pelo valor global.
- 6.9.1. Não se recomenda concentrar o esforço de redução em apenas um dos itens que integram o grupo, pois a incompatibilidade de um deles com o respectivo valor estimado pode levar à desclassificação da respectiva empresa proponente, nos termos do item 7.5.1.
- 6.10. No caso do grupo, a cada lance ofertado por item, o Sistema atualizará automaticamente o valor global.
- 6.10.1. A empresa que ofertar o menor valor global para o grupo será classificada em primeiro lugar pelo critério de Julgamento por Preço Global – Lote.
- 6.10.2. A desclassificação de um único item implicará a desclassificação da proposta global.
- 6.11. **MODO DE DISPUTA – ABERTO:** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de envio de lances será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, sendo os licitantes convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11.5. Encerrada a etapa de que trata o item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



- 6.12. No caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.13. **Se estiverem participando do certame microempresas e empresas de pequeno porte, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo art. 5º do Decreto 8.538/15.**

7. Julgamento das Propostas e Habilitação

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.
- 7.1.1. O pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado em primeiro lugar, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, sendo inadmissível negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado.
- 7.1.3. A negociação será realizada exclusivamente pelo sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.1.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada da declaração de nepotismo de que trata o item 4.8, e, se for o caso, dos documentos complementares necessários.
- 7.1.4.1. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período a critério do pregoeiro, ou por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro.
- 7.2. **AMOSTRAS - O pregoeiro, mediante notificação a ser efetuada por meio do canal de comunicação (chat) no decorrer da sessão, irá solicitar ao participante melhor classificado a apresentação de amostras dos produtos cotados, no prazo improrrogável de até dez dias úteis, a contar da convocação, para verificação da conformidade com as especificações, observados os seguintes procedimentos:**
- 7.2.1. As amostras deverão ser entregues em trechos simulando componentes específicos dos itens, conforme detalhamento a seguir:
- 7.2.1.1. **Item 01 - mesa ergonômica para utilização de computador**



- Trecho de 25x25cm simulando o tampo inferior da mesa, portanto, com as seguintes características (ver detalhe 02 da prancha 06/08 do Anexo I do Termo de Referência): confeccionado em MDF de 15mm com uma borda de MDF duplo (15mm+9mm=24mm), boleada (180º) no próprio MDF; revestido em couro sintético preto. O revestimento em couro deverá cobrir toda a face superior e os topos, avançando na face inferior o suficiente para que se garanta um bom acabamento.

7.2.1.2 Item 02 - mesa auxiliar para impressora

- Trecho de 25x25cm simulando os painéis decorativos da caixa externa, portanto, com as seguintes características: de dupla espessura, confeccionado em chapas de MDF (inferior de 15mm de espessura e superior de 9mm de espessura) com bordas retas; superfície inferior revestida em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar; topos da chapa inferior revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes; superfície superior revestida, em todas as faces aparentes, em lâmina de madeira natural sapele pommele (no mesmo padrão do mobiliário existente nos gabinetes de ministros) com acabamento em verniz PU brilhante e com um friso de 10mm de largura e 9mm de profundidade, com fundo pintado com laca PU texturizada preta (referência M168) da Sayerlack ou similar (ver parte superior da prancha 03/08 e item 1.6 do item 2 - mesa auxiliar - das especificações técnicas do Anexo I do Termo de Referência).

7.2.1.3 Item 03 – Estante para exposição de livros

- Trecho de 25x25cm de MDF revestido por lâmina de madeira natural sapele pommele (no mesmo padrão do mobiliário existente nos gabinetes de ministros) com acabamento em verniz PU brilhante;
- Trecho de 25x25cm de MDF revestido por lâmina de madeira natural ébano (no mesmo padrão do mobiliário existente nos gabinetes de ministros) com acabamento em verniz PU fosco;



- Trecho de 25x25cm de laminado melamínico de alta pressão na cor cinza texturizada (ref.: Fórmica L139 ou Platina Cinza Office Gray da Perstop ou similar).
- 7.2.2. A avaliação das amostras será feita com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o critério de sua compatibilidade com as Especificações Técnicas e o projeto.
- 7.2.3. O prazo estabelecido pelo pregoeiro refere-se à entrega do produto no TST e não à data de despacho/postagem.
- 7.2.3.1. Não será analisada amostra entregue após a data estabelecida pelo pregoeiro;
- 7.2.3.2. O ônus da apresentação da amostra é de responsabilidade da Licitante.
- 7.2.4. As amostras deverão estar devidamente e individualmente embaladas, lacradas e identificadas com o número do certame, o número do item, o CNPJ, o nome ou razão social da licitante e o telefone para contato.
- 7.2.5. As amostras deverão ser entregues, a expensas da licitante, na Seção de Controle Patrimonial do TST, localizada no SAFS quadra 8, conjunto A, Bloco A, subsolo, Brasília-DF, CEP: 70070-943, telefones: 3043-4097 ou 3043-7650, e-mail: scpat@tst.jus.br, e serão analisada(s) com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o critério de sua compatibilidade com a especificação, sendo submetidas à análise conforme metodologia descrita no Anexo II do Termo de Referência.
- 7.2.6. Os licitantes poderão acompanhar a avaliação da amostra, desde que se manifestem até a data da entrega da amostra, mediante e-mail para o endereço eletrônico constante do subitem anterior.
- 7.2.7. A aceitação da proposta fica condicionada à aprovação da amostra, e o licitante que não apresentar amostra, apresentar fora do prazo estabelecido ou apresentá-la em desacordo com as especificações será desclassificado e o licitante subsequente convocado.
- 7.2.8. A amostra entregue pela proponente vencedora permanecerá com a Fiscalização para comparação quando do recebimento dos demais produtos e será devolvida à empresa contratada após o recebimento definitivo do objeto.
- 7.2.9. A partir da data em que for homologado o processo licitatório, as amostras recusadas serão descartadas.
- 7.3. **Previamente à tentativa de negociação, à solicitação de envio da proposta ajustada, de documentos complementares e/ou de amostras, conforme o caso, o**



pregoeiro irá verificar se o licitante está conectado e acompanhando a sessão pública. Será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos para que ele se manifeste por meio do chat em resposta à indagação. Se esgotado o referido prazo, o licitante não se manifestar, terá sua proposta desclassificada, com fundamento no disposto no art. 13, inciso IV da IN SEGES/ME Nº 73/22, sem prejuízo das sanções pertinentes.

- 7.4. Examinada(s) a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 7.5. **O pregoeiro realizará a aceitação das propostas, sendo que, para o grupo, será impossível aceitar parte dos itens.**
- 7.5.1. O preço ofertado final de cada item que integra o grupo deve ser compatível com o valor estimado para a respectiva contratação.
- 7.6. Será desclassificada a proposta que:
- 7.6.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 7.6.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 7.6.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- 7.6.4. apresente preço final superior ao estimado, ou que apresente preço manifestamente inexequível, nos termos do item 5.3 deste edital;
- 7.6.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 7.7. Em seguida, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.8. Constatado o atendimento pleno das exigências contidas no edital, o proponente será declarado vencedor.
- 7.9. Se a proposta for desclassificada ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.
- 7.10. Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.
- 7.11. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da notificação.
- 7.12. Se um dos licitantes estiver impedido de participar em licitações ou tiver sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, será afastado do certame sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.13. O pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado



registrado e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 7.14. **A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame somente deverá(ão) encaminhar proposta(s), declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente solicitado pelo pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (*chat*), sob pena de serem descartados.**
- 7.15. O sistema eletrônico produzirá automaticamente Termo de Julgamento, imediatamente após o encerramento da sessão pública, o qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br) e nele serão registradas as ocorrências relevantes.

8. Requisitos de Habilitação dos Licitantes

- 8.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, podendo os licitantes deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do referido Sistema de Cadastramento.
- 8.1.1. Será verificada a situação do licitante no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), haja vista o disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei 10.522/2002.
- 8.1.2. Caso conste registro no CADIN, a licitante deverá encaminhar declaração, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital.
- 8.1.2.1. A apresentação de declaração falsa durante a licitação ensejará a aplicação de sanção, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.4. A habilitação, no que tange à **regularidade fiscal**, far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais do domicílio ou sede do licitante, quando for o caso.
- 8.5. A **regularidade trabalhista** do licitante deverá ser comprovada mediante certidão negativa, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do



Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.6. Para comprovação da qualificação **econômico-financeira**, serão exigidos:

8.6.1. Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um, o que deverá ser comprovado por meio da apresentação de Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**.

8.6.1.1. As empresas que apresentarem ILC igual ou menor do que um quando de sua habilitação, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar capital social no valor mínimo de dez por cento do valor da contratação resultante da licitação.

8.6.1.2. Após 30 de abril, serão considerados válidos, para fins de habilitação, apenas os balanços patrimoniais do ano anterior, sendo que, se adotada a Escrituração Contábil Digital, as empresas vinculadas ao Sped só estarão obrigadas a apresentar o balanço do ano anterior após o último dia útil do mês de junho.

8.6.1.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.7. A **qualificação técnica** será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de mobiliário para escritório.

8.7.1. A empresa cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de produto compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica.

8.7.2. Caso entenda necessário, o pregoeiro, por meio de diligência, poderá solicitar ao licitante a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações pertinentes, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.8. Disposições gerais sobre habilitação:



- 8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, se for o caso, serão enviados por meio do sistema, no **prazo de duas horas** contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.8.1.1. O prazo para envio poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado e justificado pelo interessado no chat da sessão pública ou por e-mail antes de expirado o prazo inicial estabelecido.
- 8.8.1.2. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.
- 8.8.2. Após o envio dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 8.8.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já enviados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.8.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.8.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.8.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.
- 8.8.5. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.
- 8.8.6. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos no presente edital.
- 8.8.7. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.
- 8.8.8. **Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 8.538, de 06/10/15, com as alterações trazidas pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/2016.**



- 8.8.9. No ato de assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela Contratada durante a vigência contratual.

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Em até **três dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 9.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.1.1.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os **pedidos de esclarecimento** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet (e-mail), para o endereço indicado na folha de rosto, em mensagens escritas que **não podem conter qualquer tipo de anexo**, nem serem encaminhados após as 19 horas do último dia do prazo, sob pena de serem descartadas, **assim como as impugnações que não observarem as mesmas restrições de prazo, forma e conteúdo**.
- 9.2.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimento no prazo de três dias úteis da data do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica a plena aceitação pelos interessados das condições nela estabelecidas.
- 9.4. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata, no prazo de 10 minutos concedido na sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, tendo três dias para apresentar as razões de recurso, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 9.4.1. Os demais licitantes ficam, desde logo, notificados a apresentar contrarrazões em igual prazo contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da



- interposição do recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.4.2. O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, deverá ser efetuado somente por meio do sistema eletrônico.
- 9.4.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.4.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.4.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.4.6. Se não reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, o pregoeiro encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.5. Os autos do processo administrativo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-la pelo e-mail cpl@tst.jus.br.

10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após a homologação do resultado desta licitação, o TST convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital e, no caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, deverá ser entregue declaração de que é regularmente inscrita neste sistema tributário, conforme inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 10.1.1. Para fins de assinatura eletrônica do contrato, a empresa adjudicatária deverá cadastrar representante ou procurador no Sistema Eletrônico de Informações do TST, no prazo de 2 dias úteis, contados da adjudicação.
- 10.1.2. O cadastro deverá ser realizado pelo link https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.
- 10.1.3. Será permitido o cadastramento de até 5 representantes ou procuradores.
- 10.1.4. Realizado o cadastro do representante ou procurador, o instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de 2 dias úteis, contados da liberação para assinatura externa.



- 10.1.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 10.1.5. O descumprimento injustificado dos prazos assinalados sujeitará à adjudicatária ou contratada às sanções previstas no item 18.3 deste edital e ainda à perda do direito à contratação.
- 10.1.6. O prazo tem início na data de envio do contrato, excluindo-se da contagem o dia do envio e incluindo-se o do vencimento.
- 10.1.7. As notificações ou convocações enviadas ao e-mail da licitante constante da proposta de preço ou de qualquer outro documento enviado na sessão pública do pregão eletrônico serão reputadas entregues, independente de confirmação de recebimento.
- 10.1.8. Aplicam-se às regras desse item nos casos de convocação para assinatura de aditamentos, termo de rescisão ou qualquer outro instrumento derivado da contratação.
- 10.2. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.3. Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, a Contratada obriga-se a entregar os produtos conforme especificações e condições contidas neste edital e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 10.4. Quando o proponente vencedor não comprovar sua habilitação por ocasião da assinatura do contrato ou recusar-se a assiná-lo no prazo e condições estabelecidos, é facultado ao TST convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor, após comprovada a habilitação.
- 10.5. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite a contratação nos termos propostos no item anterior, o TST poderá:
- 10.5.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima daquele ofertado pelo proponente vencedor da licitação;
- 10.5.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação prevista no item anterior.



11. Vigência do Contrato

11.1. A vigência do contrato será da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

11.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

12. Fiscalização da Execução Contratual

12.1. A execução do objeto deste pregão eletrônico será fiscalizada por um servidor, ou comissão de servidores, designados pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

12.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

12.2.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;

12.2.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

12.2.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.2.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Gestão e Apoio à Fiscalização de Contratos - CGFC os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

12.2.5. Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT para fins de liquidação e pagamento;

12.2.6. Indicar à contratada endereço eletrônico para o recebimento da documentação complementar exigida em contrato.

12.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

13.1. O objeto da presente licitação será recebido das seguintes formas:



- 13.1.1. **Provisória**, mediante termo detalhado a ser emitido pelos fiscais técnico e administrativo, em até três dias úteis após o registro do recebimento da nota fiscal no Portal do SIGEO-JT;
- 13.1.2. **Definitiva**, mediante termo detalhado, a ser emitido pelo gestor do contrato, em até dois dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
- 13.2. O registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT deverá ser realizado pelo gestor ou pelos fiscais técnico ou administrativo, no prazo de um dia útil a contar do recebimento da notificação do cadastro da nota fiscal no referido sistema.
- 13.3. O termo do recebimento provisório poderá ser dispensado, caso a fiscalização seja exercida apenas pelo gestor e pelo gestor suplente.
 - 13.3.1. O gestor emitirá o termo de recebimento definitivo no prazo de cinco dias úteis a contar do registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT.
- 13.4. A conclusão da etapa de confecção e instalação do objeto será formalizada por meio de um Termo de Entrega emitido pela Fiscalização e assinado pela Contratada.
 - 13.4.1. Após o recebimento do Termo de Entrega, a Fiscalização terá 5 (cinco) dias úteis para fazer uma verificação prévia do objeto e emitir, caso necessário, um Termo de Ajustes, no qual serão listadas as irregularidades a serem sanadas pela Contratada no prazo estabelecido em 4.4.1.2.
 - 13.4.2. Caso não sejam constatadas irregularidades durante a verificação prévia da Fiscalização, será emitido Termo de Recebimento Provisório do objeto com a data constante do Termo de Entrega.
 - 13.4.3. Em outro caso, depois de sanadas as pendências listadas no Termo de Ajustes, será emitido o Termo de Recebimento Provisório do objeto, com a data em que a Contratada comunicar à Fiscalização a conclusão da solução das irregularidades.
 - 13.4.4. O Termo de Entrega não deverá ser confundido com o Termo de Recebimento Provisório, bem como o Termo de Ajustes não deverá ser confundido com o Termo de Recusa.
- 13.5. Fica a critério da Contratada a utilização de parte do prazo de correção de irregularidades (item 4.4.1.2) para a confecção e instalação do objeto (item 4.4.1.1) e vice-versa, desde que a soma dos prazos não exceda os 60 dias estabelecidos no item 4.4.1.
 - 13.5.1. No caso de todo o prazo ser consumido na confecção e instalação do objeto, não haverá verificação prévia pela Fiscalização uma vez que não haverá



prazo para correção de irregularidades. Será seguido exclusivamente o procedimento estabelecido no item 13.1.

13.6. Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

13.6.1. Só se iniciam e vencem prazos em dias úteis e de expediente no Tribunal Superior do Trabalho.

13.7. Os produtos entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada e obrigada a substituí-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

13.7.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

13.8. Para o recebimento definitivo, o Contratante poderá efetuar testes nos produtos entregues.

13.8.1. A metodologia para análise dos materiais entregues será a mesma descrita no Anexo II do Termo de Referência, no que couber.

13.9. Um representante da Contratada poderá acompanhar a avaliação do material, desde que se manifeste até o dia anterior à data da entrega, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas.

13.10. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada produto fornecido e instalado e estará obrigada a repor aquele que apresentar defeito no prazo determinado pelo Contratante.

13.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

14. Condições de Pagamento

14.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

14.1.1. As notas fiscais deverão acompanhar o material a ser entregue na Seção de Controle de Material do TST, situada no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), quadra 8, conjunto A, bloco A, subsolo, sala S.240, CEP 70070-943, Brasília-DF, (61) 3043-4057 ou (61) 3043-3133.



- 14.1.2. A nota fiscal deverá corresponder ao objeto recebido e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, notificará a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 14.1.3. As faturas serão entregues exclusivamente à Fiscalização do Contrato e deverão estar acompanhadas da documentação exigida neste edital, por meio de endereço eletrônico, para fins de liquidação e pagamento das despesas.
- 14.1.4. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de atesto, liquidação e pagamento.
- 14.1.5. Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.
- 14.1.6. No decorrer da execução contratual, poderá ser alterado o local da entrega da nota fiscal, mediante prévia notificação à Contratada.
- 14.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será feita comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa executada, para efeito de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133/21.
- 14.3. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, no ato de assinatura do contrato ou entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste edital, e utilizará o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Reajustamento dos Preços

- 15.1. Os preços poderão ser reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data do orçamento estimado a que ela se refere, em 11/05/2026, ou da data do último reajuste, limitada à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou de outro índice que passe a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P, \text{ onde:}$$

- a) para o primeiro reajuste:



- R = reajuste procurado;
I = índice relativo ao mês de reajuste;
Io = índice relativo ao mês do orçamento estimado;
P = preço atual dos serviços.

b) para os reajustes subsequentes:

- R = reajuste procurado;
I = índice relativo ao mês do novo reajuste;
Io = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;
P = preço do serviço atualizado até o último reajuste efetuado.

- 15.2. Sob nenhuma hipótese ou alegação será concedido reajuste retroativo à data em que a Contratada legalmente faria jus se ela não fizer o respectivo pedido de reajuste dentro da vigência do contrato.
- 15.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou impeditivos da execução do ajustado, poderá ser admitida a revisão do valor pactuado, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 15.4. O valor e a data do reajuste serão informados mediante apostila.
- 15.5. Ocorre a preclusão do direito ao reajuste quando a Contratada firma termo aditivo de prorrogação, sem solicitar os novos valores.
- 15.6. Cabe à Contratada solicitar a inclusão, no termo aditivo a ser firmado, de cláusula com o fim de resguardar o direito em pleitear a futura revisão dos preços contratuais por reajuste.
- 15.7. O pedido de reajuste deverá ser enviado por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações do TST - Módulo de Peticionamento Eletrônico, mediante a realização de cadastro do interessado, disponível no seguinte endereço eletrônico:
<https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_org_ao_acesso_externo=0>.
- 15.7.1. Em caso de dúvidas, entrar em contato com o Núcleo de Análise de Alterações Contratuais da Coordenadoria de Gestão e Apoio à Fiscalização de Contratos - NAAC/CGFC, através do e-mail: naac@tst.jus.br - telefone: (61) 3043-4095.

16. Obrigações da Contratada

- 16.1. Entregar e instalar os produtos no prazo determinado e na quantidade cotada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo Contratante.



- 16.2. Substituir, a suas expensas, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações deste edital ou aqueles que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
- 16.2.1. A Contratada deverá retirar o produto ou componente recusado no momento da entrega do correto.
- 16.2.2. O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo a Administração dar a destinação que julgar conveniente ao produto abandonado em suas dependências.
- 16.3. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao fornecimento do produto, bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 16.4. Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
- 16.4.1. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.
- 16.5. Fornecer, na ocasião da entrega dos produtos, o termo de garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 12 meses, contados da data do recebimento definitivo.
- 16.6. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de dez dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária a sua comprovação.
- 16.7. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 16.8. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.
- 16.9. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 16.10. A Contratada não será responsável:
- 16.10.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 16.10.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.
- 16.11. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.



17. Obrigações do TST

17.1. O TST, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste edital;

17.1.2. Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado; e

17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais.

17.1.3.1. As solicitações de atestado de capacidade técnica devem ser feitas à Secretaria de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, por meio de requerimento formal, no qual devem constar a razão social da contratada, o número da inscrição no CNPJ, o objeto contratado e o número do Contrato e/ou da Nota de Empenho.

17.1.3.2. O requerimento deve ser enviado por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações do TST - Módulo de Peticionamento Eletrônico, mediante a realização de cadastro do interessado, disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0>.

17.1.3.3. Em caso de dúvidas, entrar em contato com o NCP – Núcleo de Cadastramento Processual, por meio do endereço eletrônico: ncp@tst.jus.br.

18. Sanções para o Caso de Inadimplemento

18.1. Fundamentado nos artigos 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, serão aplicadas as seguintes sanções ao licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas:

18.1.1. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando:

18.1.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.2.2. Der causa à inexecução total do contrato;

18.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- 18.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 18.1.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) até 6 (seis) anos, quando:
 - 18.1.3.1. Praticar as infrações previstas no item 18.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
 - 18.1.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 18.1.3.3. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 18.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 18.1.3.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 18.1.3.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.2. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento) do respectivo valor total.
 - 18.2.1. Nessa hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 18.1 deste edital, como também a inexecução total contratual.
- 18.3. No caso de atraso no cumprimento do prazo de assinatura do contrato, assinalados no item 10.1 deste edital, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado, até o limite de 15% (quinze por cento).
- 18.4. Sanções pecuniárias aplicáveis à Contratada poderão ser substituídas pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.
- 18.5. A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação poderá resultar na rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei, caso a Contratada não regularize a situação no prazo de 30 dias.



- 18.6. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.
- 18.8. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 18.8.1. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08, conjunto A, bloco A, térreo, sala T-18, Brasília-DF, CEP 70.070-943, fones: (061) 3043-4096, e-mail: sgcon@tst.jus.br.
- 18.8.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.
- 18.8.3. Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

19. Da Proteção de Dados

- 19.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital.
- 19.2. O Tribunal Superior do Trabalho figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.
- 19.3. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.



- 19.4. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do TST, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste edital, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.
- 19.4.1. Eventualmente, as partes podem ajustar que o TST será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item 19.4.
- 19.5. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TST, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item.
- 19.6. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do contrato objeto deste edital, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:
- 19.6.1. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- 19.6.2. Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- 19.6.3. Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;
- 19.7. O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo TST, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 19.8. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

20. Generalidades

- 20.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48 e a UASG é 080001.
- 20.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, nos termos do art. 47 da IN SEGES/ME Nº 73/22.
- 20.3. No curso da contratação, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não



prejudique a execução contratual, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão contratual.

- 20.4. Em consonância com a Resolução 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional da Justiça, constante do Anexo I, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 20.4.1. A vedação constante no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
- 20.5. É de responsabilidade do Proponente o conhecimento das características dos produtos relacionados no objeto desta licitação.
- 20.6. Em caso de discrepância entre o Edital, seus anexos e os dados incluídos no sistema Comprasnet, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.
- 20.7. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@tst.jus.br.
- 20.8. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.tst.jus.br e www.gov.br/compras/pt-br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.



ANEXO I

RESOLUÇÃO CNJ Nº 7, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

I - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados;

II - o exercício, em Tribunais ou Juízos diversos, de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

III - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

IV - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

V - a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexistência de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; ([Redação dada pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

§ 1º Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, e que o outro servidor também seja titular de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante da incompatibilidade. ([Redação dada pela Resolução nº 181, de 17.10.13](#))

§ 2º A vedação constante do inciso IV deste artigo não se aplica quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))



Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação. (Redação dada pela Resolução nº 9, de 06.12.05)

Art. 4º O nomeado ou designado, antes da posse, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada na forma do artigo 2º.

Art. 5º Os Presidentes dos Tribunais, dentro do prazo de noventa dias, contado da publicação deste ato, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas, nas situações previstas no art. 2º, comunicando a este Conselho.

Parágrafo único Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º O Conselho Nacional de Justiça, em cento e oitenta dias, com base nas informações colhidas pela Comissão de Estatística, analisará a relação entre cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, em todos os Tribunais, visando à elaboração de políticas que privilegiem mecanismos de acesso ao serviço público baseados em processos objetivos de aferição de mérito.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Relação familiar		
I - Cônjuge ou companheiro.		
II - Relação de parentesco até o 3º grau, inclusive.		
II.1 - Parentesco natural e civil.		
Linha reta	Ascendente	a) pais - 1º grau b) avós - 2º grau c) bisavós - 3º grau
	Descendente	a) filhos - 1º grau b) netos - 2º grau c) bisnetos - 3º grau
Linha colateral		a) irmãos - 2º grau b) tios e sobrinhos – 3º grau
II.2 - Parentesco por afinidade		
Linha reta	Ascendente	a) sogros (pais do cônjuge ou companheiro) - 1º grau b) padrasto ou madrasta - 1º grau c) padrasto ou madrasta do cônjuge ou companheiro - 1º grau d) avós do cônjuge ou companheiro - 2º grau e) bisavós do cônjuge ou companheiro - 3º grau
	Descendente	a) genro ou nora (cônjuge ou companheiro dos filhos) - 1º grau b) enteados (filhos do cônjuge ou companheiro) - 1º grau c) filhos dos enteados (netos do cônjuge ou companheiro) - 2º grau d) netos dos enteados (bisnetos do cônjuge ou companheiro) - 3º grau
Linha colateral		a) cunhados - 2º grau b) tios e sobrinhos do cônjuge ou companheiro - 3º grau



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 036/2026, não haver no quadro societário da empresa identificada acima cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do Tribunal Superior do Trabalho situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

A presente Declaração abrange um período de seis meses anteriores a esta data.

Local e data

Representante da empresa



ANEXO III

DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Na condição de sócio(s) da empresa identificada acima, para fins de contratação decorrente do Pregão Eletrônico n.º 036/2026 declaro(amos) não incorrer na vedação do inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ 7/2005, acrescentado pela Resolução CNJ 229/2016.

A presente Declaração abrange um período de seis meses anteriores a esta data.

Local e data

Sócio 1

Sócio 2

Sócio 3



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Declaro que essa empresa se compromete a regularizar sua situação junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) previamente à assinatura do contrato/retirada da nota de empenho, em respeito ao disposto no art. 6º-A da Lei 10.522/2002, sob pena de aplicação de sanção, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

Local e data

Representante da empresa



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 01/2026
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO

1 OBJETO

1.1 Confecção e instalação de mobiliário, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1

Grupo 01 – Itens 01 e 02			
Item	Especificação	Unidade de fornecimento	Quant.
1	Mesa ergonômica para utilização de computador CATSER: 01320-0 Código do SIGEO: 151012026000375	Und.	01
2	Mesa auxiliar para impressora CATSER: 1320-0 Código do SIGEO: 151012026000375	Und.	01
Itens não agrupados			
3	Estante para exposição de livros CATSER: 619551 Código do SIGEO: 151012026000375	Und.	01

A presente proposta de aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), código 151012026460493.

- 1.2 A descrição detalhada do objeto consta do Anexo I deste Termo de Referência.
- 1.3 Os produtos deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, preferencialmente utilizando materiais recicláveis, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia, validade e outras especificações, de acordo com suas características;
- 1.4 A proposta deverá especificar, quando cabíveis: marca, modelo, garantia, fabricante, custos unitários e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto cotado;
- 1.5 O preço final deverá incluir todos os tributos e despesas, inclusive frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.
- 1.6 O **período de garantia** dos produtos será o definido pelo fabricante, devendo ser de, no mínimo, 12 meses, contados do recebimento definitivo do objeto.

2 JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa da aquisição:

- 2.1.1 Mobiliário destinado a atender à demanda de adequação das estações de trabalho disponibilizadas aos senhores ministros para a utilização de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

computadores, por meio da substituição das mesas existentes por outras que atendam aos critérios de ergonomia.

- 2.1.2 Garantir, por meio da concepção de projeto específico, que a estante para exposição de livros a ser inserida na sala de Ministro siga o padrão estético já estabelecido para esses ambientes, assegurando a harmonização com o conjunto de mobiliário preexistente.
- 2.2 Justificativa para formação do grupo1;
 - 2.2.1 Ressalta-se que os itens de nº 01 e 02 foram agrupados em lote devido à necessidade de padronização de processos executivos, materiais utilizados e acabamentos, uma vez que a mesa ergonômica e a mesa auxiliar compõem um conjunto cujas características devem ser iguais.
- 2.3 Da Adoção de Critérios de Sustentabilidade:
 - 2.3.1 Optou-se pela adoção de critério de sustentabilidade neste documento, como a inclusão de bens constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, reciclável, reciclado, e/ou biodegradável e bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento e a destinação final adequada. Tal medida baseia-se em uma nova mentalidade presente em toda a Justiça do Trabalho, que visa privilegiar iniciativas voltadas à proteção ambiental, como comprova o Guia de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho, o qual tem como meta estimular o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental entre os atores envolvidos nos processos de contratações de bens e serviços da Justiça do Trabalho.
 - 2.3.2 Tal medida baseia-se em uma nova mentalidade presente em toda a Justiça do Trabalho, que visa privilegiar iniciativas voltadas à proteção ambiental, como comprova o Guia de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho, o qual tem como meta estimular o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental entre os atores envolvidos nos processos de contratações de bens e serviços da Justiça do Trabalho;
 - 2.3.3 A implementação dessas práticas e critérios está alinhada à Lei nº 14.133/2021, que prevê o desenvolvimento sustentável como princípio e objetivo das contratações públicas; à Resolução CNJ nº 400/2021, que trata da política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário; e ao ODS12 da Agenda 2030, que aborda a promoção de práticas de compras públicas sustentáveis (meta 12.7).
- 2.4 Justificativa para exigência de amostras
 - 2.4.1 A exigência de apresentação de amostra para os itens mesa ergonômica para utilização de computador e mesa auxiliar para impressora fundamenta-se no Art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021, sendo indispensável para que a Comissão de Contratação verifique a compatibilidade do produto ofertado com as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.



3 PRAZOS

- 3.1 O prazo para conclusão dos serviços é de 60 (sessenta) dias corridos não consecutivos, distribuídos da seguinte forma:
 - 3.1.1 Confecção e instalação do objeto pela Contratada: 50 (cinquenta) dias corridos, contados da assinatura do Contrato;
 - 3.1.2 Correção das irregularidades eventualmente listadas pela Fiscalização em sua verificação prévia do objeto: 10 (dez) dias corridos contados do recebimento do Termo de Ajustes.
- 3.2 A conclusão da etapa de confecção e instalação do objeto será formalizada por meio de um Termo de Entrega emitido pela Fiscalização e assinado pela Contratada.
- 3.3 Contados a partir da data do Termo de Entrega, a Fiscalização terá 5 (cinco) dias úteis para fazer uma verificação prévia do objeto e emitir, caso necessário, um Termo de Ajustes, no qual serão listadas as irregularidades a serem sanadas pela Contratada no prazo estabelecido em 3.1.2.
 - 3.3.1 Nesse caso, depois de sanadas as pendências listadas no Termo de Ajustes, será emitido o Termo de Recebimento Provisório do objeto, com a data em que a Contratada comunicar à Fiscalização a conclusão da solução das irregularidades.
 - 3.3.2 Caso não sejam constatadas irregularidades durante a verificação prévia da Fiscalização, será emitido Termo de Recebimento Provisório do objeto com a data constante do Termo de Entrega.
 - 3.3.3 O Termo de Entrega não deverá ser confundido com o Termo de Recebimento Provisório bem como o Termo de Ajustes não deverá ser confundido com o Termo de Recusa (ver item 9 – Condições de recebimento do objeto).
- 3.4 Fica a critério da Contratada a utilização de parte do prazo de correção de irregularidades (item 3.1.2) para a confecção e instalação do objeto (item 3.1.1) e vice-versa, desde que a soma dos prazos não exceda os 60 dias estabelecidos no item 3.1.
 - 3.4.1 No caso de todo o prazo ser consumido na confecção e instalação do objeto, não haverá verificação prévia pela Fiscalização uma vez que não haverá prazo para correção de irregularidades. Será seguido exclusivamente o procedimento estabelecido no item 7 - Condições de recebimento do objeto.
- 3.5 Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.
 - 3.5.1 Só se iniciam e vencem prazos em dias úteis e de expediente no Tribunal Superior do Trabalho.
- 3.6 Havendo pedido de prorrogação do prazo de entrega, este somente será concedido em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, e deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de um dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

3.6.1 Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 08, Lote 1, Bloco A, Sala AT.152, Brasília-DF, CEP 70070-943, telefones (61) 3043-4096, e-mail: sgcon@tst.jus.br.

3.6.2 Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

4 CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

AMOSTRA

4.1 A proponente que oferecer menor preço deverá apresentar amostra do produto cotado, no prazo improrrogável de até 10 dias úteis, a contar da convocação.

4.1.1 As amostras deverão ser entregues em trechos simulando componentes específicos dos itens, conforme detalhamento a seguir:

4.1.1.1 Item 01 - mesa ergonômica para utilização de computador

- Trecho de 25x25cm simulando o tampo inferior da mesa, portanto, com as seguintes características (ver detalhe 02 da prancha 06/08): confeccionado em MDF de 15mm com uma borda de MDF duplo (15mm+9mm=24mm), boleada (180°) no próprio MDF; revestido em couro sintético preto. O revestimento em couro deverá cobrir toda a face superior e os topos, avançando na face inferior o suficiente para que se garanta um bom acabamento.

4.1.1.2 Item 02 - mesa auxiliar para impressora

- Trecho de 25x25cm simulando os painéis decorativos da caixa externa, portanto, com as seguintes características: de dupla espessura, confeccionado em chapas de MDF (inferior de 15mm de espessura e superior de 9mm de espessura) com bordas retas; superfície inferior revestida em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar; topos da chapa inferior revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes; superfície superior revestida, em todas as faces aparentes, em lâmina de madeira natural sapele pommele (no mesmo padrão do mobiliário existente nos gabinetes de ministros) com acabamento em verniz PU brilhante e com um friso de 10mm de largura e 9mm de profundidade, com fundo pintado com laca PU texturizada preta (referência M168) da Sayerlack ou similar (ver parte superior da prancha 03/08 e item 1.6 das especificações).

4.1.1.3 Item 03 – Estante para exposição de livros

- Trecho de 25x25cm de MDF revestido por lâmina de madeira natural sapele pommele (no mesmo padrão do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

mobiliário existente nos gabinetes de ministros) com acabamento em verniz PU brilhante;

- Trecho de 25x25cm de MDF revestido por lâmina de madeira natural ébano (no mesmo padrão do mobiliário existente nos gabinetes de ministros) com acabamento em verniz PU fosco;
- Trecho de 25x25cm de laminado melamínico de alta pressão na cor cinza texturizada (ref.: Fórmica L139 ou Platina Cinza Office Gray da Perstop ou similar).

- 4.1.2 A avaliação das amostras será feita com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o critério de sua compatibilidade com as Especificações Técnicas e o projeto.
- 4.1.3 O prazo estabelecido refere-se ao prazo de entrega das amostras no TST e não à data de despacho/postagem.
- 4.1.3.1 Não serão analisadas amostras entregues no TST após a data estabelecida.
- 4.1.3.2 O ônus da amostra é de responsabilidade da proponente.
- 4.1.4 As amostras deverão estar devidamente e individualmente embaladas, lacradas e identificadas com o número do certame ou dispensa eletrônica, o número do item, o CNPJ, o nome ou razão social da proponente e o telefone para contato.
- 4.1.5 As amostras deverão ser entregues, a expensas do proponente, na Seção de Controle Patrimonial, localizada no SAFS quadra 8, conjunto A, Bloco A, sala S-250, Brasília-DF, CEP: 70070-600, telefones: 3043-4097 ou 3043-7650, e-mail: scpat@tst.jus.br, e serão analisadas com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades do Tribunal Superior do Trabalho, segundo o critério de sua compatibilidade com a especificação, sendo submetidas à análise conforme metodologia descrita no Anexo II deste Termo de Referência.
- 4.1.6 Os licitantes poderão acompanhar a avaliação da amostra, desde que se manifestem até a data da entrega da amostra, mediante e-mail para o endereço eletrônico constante do subitem anterior.
- 4.1.7 O proponente que não apresentar amostra, apresentar fora do prazo estabelecido ou apresentá-la em desacordo com as especificações será desclassificado e o subsequente convocado.
- 4.1.8 A amostra entregue pela proponente vencedora permanecerá com a Fiscalização para comparação quando do recebimento do material e será descartada após o recebimento definitivo do objeto.
- 4.1.9 A partir da data em que for homologado o processo licitatório, as amostras reprovadas serão descartadas.
- 4.1.10 A aceitação da proposta fica condicionada à aprovação das amostras.



5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 5.1 A **qualificação técnica** será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de mobiliário para escritório.

6 VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 6.1 O prazo de vigência do contrato será da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

7 FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 7.1 O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório;
- 7.2 São atribuições da Fiscalização, entre outras:
- 7.2.1 Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
 - 7.2.2 Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
 - 7.2.3 Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - 7.2.4 Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Gestão e Apoio à Fiscalização de Contratos - CGFC os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.
 - 7.2.5 Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT para fins de liquidação e pagamento.
- 7.3 A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1 Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:
- 8.1.1 provisoriamente, mediante termo detalhado a ser emitido pelos fiscais técnico e administrativo, em até três dias úteis após o registro do recebimento da nota fiscal no Portal do SIGEO-JT;
 - 8.1.2 definitivamente, mediante termo detalhado, a ser emitido pelo gestor do contrato, em até dois dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 8.2 O registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT deverá ser realizado pelo gestor ou pelos fiscais técnico ou administrativo, no prazo de um dia útil a contar do recebimento da notificação do cadastro da nota fiscal no referido sistema.
- 8.3 O termo do recebimento provisório poderá ser dispensado, caso a fiscalização seja exercida apenas pelo gestor e pelo gestor suplente.
- 8.3.1 O gestor emitirá o termo de recebimento definitivo no prazo de 5 dias úteis a contar do registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT.
- 8.4 Os produtos entregues com defeito ou em desacordo com o especificado neste Termo de Referência ou no Instrumento Convocatório, serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-los dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer em atraso na execução contratual.
- 8.5 Para o recebimento definitivo, o Contratante poderá efetuar testes nos produtos entregues.
- 8.5.1 A metodologia para análise dos materiais entregues será a mesma descrita no Anexo II, no que couber.
- 8.6 Um representante da Contratada poderá acompanhar a avaliação do material, desde que se manifeste até o dia anterior à data da entrega, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas.
- 8.7 Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, obrigando-se a repor, no prazo estabelecido pelo Contratante, aquele que apresentar defeito.
- 9 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 9.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.
- 9.1.1 As notas fiscais deverão acompanhar o material a ser entregue na Seção de Controle de Material do TST, situada no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), quadra 8, conjunto A, bloco A, subsolo, sala S.240, CEP 70070-943, Brasília-DF, (61) 3043-4057 ou (61) 3043-3133.
- 9.1.2 O documento fiscal deverá corresponder ao material fornecido e aos respectivos valores consignados na nota de empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver entrega parcial, notificará a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 9.1.3 O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento.
- 9.1.4 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.
- 9.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será feita comunicação à empresa para emissão de Nota



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Fiscal no que tange à parcela incontroversa executada, para efeito de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133/21.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Entregar e instalar os materiais no prazo determinado e na quantidade cotada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo Contratante.
 - 10.1.1 Os materiais deverão ser entregues, a suas expensas, na Seção de Controle de Material do Tribunal Superior do Trabalho, localizada no SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, subsolo, Brasília-DF, CEP 70070-943, fones: (61) 3043-4068 e 3043-4057 e e-mail: scmat@tst.jus.br.
 - 10.1.2 Os materiais deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, entre 8 e 18 horas, exceto:
 - 10.1.2.1 Nos meses de janeiro e julho, quando deverão ser entregues entre 14 e 18 horas;
 - 10.1.2.2 No período de 20 de dezembro a 6 de janeiro do ano subsequente (recesso do judiciário), quando deverão ser entregues entre 14 e 18 horas;
 - 10.1.2.3 Quarta-feira de cinzas, quando deverão ser entregues entre 14 e 18 horas.
 - 10.1.3 Não haverá expediente no Tribunal Superior do Trabalho nos dias considerados feriados da Justiça Federal, conforme art. 62 da Lei nº 5.010/66, alterada pela Lei nº 6.741/79, além dos fixados em lei:
 - 10.1.3.1 Segunda-feira e terça-feira de carnaval;
 - 10.1.3.2 Quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira da Semana Santa;
 - 10.1.3.3 11 de agosto;
 - 10.1.3.4 1º e 2 de novembro;
 - 10.1.3.5 8 de dezembro.
 - 10.1.3.6 Também não haverá expediente no Tribunal Superior do Trabalho no dia 28 de outubro, Dia do Servidor Público, conforme art. 236 da Lei nº 8.112/90.
- 10.2 Substituir, a suas expensas, os materiais que estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou aqueles que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.;
 - 10.2.1 A Contratada deverá retirar o material recusado no momento da entrega do material correto.
 - 10.2.2 O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.
- 10.3 Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao fornecimento dos produtos, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 10.4 Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

10.4.1 Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

- 10.5 Fornecer, na ocasião da entrega dos produtos, o termo de garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 12 meses, contados da data do recebimento definitivo.
- 10.6 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de dez dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária a sua comprovação.
- 10.7 Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 10.8 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.
- 10.9 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 10.10 A Contratada não será responsável:
 - 10.10.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
 - 10.10.2 Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste Termo de Referência.
- 10.11 O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

11 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
 - 11.1.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência;
 - 11.1.2 Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado; e
 - 11.1.3 Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais.
 - 11.1.3.1 As solicitações de atestado de capacidade técnica devem ser feitas à Secretaria de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, por meio de requerimento formal, no qual devem constar a razão social da contratada, o número da inscrição no CNPJ, o objeto contratado e o número do Contrato e/ou da Nota de Empenho.
 - 11.1.3.2 O requerimento deve ser enviado por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações do TST - Módulo de Peticionamento Eletrônico, mediante a realização de cadastro do interessado, disponível no seguinte endereço eletrônico:



https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0.

11.1.3.3 Em caso de dúvidas, entrar em contato com o NCP – Núcleo de Cadastramento Processual, por meio do endereço eletrônico: ncp@tst.jus.br.

12 SANÇÕES

12.1 Fundamentado nos artigos 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, serão aplicadas ao licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

12.1.1 **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando:

12.1.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.2.2 Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.2.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.2.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.3 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) até 6 (seis) anos, quando:

12.1.3.1 Praticar as infrações previstas no item 12.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

12.1.3.2 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.3.3 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.3.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.3.5 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.3.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento) do respectivo valor total.

12.2.1 Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

sanção prevista no item 12.1.2 deste Termo de Referência, assim como a inexecução total do contrato.

13 DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 13.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.
- 13.2 O Tribunal Superior do Trabalho figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controladora dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.
- 13.3 A Contratada está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar no 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.
- 13.4 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do TST, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.
- 13.4.1 Eventualmente, as partes podem ajustar que o TST será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item 13.4.
- 13.5 A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TST, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 13.6 Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término do contrato objeto deste Termo de Referência, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:
- 13.6.1 cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- 13.6.2 estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- 13.6.3 uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados;
- 13.7 O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo TST, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

- 13.8 Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 É de responsabilidade da proponente o conhecimento das características dos materiais relacionados no objeto desta contratação.

Brasília, data conforme assinatura digital.

MARCELO
PEREIRA DA
CRUZ

Assinado de forma digital
por MARCELO PEREIRA DA
CRUZ
Dados: 2026.05.06 13:52:00
-03'00'

MARCELO PEREIRA DA CRUZ

Responsável Técnico

VICTOR
NEGRI
MOREIRA

Assinado de forma
digital por VICTOR
NEGRI MOREIRA
Dados: 2026.05.06
14:20:37 -03'00'

VICTOR NEGRI MOREIRA

Supervisor da SCPAT

Juarêz
Mesquita de
Souza da Silva

Assinado de forma digital
por Juarêz Mesquita de
Souza da Silva
Dados: 2026.05.06
14:34:40 -03'00'

JUARÊZ MESQUITA DE SOUZA DA SILVA

Chefe da DISAD



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 01 – MESA ERGONÔMICA

1 CAIXA EXTERNA

- 1.1 Projeto executivo: pranchas 01/08 a 04/08
- 1.2 Dimensões gerais: 141,8 cm (largura) x 90,9 cm (profundidade) x 90 cm (altura)
- 1.3 Componentes: painéis decorativos (direito e esquerdo), painel posterior e painéis laterais (direito e esquerdo).
- 1.4 É fundamental que a caixa externa seja desmontável para viabilizar as constantes mudanças que são realizadas no TST. Por isso, o projeto foi concebido em painéis.
- 1.5 Acessórios: canaleta para apoio de cabos e barra em aço com tomadas elétricas e de dados.
- 1.6 Painéis decorativos:
 - 1.6.1 Dimensões gerais: 33,9 x 25,9 x 90 cm, em formato de “L”.
 - 1.6.2 Os painéis decorativos (direito e esquerdo) são idênticos entre si, porém espelhados.
 - 1.6.3 Confeccionados em chapas de MDF cru de 9mm de espessura sobrepostas a chapas de MDF cru de 15mm de espessura.
 - 1.6.4 Cada painel decorativo será composto por 12 (doze) peças: (ver imagens 05 a 08 na prancha 03/08)
 - D-1: 23,5 x 87 x 1,5 cm;
 - D-2: 30 x 87 x 1,5 cm;
 - D-3: 10,5 x 39 x 1,5 cm;
 - D-4: 25,9 x 3 x 1,5 cm (cortada em meia esquadria);
 - D-5: 33,9 x 3 x 1,5 cm (cortada em meia esquadria);
 - D-6: 11,5 x 3, x 1,5 cm;
 - D-7: 25 x 31,5 x 0,9 cm;
 - D-8: 25 x 17,5 x 0,9 cm;
 - D-9: 25 x 39 x 0,9 cm;
 - D-10: 33,9 x 31,5 x 0,9 cm;
 - D-11: 33,9 x 17,5 x 0,9 cm;
 - D-12: 33,9 x 39 x 0,9 cm.
 - 1.6.5 As peças D-1 e D-2 não precisarão ser revestidas. Somente os trechos que ficarão aparentes, configurando o fundo dos frisos, deverão ser pintados com laca PU texturizada preta (referência M168, da Sayerlack ou similar).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

1.6.5.1 Para a aplicação da laca, deverão ser utilizados primer e catalisador, conforme orientações do fabricante.

1.6.6 As peças D-3 serão revestidas em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar.

1.6.6.1 Os topos aparentes deverão ser revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.

1.6.7 As peças D-4, D-5 e D-6 serão revestidas em fita de borda de PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.

1.6.8 As peças D-7, D-8, D-9, D-10, D-11 e D-12 serão revestidas em lâmina de madeira natural Sapele Pommele com acabamento em verniz PU brilhante.

1.6.8.1 As peças revestidas com lâmina de madeira natural deverão se aproximar o máximo possível do padrão do mobiliário já existente nos gabinetes do TST, o que inclui a variação cromática, os “desenhos da madeira”, a textura e o brilho final das faces.

1.6.8.2 As fibras (desenhos ou veios) do folheado (lâmina de madeira natural) utilizado no revestimento das peças deverão estar na mesma direção e sentido (perpendicular ao piso), para que haja uniformidade entre elas.

1.6.8.3 Deverão ser utilizadas quantas demãos de verniz forem necessárias para a obtenção de superfícies perfeitamente lisas e brilhantes.

1.6.9 Entre as peças D-7 e D-8, D-8 e D-9, D-10 e D-11, D-11 e D-12 deverá ser deixado um espaço de 10mm, configurando frisos em baixo relevo (ver item 1.6.5 e imagem 07 na prancha 03/08).

1.6.10 As peças D-3 irão auxiliar no apoio do painel posterior e na camuflagem dos cabos de ligação dos equipamentos de informática.

1.7 Painel posterior:

1.7.1 Dimensões gerais: 137 cm (largura) x 88,5 cm (altura) x 3 cm (espessura)

1.7.2 Confeccionado em chapas de MDF cru de 15mm de espessura.

1.7.3 Composto por 04 (quatro) peças: (ver imagens 9 a 11 na prancha 03/08)

P-1: 93 x 49,5 x 1,5 cm;

P-2: 137 x 88,5 x 1,5 cm (com recorte);

P-3: 23,5 x 3 x 1,5 cm (02 unidades).

1.7.4 As peças que compõem o painel posterior, ao serem coladas entre si, irão criar o espaço exato para o encaixe do painel decorativo.

1.7.5 Na parte inferior do painel posterior, as peças P-3 serão responsáveis por ajudar no apoio aos painéis decorativos bem como por permitir a fixação das sapatas niveladoras.

1.7.6 Revestido em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

1.7.6.1 O revestimento deverá cobrir todas as emendas entre as peças, deixando-as imperceptíveis.

1.7.6.2 Os topos deverão ser revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.

a) Na parte superior do painel, uma única fita de borda deverá cobrir a espessura das duas placas de MDF, totalizando 30mm de largura.

1.7.6.3 As faces que ficarão totalmente encobertas por outros painéis não precisarão ser revestidas.

1.8 Painéis laterais:

1.8.1 Dimensões gerais: 87 cm (largura) x 88,5 cm (altura) x 3 cm (espessura)

1.8.2 Os painéis laterais (direito e esquerdo) são idênticos entre si, porém espelhados.

1.8.3 Confeccionados em chapas de MDF cru de 15mm de espessura.

1.8.4 Cada painel lateral será composto por 03 (três) peças: (ver imagens 12 a 14 na prancha 04/08)

L-1: 58,5 x 77 x 1,5 cm;

L-2: 87 x 88,5 x 1,5cm (com recorte);

L-3: 87 x 3 x 1,5cm.

1.8.5 As peças que compõem cada um dos painéis laterais, ao serem coladas entre si, irão criar o espaço exato para o encaixe do painel decorativo.

1.8.6 Na parte inferior de cada painel lateral, a peça L-3 será responsável por ajudar no apoio ao painel decorativo bem como por permitir a fixação das sapatas niveladoras.

1.8.7 Revestidos em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar.

1.8.7.1 O revestimento deverá cobrir todas as emendas entre as peças, deixando-as imperceptíveis.

1.8.7.2 Os topos deverão ser revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.

a) Nas partes superior e frontal dos painéis, uma única fita de borda deverá cobrir a espessura das duas placas de MDF, totalizando 30mm de largura.

1.8.7.3 As faces que ficarão totalmente encobertas por outros painéis não precisarão ser revestidas.

1.9 Acessórios:

1.9.1 Canaleta para apoio de cabos

1.9.1.1 Dimensões gerais: 114 cm (largura) x 10 cm (profundidade) x 8 cm (altura)

1.9.1.2 Confeccionada em chapa de aço de 1,2mm de espessura (#18), pintada com tinta eletrostática epóxi-pó na cor preta e acabamento texturizado acetinado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

1.9.1.3 Servirá para apoio dos cabos de ligação dos equipamentos de informática.

1.9.1.4 A canaleta deverá ser fixada na face interna do painel posterior, horizontalmente centralizada e na altura indicada no projeto, para não comprometer a amplitude de movimentação do tampo posterior da mesa.

1.9.2 Barra em aço com tomadas

1.9.2.1 Cada mesa possuirá uma unidade de barra em aço com tomadas. No projeto, foram representadas duas barras por mesa apenas para indicação das posições possíveis para sua fixação, uma vez que cada gabinete possui um layout diferente e o lado mais adequado para a instalação varia de caso a caso.

a) A instalação da barra em aço com tomadas deverá ser feita no momento da instalação da mesa em seu local de utilização, conforme a orientação da Fiscalização do contrato.

1.9.2.2 Cada barra deverá conter 04 (quatro) tomadas elétricas de poço externo (2P + T, padrão brasileiro, 10A, tensão 250 volts), retangulares, dispostas longitudinalmente e 02 (duas) posições para conectores do tipo RJ45.

1.9.2.3 A Contratada deverá fornecer 2 (dois) conectores RJ45 fêmea com corpo keystone e 2 (dois) conectores RJ45 macho.

a) Tomada de telecomunicações tipo RJ-45, destinada a sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo os requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568-B, categoria 6, corpo em termoplástico de alto impacto não propagante de chamas, fornecido com aliviador de tensão, limitador de curvatura e tampa de proteção frontal articulada, vias de contato produzidas em cobre berílio com camadas de 3,81 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, conectorizado na configuração T568-A.

1.9.2.4 O circuito elétrico deverá ficar em compartimento blindado, aterrado e isolado do cabeamento de dados.

1.9.2.5 A barra terá cabo PP 3 x 1,5 mm² (15 A, tensão de até 250 VCA) para alimentar o circuito de tomadas elétricas e possuir um borne para ligação na rede elétrica.

1.9.2.6 A entrada dos cabos de rede se dará de forma longitudinal por meio de um orifício na extremidade da barra. Além disso, deverá haver tampa removível na região dos conectores RJ45 para a instalação do cabeamento de dados.

1.9.2.7 Dimensões aproximadas da barra: L4xP4xA30cm.

1.9.2.8 Padrão de referência: Barras Slim Multicom da SCD ou similar.

1.10 As faces de MDF a serem unidas entre si, tanto em um mesmo painel quanto em painéis diferentes, deverão ser cruas para que se obtenha um melhor acabamento do conjunto.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 1.11 Toda a caixa externa deverá estar apoiada sobre sapatas niveladoras em aço com acabamento zincado preto.
- 1.11.1 Diâmetro de 31mm para os painéis laterais e posterior (08 unidades). Padrão de referência: Gecele 605.31 ou similar.
- 1.11.2 Diâmetro de 20mm para os painéis decorativos – peças D-3 (02 unidades). Padrão de referência: Gecele 605.20 ou similar.
- 1.12 Durante a instalação das mesas poderá ser identificada a necessidade de furos na caixa externa para a passagem de cabos. A Contratada deverá responsabilizar-se pela execução desses furos, a critério e conforme orientação da Fiscalização, bem como pelo fornecimento dos “conjuntos passa-fio” correspondentes.
- 1.12.1 Conjunto passa-fio (passa fio e tampa) em poliestireno para mesa, com diâmetro de 6cm, na cor preta ou marrom, dependendo da posição do furo. Padrão de referência: Gecele 322 ou similar.
- 1.12.2 A altura das sapatas não foi considerada nas dimensões gerais da caixa externa.

2 MESA ERGONÔMICA

- 2.1 Projeto executivo: pranchas 05/08 e 06/08
- 2.2 Dimensões gerais: 133 cm (largura) x 86 cm (profundidade) x altura variável
- 2.3 Componentes: estrutura com regulagem de altura e tampos (frontal e posterior).
- 2.4 Estrutura com regulagem de altura:
- 2.4.1 Desenvolvida para que o usuário possa posicionar os dois tampos de forma independente, de acordo com sua estatura e comodidade.
- 2.4.2 Confeccionada em aço, com pintura eletrostática epóxi-pó na cor preta e acabamento texturizado acetinado.
- 2.4.3 Composta por pés, estruturas de sustentação dos tampos e caixas de engrenagem.
- 2.4.3.1 Os pés serão confeccionados com tubos de aço de seção retangular (50x30mm).
- 2.4.3.2 A estrutura de sustentação dos tampos será confeccionada com tubos de aço de seção quadrada (30x30mm).
- 2.4.4 As caixas de engrenagem verticais deverão seguir as dimensões apresentadas no projeto; a caixa de engrenagem horizontal deverá ser dimensionada de acordo com o mecanismo a ser utilizado para a movimentação dos tampos.
- 2.4.5 A regulagem da altura dos tampos será possível por meio do giro de duas manivelas. Cada uma delas acionará um conjunto de mecanismos internos, dotados de roscas sem fim, fusos, eixos, engrenagens e outros dispositivos perfeitamente sincronizados que possibilitarão o movimento independente de cada tampo, com leveza, rapidez, precisão e estabilidade.
- 2.4.6 A regulagem de altura do tampo posterior deverá obedecer ao intervalo de 65 a 91 cm e a do tampo frontal ao intervalo de 65 a 78cm, medidos do piso à face superior de cada tampo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

2.4.7 Os tubos metálicos, que compõem a estrutura deverão ter, em suas extremidades, ponteiros de encaixe interno, em polietileno, na cor preta.

2.4.8 A estrutura deverá ter sapatas niveladoras em aço (Ø 50mm) com acabamento na cor preta.

2.5 Tampos:

2.5.1 Confeccionados em MDF cru de 15mm de espessura, com trechos de dupla espessura (15mm + 9mm = 24mm).

2.5.1.1 Os parafusos que fixarão o MDF de 9 mm ao MDF de 15mm deverão ser aplicados de baixo para cima. Os locais do tampo onde houver parafusos deverão ser escareados, no máximo em 2,5mm, de forma a abrigar totalmente a cabeça do parafuso, a fim de que não existam ressalto na face inferior do tampo.

2.5.2 Revestidos em couro sintético preto.

2.5.2.1 O couro deverá ser flexível, mas, ao mesmo tempo, resistente, e apresentar textura suave e brilho acetinado.

2.5.2.2 O revestimento em couro deverá cobrir toda a face superior dos tampos e os topos, avançando na face interior o suficiente para que se garanta um bom acabamento.

2.5.2.3 O revestimento em couro deverá estar perfeitamente colado e aderido aos tampos, de forma a evitar o aparecimento de bolhas, rugas ou qualquer outro tipo de imperfeição.

2.5.2.4 O acabamento da fixação do couro na face inferior dos tampos (dobras e grampos) deverá ser feito de modo a não deixar elementos grosseiros ao toque.

2.5.3 Tampo posterior:

2.5.3.1 Dimensões gerais: 133 cm (largura) x 29 cm (profundidade) x 2,4 cm (espessura)

2.5.3.2 Trechos de dupla espessura nas laterais, com 5cm de largura e na parte frontal, com 13cm de largura (ver “Vista superior – mesa com tampos” na prancha 05/08).

2.5.3.3 O tampo posterior terá todas as bordas retas.

2.5.3.4 No tampo posterior deverão ser feitos 02 (dois) furos de 6cm de diâmetro para a passagem de cabos.

a) Nos furos, deverão ser colocados conjuntos passa-fio (passa fio e tampa) em poliestireno para mesa, com diâmetro de 6cm, na cor preta. Padrão de referência: Gecele 322 ou similar.

2.5.4 Tampo frontal:

2.5.4.1 Dimensões gerais: 133 cm (largura) x 57 cm (profundidade) x 2,4 cm (espessura)

2.5.4.2 A borda frontal deverá ter formato ergonômico, com recorte côncavo. (ver desenho e dimensões no projeto).

a) As concordâncias das curvas no recorte côncavo do tampo inferior deverão estar perfeitamente realizadas, de forma que não se apresentem nem mesmo mínimas arestas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

2.5.4.3 Trecho de dupla espessura apenas na parte frontal, com 9cm de largura, acompanhando o recorte côncavo (ver “Vista superior – mesa com tampos” na prancha 05/08).

2.5.4.4 O tampo frontal terá borda frontal boleada (180°) no próprio MDF.

- 2.6 A mesa ergonômica tem largura e profundidade 1cm menores do que as medidas internas da caixa externa para que, quando forem montadas em conjunto, exista uma folga de 0,5cm em cada um de seus lados (ver “Vista superior – caixa externa + mesa” na prancha 07/08).

ITEM 02 – MESA AUXILIAR PARA IMPRESSORA

1 PROJETO EXECUTIVO: PRANCHA 06/08

- 1.1 Dimensões gerais: 80 cm (largura) x 65 cm (profundidade) x 77 cm (altura)
- 1.2 Componentes: tampo e 02 (dois) montantes laterais, ligados por uma travessa central.
- 1.3 Confeccionada em chapa de MDF cru de 25mm de espessura, com bordas retas, porém não cortantes.
- 1.4 Revestida em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar.
- 1.4.1 Os topos deverão ser revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.
- 1.5 A travessa central deverá ter 25cm de altura e estar afastada 20cm da face inferior do tampo.
- 1.6 A mesa deverá estar apoiada sobre sapatas niveladoras de 31mm de diâmetro, em aço, com acabamento zincado preto. Padrão de referência: Gecele 605.31 ou similar.
- 1.7 Na parte posterior do tampo deverão ser feitos 02 (dois) furos de 6cm de diâmetro para a passagem de cabos.
- 1.7.1 Nos furos, deverão ser colocados conjuntos passa-fio (passa fio e tampa) em poliestireno para mesa, com diâmetro de 6cm, na cor preta. Padrão de referência: Gecele 322 ou similar.

2 OBSERVAÇÕES GERAIS

- 2.1 Todas as dimensões deverão seguir o projeto fornecido. Pequenas variações deverão ser informadas à Fiscalização para as devidas adaptações.
- 2.2 Todo o conjunto deverá ser de fácil montagem e desmontagem, para facilitar seu transporte até o local de instalação e para viabilizar futuras mudanças do móvel para outros ambientes.
- 2.3 Todo o conjunto deverá ser perfeitamente nivelado e firme. Quaisquer desencontros, juntas, frestas, quinas vivas e/ou cortantes, desnivelamentos, soldas grosseiras e/ou mal acabadas, acabamento irregular e/ou manchado e/ou outras fragilidades das peças serão motivos de reprovação para o trabalho executado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- 2.4 Todo o conjunto deverá seguir o padrão de acabamento especificado no projeto e neste documento.
- 2.5 Não deverá haver parafusos aparentes.
- 2.6 Qualquer outro elemento existente no mobiliário, cujo padrão cromático não tenha sido citado nestas especificações, deverá acompanhar a cor do elemento principal.
- 2.7 Os componentes especificados poderão ser substituídos por outros similares, desde que a comprovação da similaridade seja apresentada à Fiscalização e autorizada pelo Contratante.
- 2.8 Deverão ser obedecidas as demais especificações constantes das Normas Brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – móveis para escritório –, em especial a NBR 13967, de set/97 e NBR 14113, de jun/98, que não colidirem com as presentes especificações, bem como a Norma Reguladora NR-17 – Ergonomia, do Ministério do Trabalho, no que for aplicável.

ITEM 03 – ESTANTE PARA EXPOSIÇÃO DE LIVROS

1 CARACTERÍSTICAS

- 1.1 Estantes em MDF com 04 (quatro) eixos verticais (02 laterais e 02 divisórias internas) e 08 (oito) eixos horizontais (prateleiras, tampo e base), com formato prismático retangular (conforme projetos executivos anexos).
- 1.2 Dimensão total acabada **estante: 2680** mm de largura x **375** mm de profundidade x **2541** mm de altura.

2 ESTRUTURA

2.1 COMPONENTES

- 2.1.1 02 (duas) **Laterais**, 02 (duas) **Divisórias** e **Base** (sóculo), confeccionadas em madeira MDF 25 mm;
- 2.1.2 Tampo (chapéu) em madeira MDF 18 mm;
- 2.1.3 Fundo (encosto) em madeira MDF 15 mm;
- 2.1.4 18 (dezoito) prateleiras em quadro (grade) metálico (metalon 20x20mm) revestido em madeira MDF;
- 2.1.5 Rodapé em quadro metálico (metalon 50x20 mm).

3 ACABAMENTO

- 3.1 **Laterais e Divisórias** revestidas em todas as suas faces e topos com lâmina de madeira pré-composta de “Ébano linheiro” com aplicação de verniz poliuretano fosco.
- 3.2 Conjunto das **Prateleiras** com revestimento em lâmina de madeira natural “Sapele Pomelle” em todas as faces e topos, com aplicação de verniz poliuretano brilhante.
- 3.3 **Base** (sóculo) revestida em sua face inferior e topos com lâmina de madeira pré-composta de “Ébano linheiro”, com aplicação de verniz poliuretano fosco. Face superior da chapa com acabamento em lâmina de madeira natural “Sapele Pomelle”, com aplicação de verniz poliuretano brilhante. (ver imagem anexa).
- 3.4 **Tampo** (chapéu) revestido em sua face superior e topos com lâmina de madeira pré-composta de “Ébano linheiro”, com aplicação de verniz poliuretano fosco. Face inferior



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

da chapa com revestimento em lâmina de madeira natural “Sapele Pomelle”, com aplicação de verniz poliuretano brilhante. (ver imagem anexa).

- 3.5 **Encosto** revestido com laminado melamínico de alta pressão, na cor cinza texturizada (ref.: *Fórmica L139 ou Platina Cinza Office Gray* da Perstop ou similares), em **ambas** as faces da chapa.

4 PRATELEIRAS

- 4.1 Prateleiras móveis com estrutura em quadro (grade) metálica soldada, confeccionada em metalon de aço carbono SAE 1020, #18 (1,20 mm), perfil 20 x 20 mm, coberta com 02 (duas) chapas de madeira MDF cada uma. Chapa superior em madeira MDF 5,5 mm e a inferior em madeira MDF 15 mm. Encabeçamento em madeira MDF 5,5 mm com boleado especial (conforme projeto executivo anexo). Utilizar para fixação das prateleiras às laterais e divisórias, suportes plásticos com pinos metálicos (ref.: VB 135 da Hettich ou similares).

5 RODAPÉ

- 5.1 Rodapé em quadro metálico soldado confeccionado com metalon de aço carbono SAE 1020, #18 (1,20mm), perfil 50 x 20 mm, com tratamento prévio antiferruginoso (desengraxante “Paikor”, decapante, fosfatizante e passivador), e anticorrosivo (fosfatização) com aplicação de primer rico em cromato de zinco. Pintura em pó híbrida eletrostática acetinada, de cor preta texturizada, polimerizada em estufa, curada a 180° graus, camada mínima de 40 microns de espessura, assegurando excelente aderência de cobertura.

6 NIVELAMENTO

- 6.1 UTILIZAR sapatas metálicas reguláveis de Ø 31 mm, com base em poliestireno injetado de alto impacto e parafuso rosca métrica 5/16, em toda extensão do rodapé.

OBSERVAÇÕES:

- As fibras (desenhos ou veios) dos folheados aplicados nas Prateleiras, Base e Tampo das Estantes deverão estar regulares e uniformes e, em sua direção e sentido, paralelas à frente das prateleiras;
- As fibras (desenhos e veios) dos folheados aplicados nas Laterais e Divisórias das Estantes deverão estar na mesma direção e absolutamente verticais (perpendiculares à linha do piso);
- Caso haja necessidade de juntas e emendas nas chapas de MDF (base, tampo, encosto), estas deverão estar localizadas rigorosamente nas linhas das divisórias das prateleiras (observar projeto executivo anexo).

7 OBSERVAÇÕES GERAIS

- 7.1 Não serão aceitas soluções que apresentem quinas vivas e/ou cortantes, parafusos e ferragens aparentes, soldas de má qualidade estrutural/estética e superfícies que tenham pintura ou aplicação de verniz irregulares e/ou manchadas;
- 7.2 As estantes deverão ser autoportantes e todas as suas partes deverão ser perfeitamente niveladas e firmes. Quaisquer desencontros, juntas, frestas,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

desnivelamentos e/ou outras fragilidades da peça, não autorizados no projeto, serão motivos de reprovação para o trabalho executado;

- 7.3 Os componentes especificados poderão ser substituídos por outros similares, desde que a comprovação da similaridade seja apresentada à Fiscalização e autorizada pelo Contratante;
- 7.4 As peças deverão ser transportadas e entregues com proteção adequada.



ANEXO II

Critérios para análise da amostra

- Averiguação da adequação aos requisitos técnicos elencados no Termo de Referência/Edital;
- O produto entregue poderá ser desmontado e submetido aos testes necessários, sendo devolvidos ao licitante em caso de reprovação no estado em que se encontrarem ao final da avaliação;
- Será avaliado o acabamento geral como o revestimento, o alinhamento das junções e o alinhamento da estrutura;
- Será reprovado o produto que:
 - Após a realização da análise visual, ficar constatado que possui uma qualidade ruim ou sofreu ajustes pontuais para adequação ao projeto anexado no Termo de Referência e no Edital.
 - Apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica;
 - Apresentar divergência ou qualidade inferior em relação às especificações técnicas;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ANEXO III

PROJETOS EXECUTIVOS

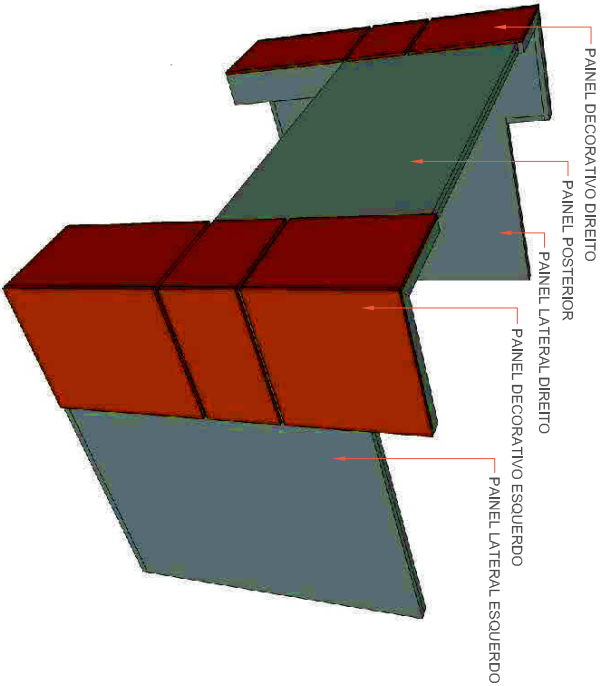


IMAGEM 01: CAIXA EXTERNA COMPLETA
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
VISTA "EXTERNA"

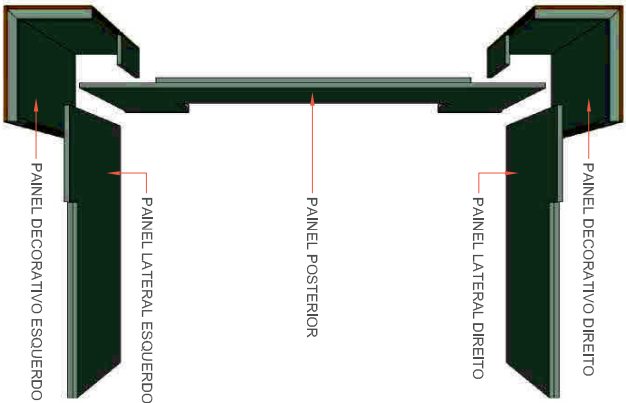


IMAGEM 03: CAIXA EXTERNA COMPLETA
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 03
VISTA SUPERIOR DESMONTADA

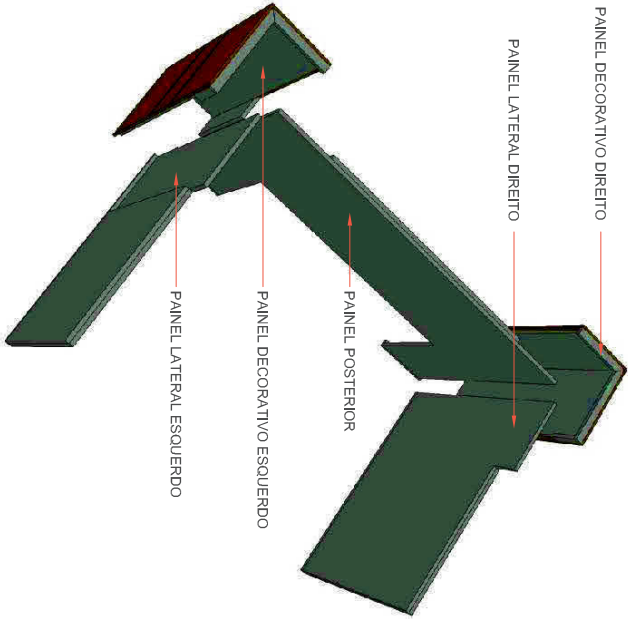


IMAGEM 04: CAIXA EXTERNA COMPLETA
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 04
PERSPECTIVA DESMONTADA

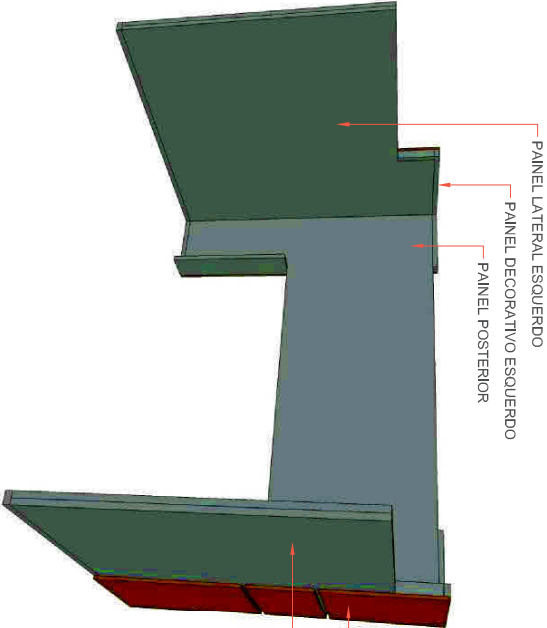
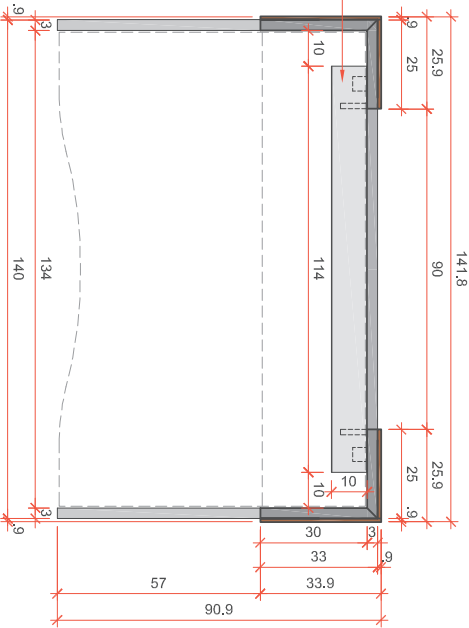


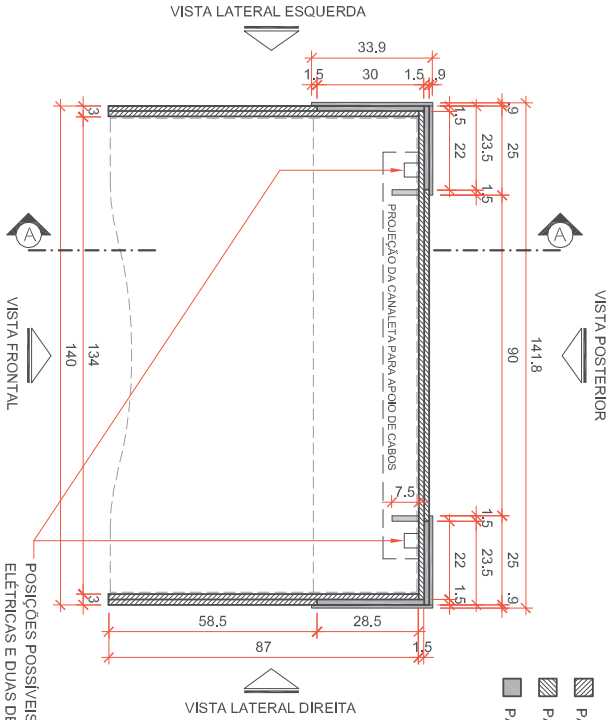
IMAGEM 02: CAIXA EXTERNA COMPLETA
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
VISTA "INTERNA"

CANALETA PARA APOIO DE CABOS
CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO (#18),
PINTADA COM TINTA ELETROSTATICA
EPOXI-PO NA COR PRETA E ACABAMENTO
TEXTURIZADO ACETINADO



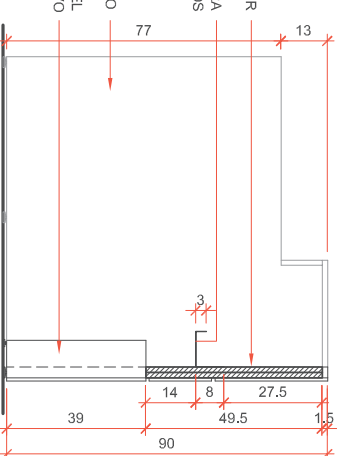
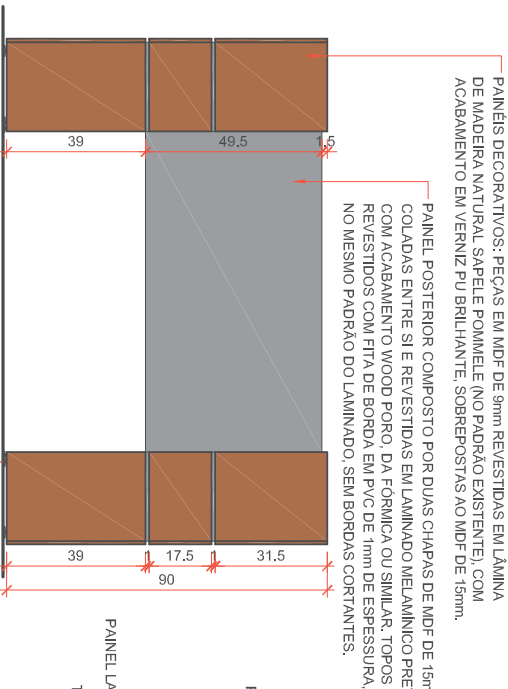
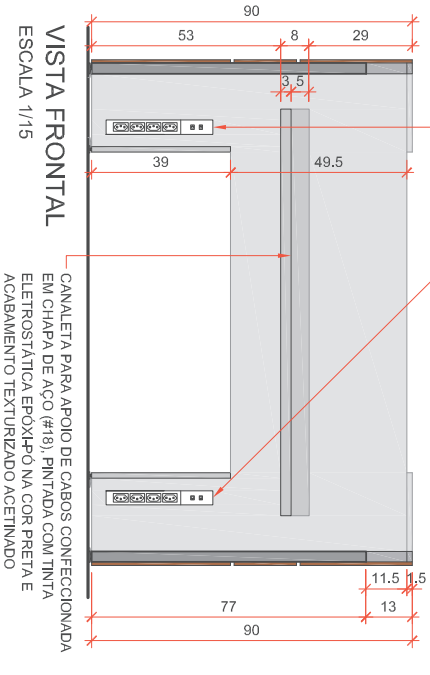
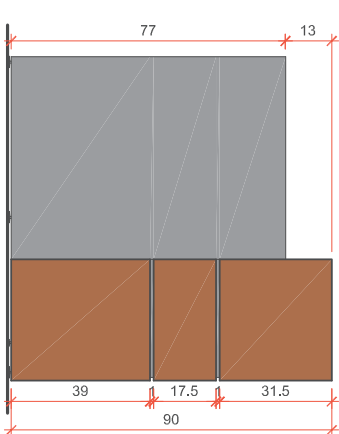
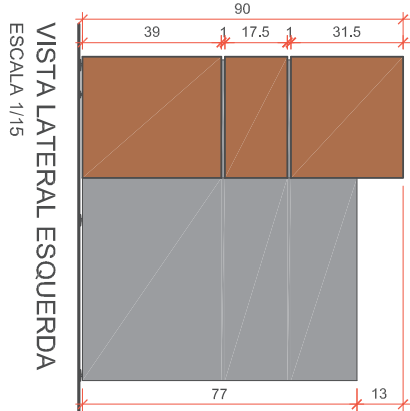
VISTA SUPERIOR - CAIXA EXTERNA
ESCALA 1/15

		Tribunal Superior do Trabalho		ESCALA: indicada	
PROJETO:	MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR	LOCAL:	GABINETES DE MINISTROS	OBS.:	AS DIVERSAS PLACAS QUE COMPÕEM CADA UMA DAS PEÇAS DA CAIXA EXTERNA FORAM REPRESENTADAS NAS PERSPECTIVAS ILUSTRATIVAS APENAS PARA FACILITAR A COMPREENSÃO DO PROJETO. NO MOMENTO DA EXECUÇÃO, O LAMINADO MELAMÍNICO / FITA DE BORDA EM PVC DEVERÃO COBRIR ESSAS EMENDAS (EM CADA UM DOS PAINÉIS), DEIXANDO-AS IMPERCEPTÍVEIS.
DESENHO:	CMAP	DATA:	OUTUBRO/2016	PRANCHA:	01/08



PLANTA CAIXA EXTERNA - 50cm ACIMA DO PISO

PLANTA CAIXA EXTERNA - 20cm ACIMA DO PISO



Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO:

MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR

LOCAL:

GABINETES DE MINISTROS

OBS.:

ESCALA: indicada

PRANCHA:

TST

DESENHO: CMAP

DATA: OUTUBRO/2016

02/08

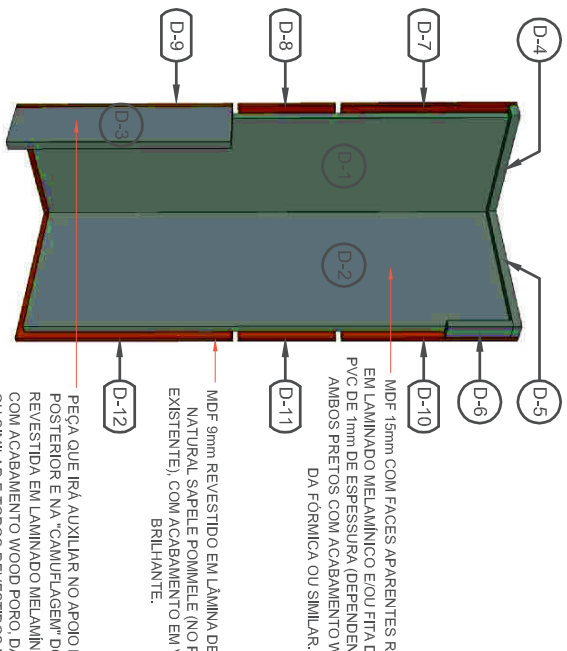


IMAGEM 05:
PAINEL DECORATIVO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
VISTA INTERNA

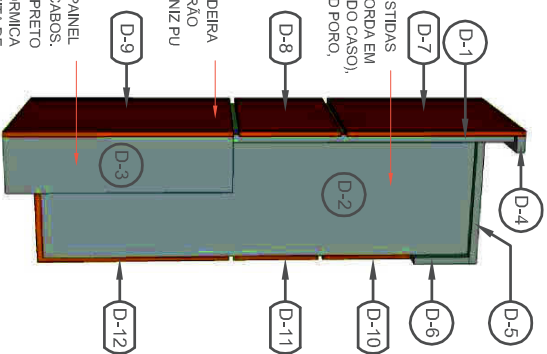


IMAGEM 06:
PAINEL DECORATIVO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
VISTA MISTA

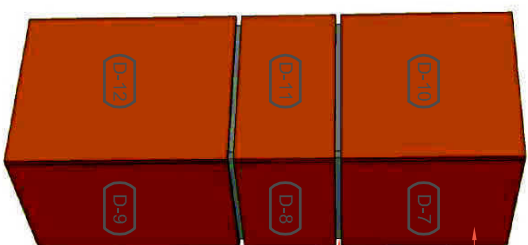


IMAGEM 07:
PAINEL DECORATIVO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 03
VISTA EXTERNA

PEÇAS EM MDF 9mm REVESTIDAS EM LÂMINA DE MADEIRA NATURAL SAPELE POMMELE (NO PADRÃO EXISTENTE), COM ACABAMENTO EM VERNIZ PU BRILHANTE, SOBREPOSTAS AO MDF DE 15mm.

FRISO EM BAIXO RELEVO (10mm DE LARGURA E 9mm DE PROFUNDIDADE), NO FLUDO DO FRISO, O MDC DE 15mm QUE COMPÕE O PAINEL DECORATIVO DEVERÁ SER PINTADO COM LACA PU TEXTURIZADA PRETA (REF.: M168) DA SAYERLACK OU SIMILAR, COM PRIMER E CATALISADOR, CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE.

PARTE SUPERIOR DO PAINEL DECORATIVO
COM JUNTA EM MEIA ESQUADRIA.

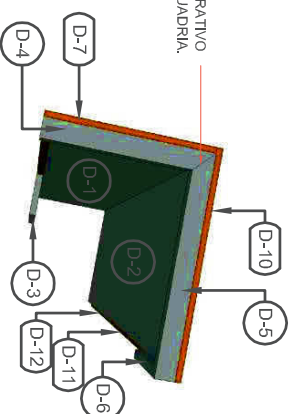
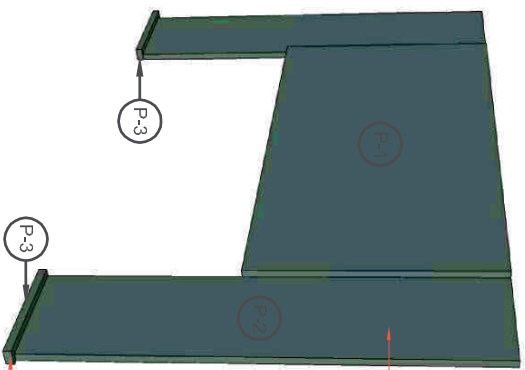
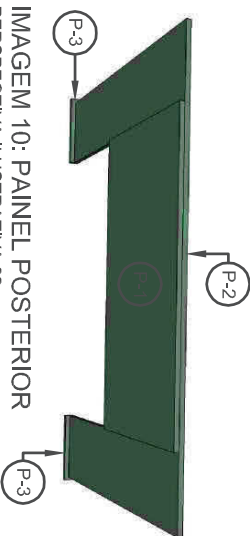


IMAGEM 08:
PAINEL DECORATIVO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 04
VISTA SUPERIOR



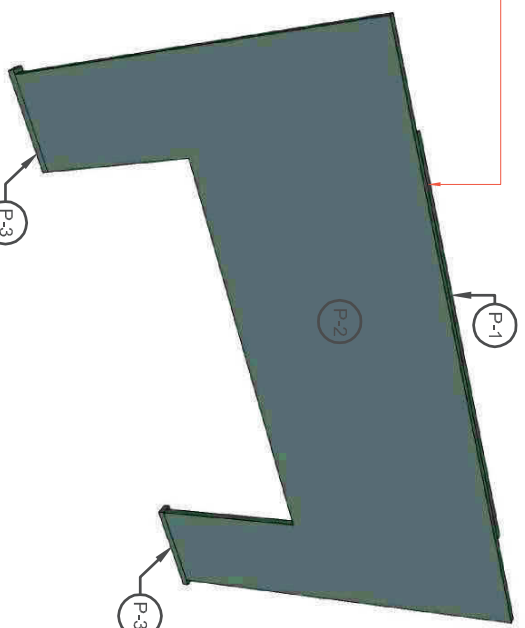
**IMAGEM 09: PAINEL POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
VISTA EXTERNA**

TRECHO ONDE SERÁ ENCAIXADO O PAINEL DECORATIVO



**IMAGEM 10: PAINEL POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
VISTA EXTERNA (SUPERIOR)**

PANEL COMPOSTO POR DUAS CHAPAS DE MDF DE 15mm COLADAS ENTRE SI E REVESTIDAS EM LAMINADO MELAMINICO PRETO COM ACABAMENTO WOOD PORO. DA FORMA OU SIMILAR E TOPOS REVESTIDOS EM FITA DE BORDA EM PVC DE 1mm DE ESPESURA, DA MESMA COR E ACABAMENTO DO LAMINADO. SEM BORDAS CORPANTES.



**IMAGEM 11: PAINEL POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 03
VISTA INTERNA**

Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO:

MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR

LOCAL:

GABINETES DE MINISTROS

OBS.:

- NAS PERSPECTIVAS ILUSTRATIVAS FOI REPRESENTADO O PAINEL DECORATIVO DIREITO. PARA O PAINEL DECORATIVO ESQUERDO, BASTA ESPELHAR TODA A ESTRUTURA. - A DESCRIÇÃO DAS PEÇAS NUMERADAS (D-1, D-2,... P-1, P-2,...) ENCONTRA-SE NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

ESCALA:	
sem escala	
PRANCHA:	

TST

DESENHO: CMAP

DATA: OUTUBRO/2016

03/08

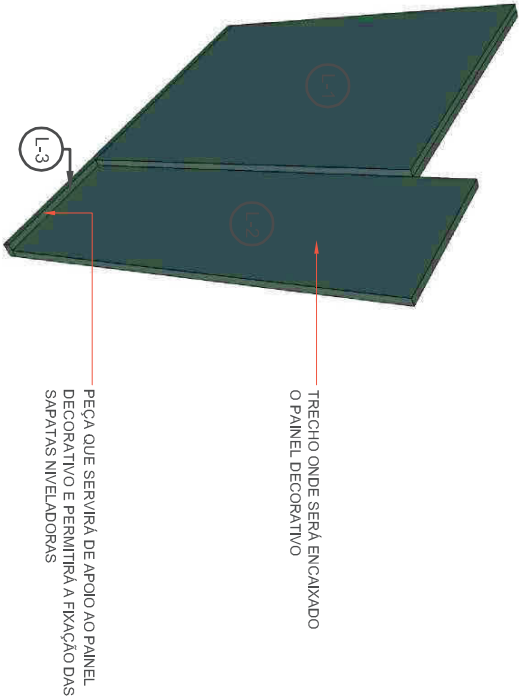


IMAGEM 12: PAINEL LATERAL
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
VISTA EXTERNA

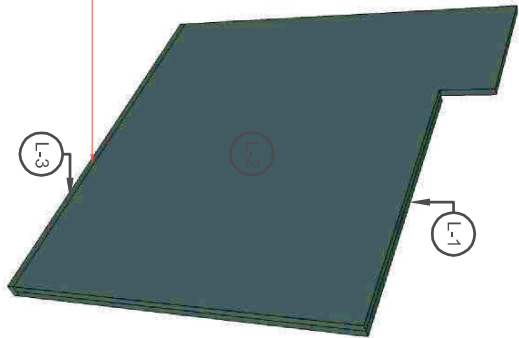


IMAGEM 13: PAINEL LATERAL
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
VISTA INTERNA

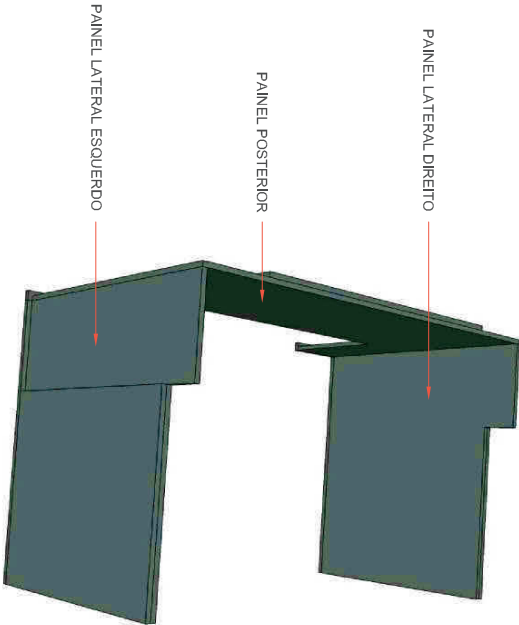


IMAGEM 15:
PAINÉIS LATERAIS E POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
(SEM PAINÉIS DECORATIVOS)

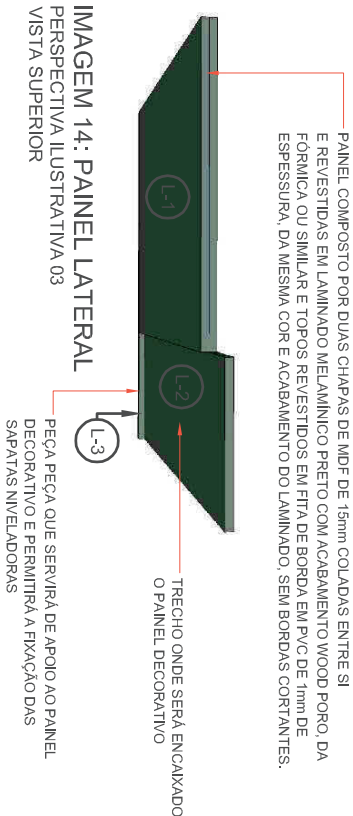


IMAGEM 14: PAINEL LATERAL
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 03
VISTA SUPERIOR

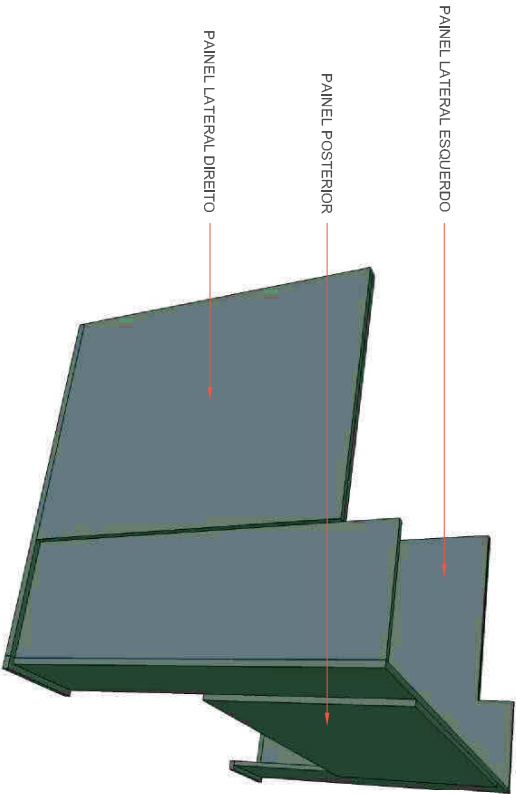
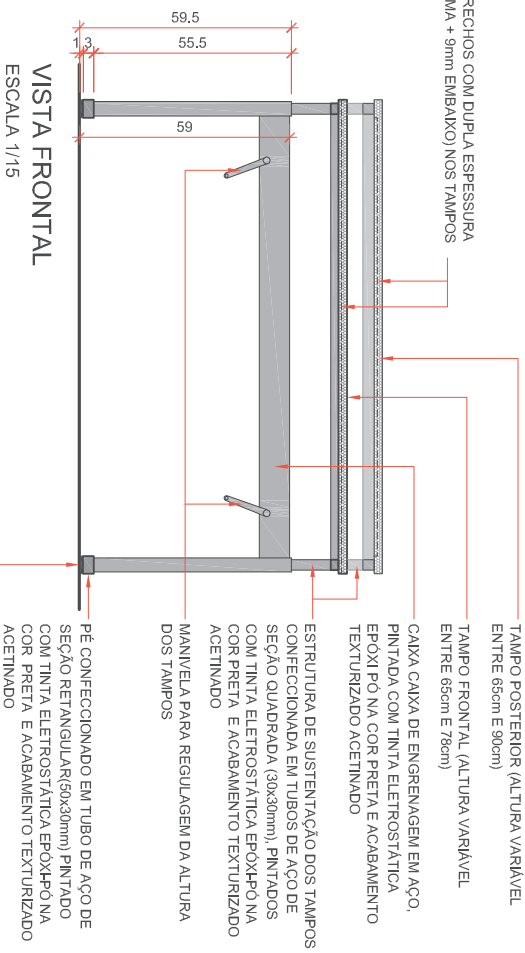
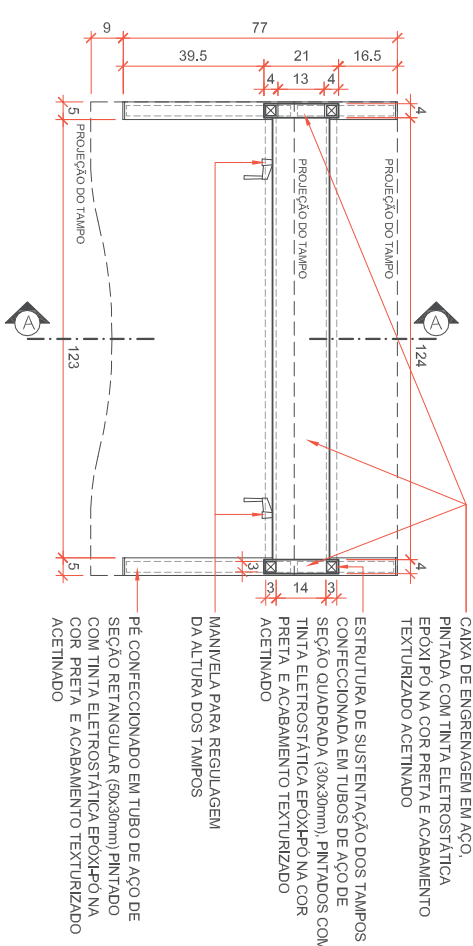
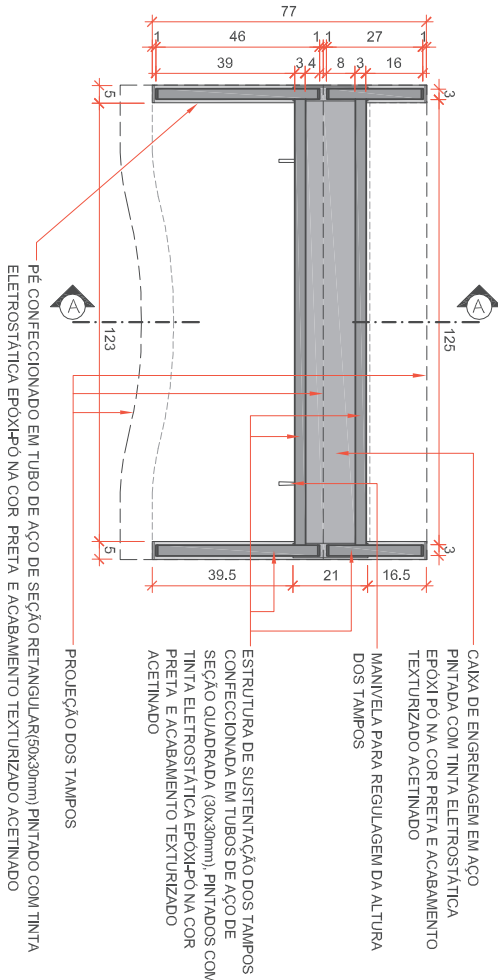
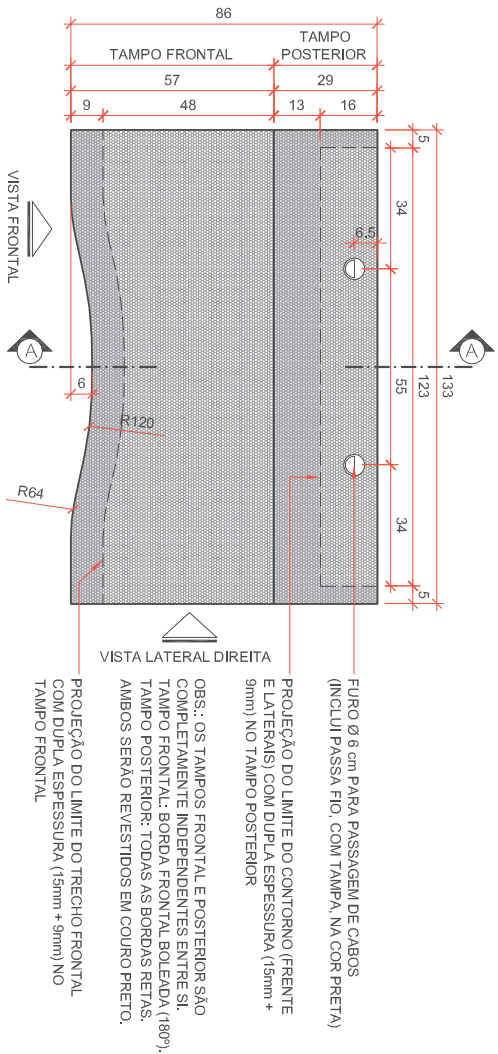


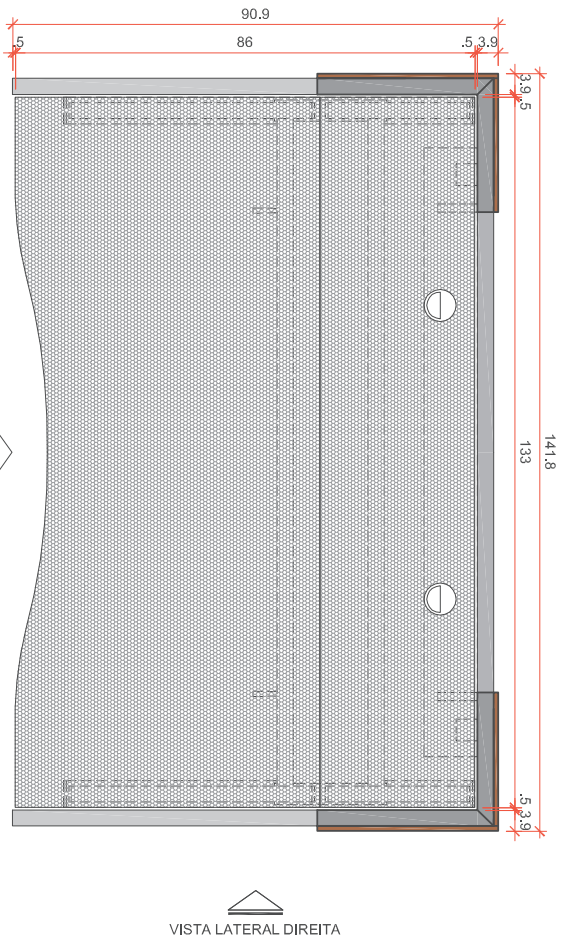
IMAGEM 16: PAINÉIS LATERAIS E POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
(SEM PAINÉIS DECORATIVOS)

Tribunal Superior do Trabalho		ESCALA: sem escala
PROJETO:	LOCAL:	PRANCHA:
MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR	GABINETES DE MINISTROS	
DESENHO: CMAP	DATA: OUTUBRO/2016	
OBS.:		
- NAS PERSPECTIVAS ILUSTRATIVAS FOI REPRESENTADO O PAINEL LATERAL DIREITO, PARA O PAINEL LATERAL ESQUERDO, BASTA ESPELHAR TODA A ESTRUTURA.		
- A DESCRIÇÃO DAS PEÇAS NUMERADAS (L-1, D-L,...) ENCONTRA-SE NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.		
04/08		

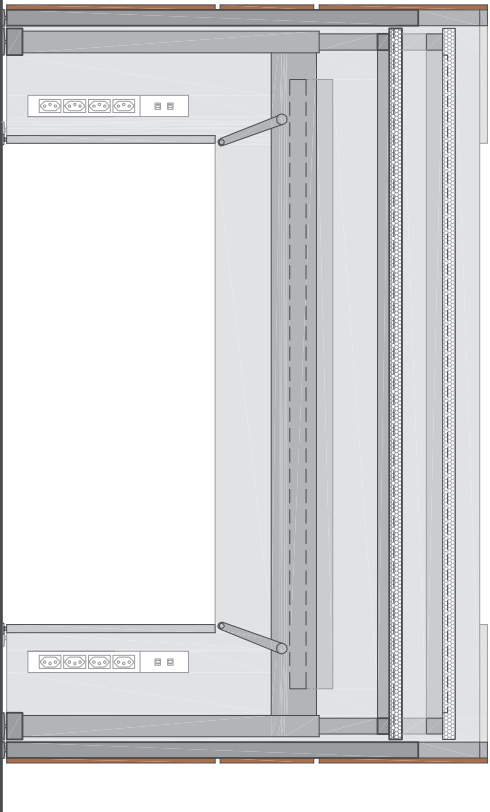




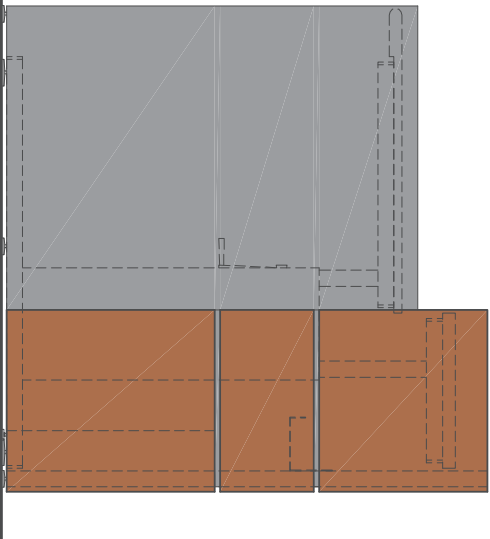
Tribunal Superior do Trabalho		ESCALA: indicada	
PROJETO:	LOCAL:	OBS.: O sistema de regulagem de altura da mesa deverá permitir que o usuário posicione os tampos de acordo com a sua estatura e comodidade. A regulagem será possível por meio do giro de duas manivelas, sendo que, cada uma delas acionará um conjunto de mecanismos internos, dotados de roscas sem fim, fusos, eixos, engrenagens e outros dispositivos perfeitamente sincronizados que possibilitarão o movimento independente de cada tampo, com leveza, rapidez, precisão e estabilidade.	
MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR	GABINETES DE MINISTROS		
DESENHO: CMAP	DATA: OUTUBRO/2016		
05/08		PRANCHETA:	



VISTA SUPERIOR - CAIXA EXTERNA + MESA
ESCALA 1/10



VISTA FRONTAL - CAIXA EXTERNA + MESA
ESCALA 1/10



VISTA LATERAL DIREITA - CAIXA EXTERNA + MESA
ESCALA 1/10

Tribunal Superior do Trabalho			ESCALA: indicada
PROJETO: MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR		LOCAL: GABINETES DE MINISTROS	PRANCHA: 07/08
DESENHO: CMAP	DATA: OUTUBRO/2016	OBS.:	



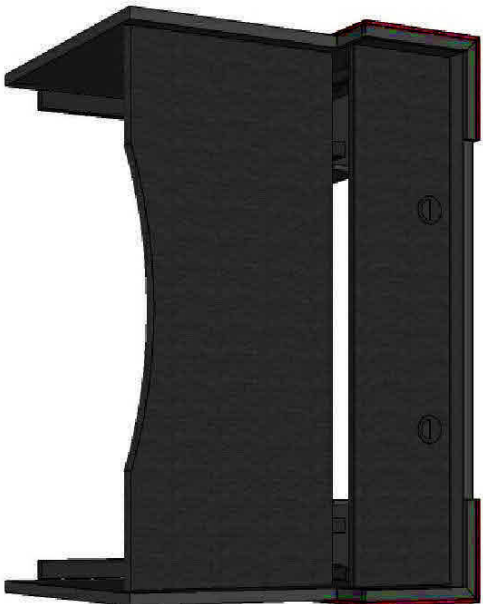


IMAGEM 17: CAIXA EXTERNA + MESA
PERSPECTIVA 01

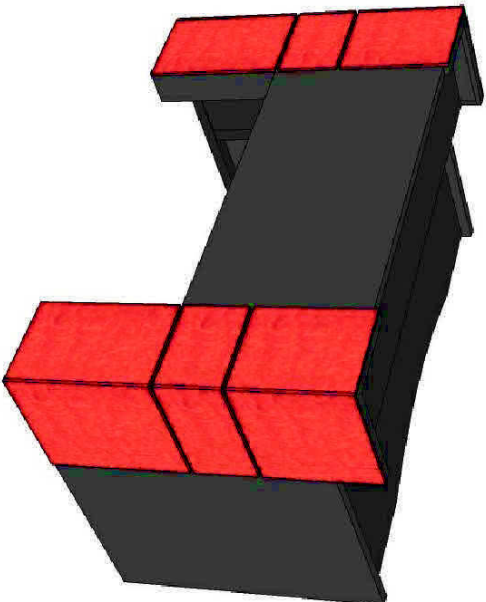


IMAGEM 18: CAIXA EXTERNA + MESA
PERSPECTIVA 02

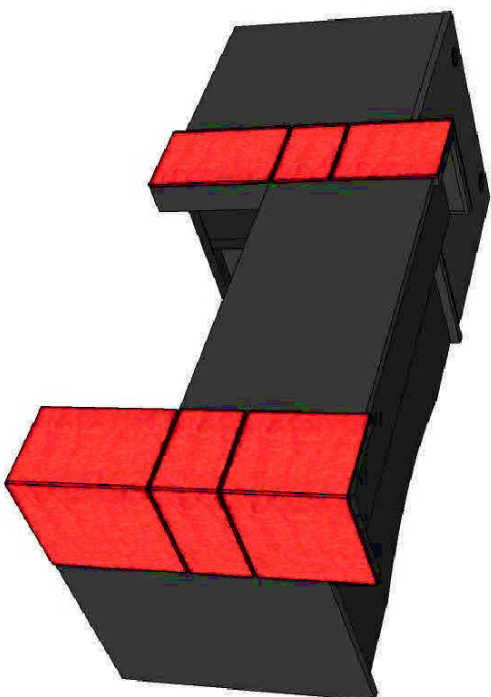


IMAGEM 19: CAIXA EXTERNA + MESA + MESA AUXILIAR
PERSPECTIVA 02

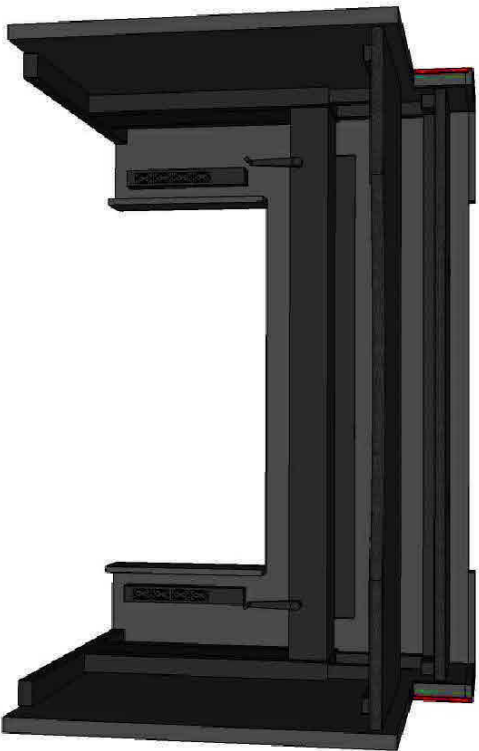


IMAGEM 20: CAIXA EXTERNA + MESA
PERSPECTIVA 03

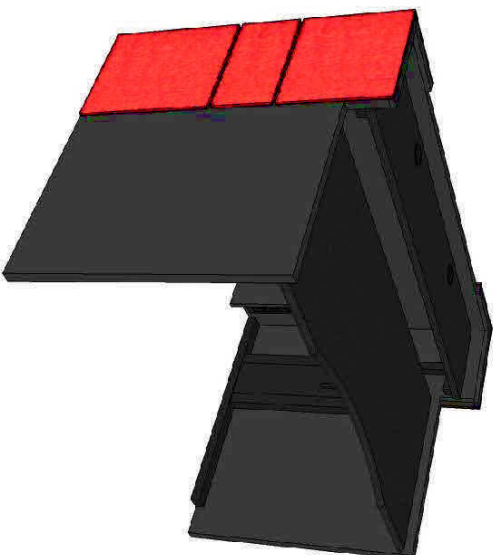


IMAGEM 21: CAIXA EXTERNA + MESA
PERSPECTIVA 04

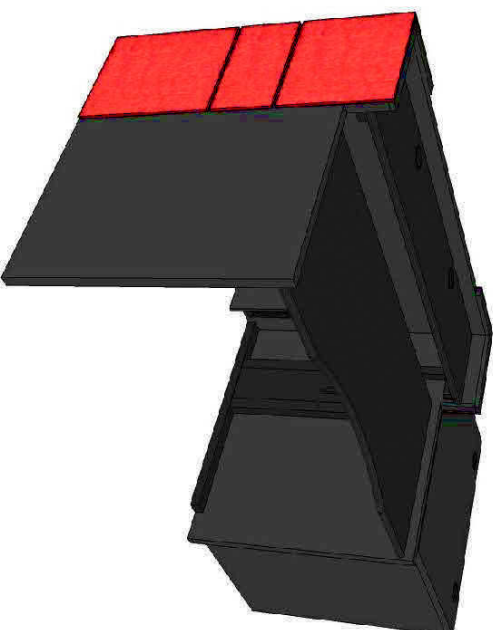


IMAGEM 21: CAIXA EXTERNA + MESA + MESA AUX.
PERSPECTIVA 04

Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO:

MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR

LOCAL:

GABINETES DE MINISTROS

OBS.:

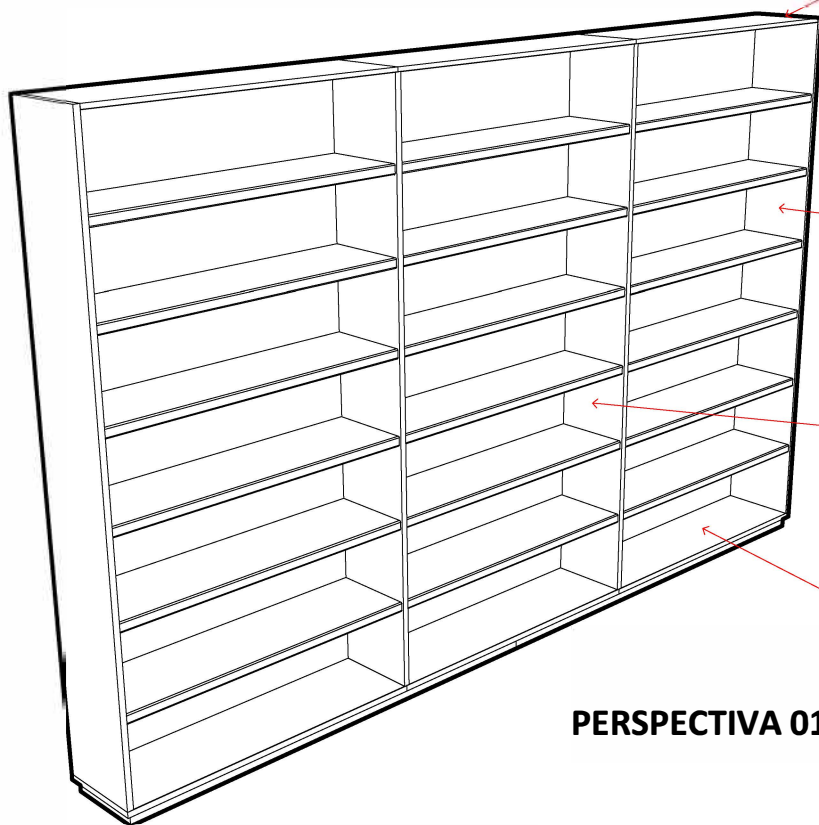


DESENHO: CMAP

DATA: OUTUBRO/2016

ESCALA:
sem escala
PRANCHA:

08/08



CHAPÉU (TAMPO)

CONFECCIONADO COM 03 CHAPAS DE MADEIRA MDF 18mm REVESTIDAS EM SUA FACES SUPERIORES E TOPOS COM LÂMINA DE MADEIRA PRÉ-COMPOSTA DE "ÉBANO LINHEIRO" (VERNIZ PU FOSCO). NAS FACES INFERIORES REVESTIMENTO EM LÂMINA DE MADEIRA "SAPELE POMELLE" (VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE)

LATERAIS

CONFECCIONADAS COM 02 CHAPAS DE MADEIRA MDF 25mm REVESTIDAS EM TODAS AS SUAS FACES E TOPOS EM LÂMINA DE MADEIRA PRÉ-COMPOSTA DE "ÉBANO LINHEIRO" (VERNIZ PU FOSCO).

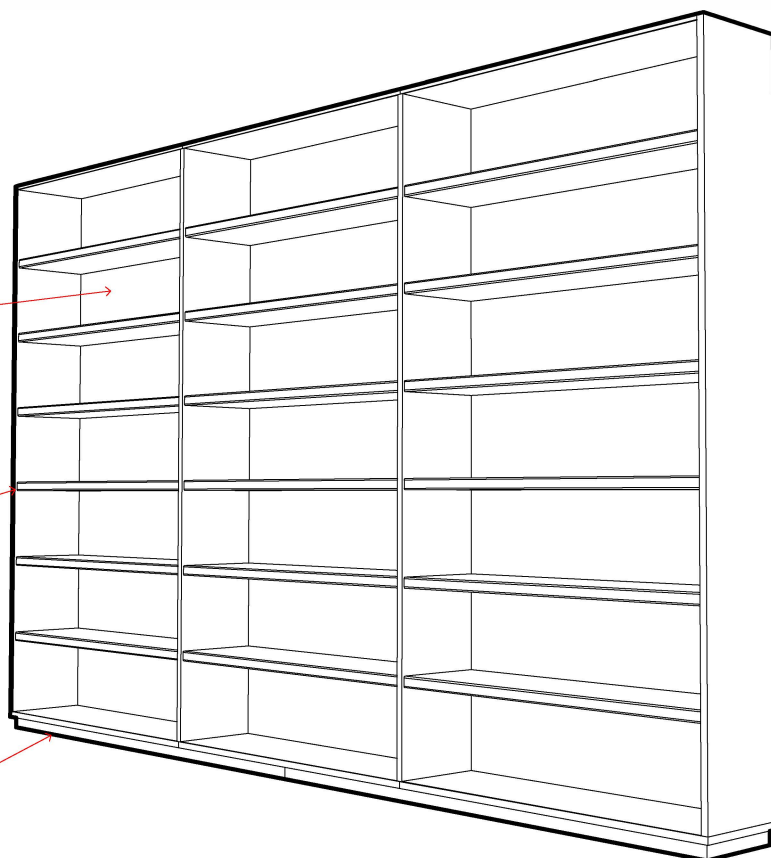
DIVISÃO

CONFECCIONADA COM 02 CHAPAS DE MADEIRA MDF 25mm REVESTIDAS EM TODAS AS SUAS FACES E TOPOS EM LÂMINA DE MADEIRA PRÉ-COMPOSTA DE "ÉBANO LINHEIRO" (VERNIZ PU FOSCO).

SÓCULO (BASE)

CONFECCIONADO COM 03 CHAPAS DE MADEIRA MDF 25mm REVESTIDAS EM SUA FACES INFERIORES E TOPOS COM LÂMINA DE MADEIRA PRÉ-COMPOSTA DE "ÉBANO LINHEIRO" (VERNIZ PU FOSCO). NAS FACES SUPERIORES REVESTIMENTO EM LÂMINA DE MADEIRA "SAPELE POMELLE" (VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE)

PERSPECTIVA 01



ENCOSTO

FUNDO EM MADEIRA MDF 15mm REVESTIDA COM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO REF: Fórmica L139 Platina ou Cinza Office Gray da Perstop ou similar.

PRATELEIRAS

COMPOSTAS DE QUADROS (GRADES) EM METALON DE AÇO 20x20mm REVESTIDAS COM 02 CHAPAS DE MADEIRA MDF CADA UMA. CHAPA SUPERIOR EM MDF DE 5,5mm E INFERIOR EM MDF 15mm. ENCABEÇAMENTO EM MDF 5,5mm COM BOLEADO ESPECIAL. REVESTIMENTO DO CONJUNTO EM LÂMINA DE MADEIRA "SAPELE POMELLE" (VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE)

RODAPÉ

QUADRO CONFECCIONADO EM METALON DE AÇO 50x20mm COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETO TEXTURIZADO. AO LONGO DO QUADRO UTILIZAR SAPATAS METÁLICAS REGULADORAS DE NÍVEL

PERSPECTIVA 02

NOTAS

1. As cotas estão em milímetros;
2. Todas as dimensões deverão ser checadas no produto acabado;
3. Para detalhes, ver pranchas específicas.



Tribunal Superior do Trabalho

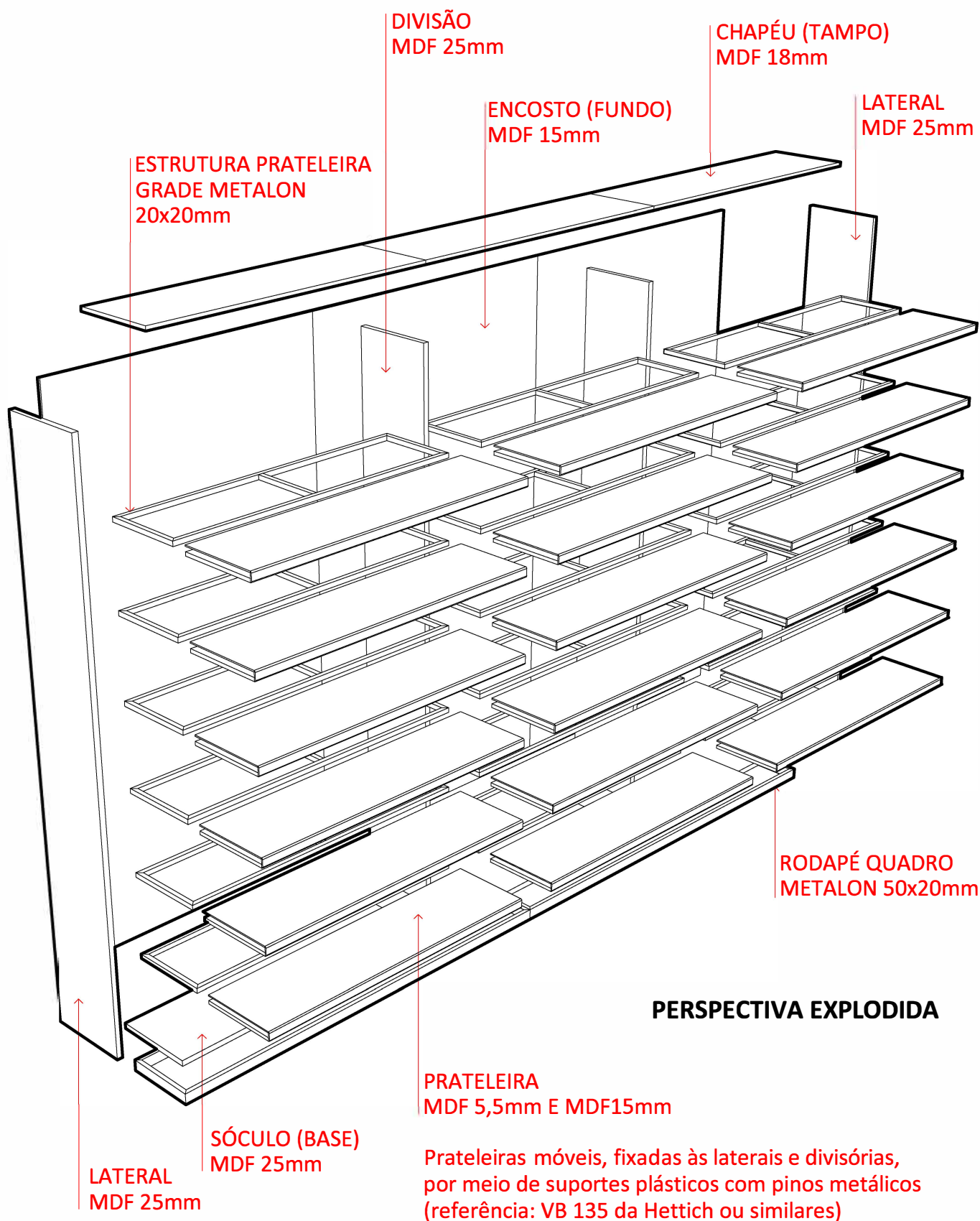
Produto: Estante para Livros

Prancha: Perspectivas

Projeto: CMAP

Data: Novembro 2022

01/04



NOTAS

1. As cotas estão em milímetros;
2. Todas as dimensões deverão ser checadas no produto acabado;
3. Para detalhes, ver pranchas específicas.



Tribunal Superior do Trabalho

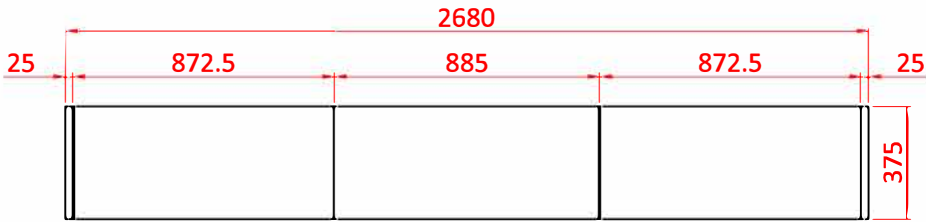
Produto: Estante para Livros

Prancha: Perspectivas

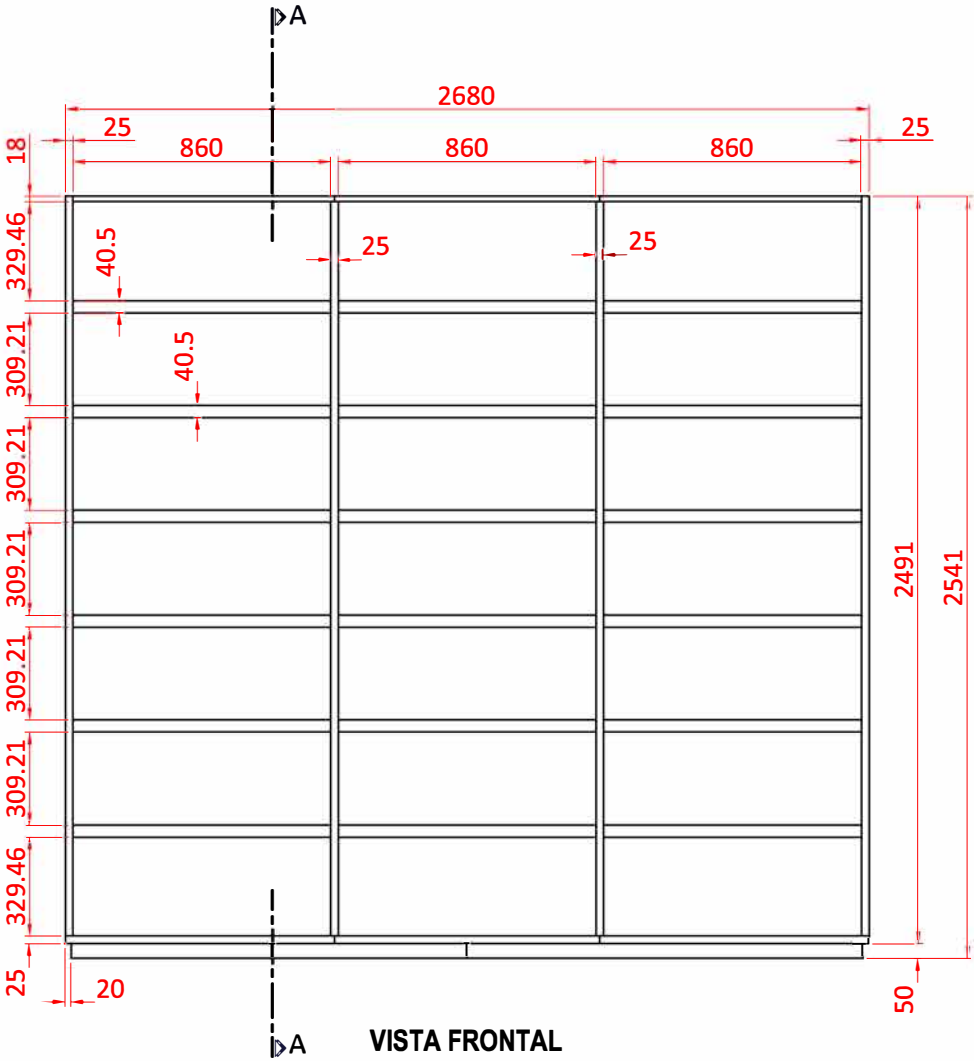
Projeto: CMAP

Data: Novembro 2022

02/04



VISTA SUPERIOR



VISTA FRONTAL

NOTAS

1. As cotas estão em milímetros;
2. Todas as dimensões deverão ser checadas no produto acabado;
3. Para detalhes, ver pranchas específicas.



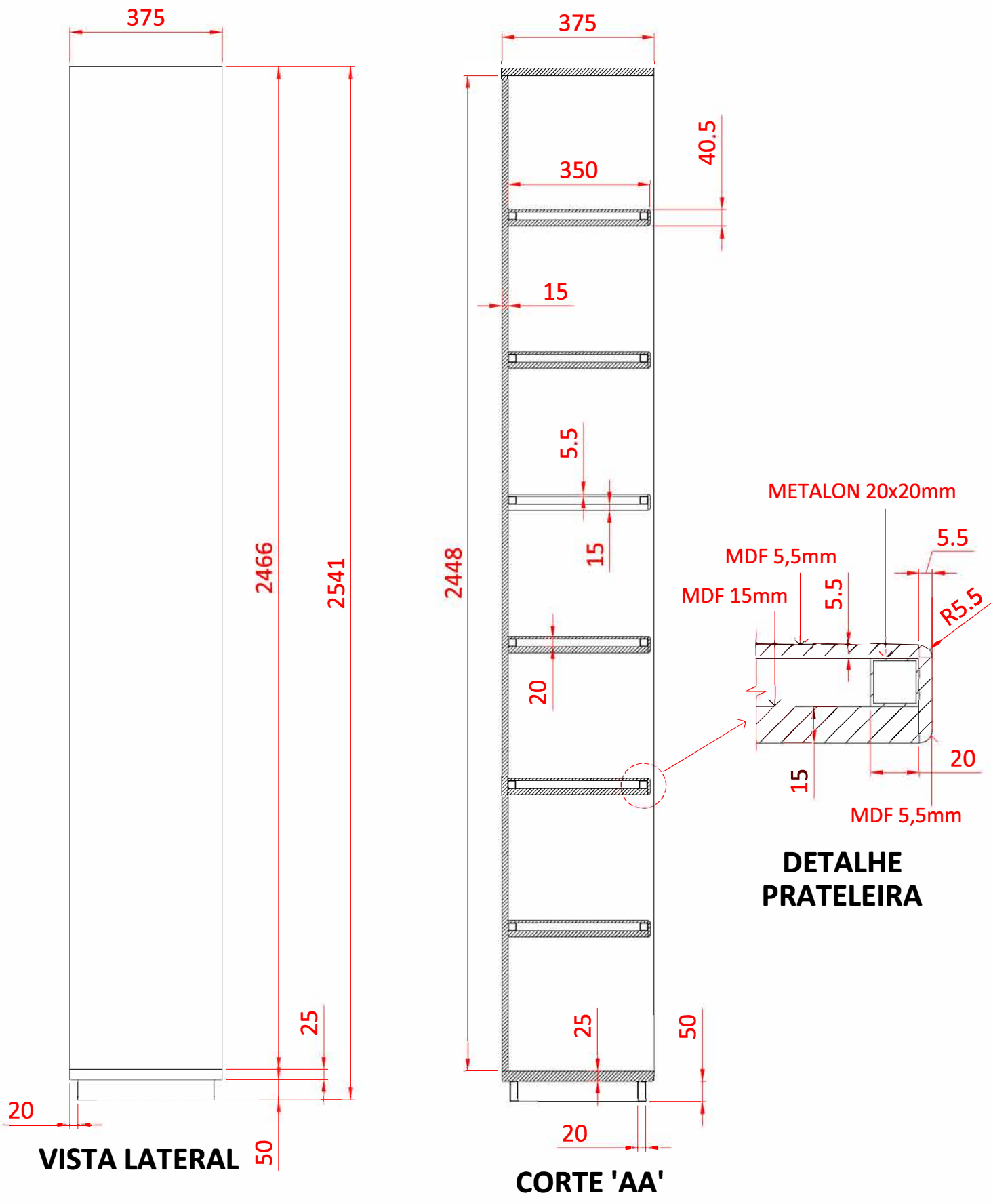
Tribunal Superior do Trabalho

Produto: Estante para Livros

Prancha: Vistas

Projeto: CMAP

Data: Novembro 2022



NOTAS

1. As cotas estão em milímetros;
2. Todas as dimensões deverão ser checadas no produto acabado;
3. Para detalhes, ver pranchas específicas.



Tribunal Superior do Trabalho	
Produto: Estante para Livros	Prancha: Cortes e detalhes
Projeto: CMAP	Data: Novembro 2022



**CONTRATO PE-036/2026 – CONFECÇÃO E
INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO. (Processo TST
N.º 6026110/2025-00).**

O **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, quadra 8, conjunto A, Brasília, DF, CEP 70070-943, telefone geral (61) 3043-4300, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na, Brasília, DF, CEP, telefone (xx), e-mail, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n.º 036/2026 e a respectiva homologação, que constam no Processo Administrativo TST n.º 6026110/2025-00, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n.º 14.133/2021, 8.078/90 e 9.784/99, na Lei Complementar n.º 123/2006 e no Decreto n.º 8.538/2015, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a confecção e instalação de mobiliário, conforme especificado na tabela abaixo, nos termos e condições constantes neste contrato, seus anexos e no edital.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Mesa ergonômica para utilização de computador	Unidade	1		
2	Mesa auxiliar para impressora	Unidade	1		
3	Estante para exposição de livros	Unidade	1		

Subcláusula primeira. Os anexos deste contrato são os seguintes:

- I. Anexo I – Especificações Técnicas;
- II. Anexo II – Projetos Executivos;
- III. Anexo III – Critérios para análise do objeto;
- IV. Anexo IV – Termo de Responsabilidade e Confidencialidade;
- V. Anexo V – Termo de Garantia do Objeto.

Subcláusula segunda. Os produtos deverão ser acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, preferencialmente utilizando materiais



recicláveis, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia, validade e outras especificações de acordo com suas características.

Subcláusula terceira. Do regime de contratação: o objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

Subcláusula quarta. O prazo de garantia do objeto deste contrato é de 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo, conforme o Termo de Garantia do Objeto anexo, que terá vigência independente do prazo de vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é da data de sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

- I. o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$
(.....).

Subcláusula única. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de impostos, taxas, fretes e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

Os preços poderão ser reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data do orçamento estimado a que ela se refere (11/05/2026) ou da data do último reajuste, limitada à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou de outro índice que passe a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} * P, \text{ onde:}$$

- a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do orçamento estimado;

P = preço atual dos serviços.

- b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;



P = preço do serviço atualizado até o último reajuste efetuado.

Subcláusula primeira. Sob nenhuma hipótese ou alegação será concedido reajuste retroativo à data em que a Contratada legalmente faria jus se ela não fizer o respectivo pedido de reajuste dentro da vigência do contrato.

Subcláusula segunda. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou impeditivos da execução do ajustado, poderá ser admitida a revisão do valor pactuado, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Subcláusula terceira. O valor e a data do reajuste serão informados mediante apostila.

Subcláusula quarta. Ocorre a preclusão do direito ao reajuste quando a Contratada firma termo aditivo de prorrogação, sem solicitar os novos valores.

Subcláusula quinta. Cabe à Contratada solicitar a inclusão, no termo aditivo a ser firmado, de cláusula com o fim de resguardar o direito em pleitear a futura revisão dos preços contratuais por reajuste.

Subcláusula sexta. O pedido de reajuste deverá ser enviado por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações do TST - Módulo de Peticionamento Eletrônico, mediante a realização de cadastro do interessado, disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0>.

- I. em caso de dúvidas, entrar em contato com o Núcleo de Análise de Alterações Contratuais da Coordenadoria de Gestão e Apoio à Fiscalização de Contratos - NAAC/CGFC, através do e-mail: naac@tst.jus.br - telefone: (61) 3043-4095.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em/...../.....

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

A Contratada deverá cumprir prazo para conclusão dos serviços de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos não consecutivos, distribuídos da seguinte forma:

- I. confecção e instalação do objeto: 50 (cinquenta) dias corridos, contados da assinatura deste contrato.
- II. correção das irregularidades eventualmente listadas pela Fiscalização em sua verificação prévia do objeto: 10 (dez) dias corridos contados do recebimento do Termo de Ajustes.

Subcláusula primeira. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser



encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

Subcláusula segunda. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08, conjunto A, Bloco A, sala AT-152, Brasília-DF, CEP 70.070-943, fones: (061) 3043-4096, e-mail: sgcon@tst.jus.br.

Subcláusula terceira. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

Subcláusula quarta. Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto deste contrato será fiscalizada por um servidor, ou comissão de servidores, designados pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

Subcláusula primeira. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

- I. acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
- II. solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
- III. notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- IV. propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Gestão e Apoio à Fiscalização de Contratos - CGFC os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;
- V. acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT para fins de liquidação e pagamento;
- VI. indicar à Contratada endereço eletrônico para o recebimento da documentação complementar exigida em contrato.

Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

O objeto do presente contrato será recebido das seguintes formas:



- I. **provisória**, mediante termo detalhado a ser emitido pelos fiscais técnico e administrativo, em até três dias úteis após o registro do recebimento da nota fiscal no Portal do SIGEO-JT;
- II. **definitiva**, mediante termo detalhado, a ser emitido pelo gestor do contrato, em até dois dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

Subcláusula primeira. O registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT deverá ser realizado pelo gestor ou pelos fiscais técnico ou administrativo, no prazo de um dia útil a contar do recebimento da notificação do cadastro da nota fiscal no referido sistema.

Subcláusula segunda. O termo do recebimento provisório poderá ser dispensado, caso a fiscalização seja exercida apenas pelo gestor e pelo gestor suplente.

- I. o gestor emitirá o termo de recebimento definitivo no prazo de cinco dias úteis a contar do registro do recebimento da nota fiscal no Portal SIGEO-JT.

Subcláusula terceira. A conclusão da etapa de confecção e instalação do objeto será formalizada por meio de um Termo de Entrega emitido pela Fiscalização e assinado pela Contratada.

- I. após o recebimento do Termo de Entrega, a Fiscalização terá 5 (cinco) dias úteis para fazer uma verificação prévia do objeto e emitir, caso necessário, um Termo de Ajustes, no qual serão listadas as irregularidades a serem sanadas pela Contratada no prazo estabelecido no inciso II do *caput* da cláusula sexta.
- II. caso não sejam constatadas irregularidades durante a verificação prévia da Fiscalização, será emitido Termo de Recebimento Provisório do objeto com a data constante do Termo de Entrega.
- III. em outro caso, depois de sanadas as pendências listadas no Termo de Ajustes, será emitido o Termo de Recebimento Provisório do objeto, com a data em que a Contratada comunicar à Fiscalização a conclusão da solução das irregularidades
- IV. o Termo de Entrega não deverá ser confundido com o Termo de Recebimento Provisório bem como o Termo de Ajustes não deverá ser confundido com o Termo de Recusa.

Subcláusula quarta. Fica a critério da Contratada a utilização de parte do prazo de correção de irregularidades (inciso II do *caput* da cláusula sexta) para a confecção e instalação do objeto (inciso I do *caput* da cláusula sexta) e vice-versa, desde que a soma dos prazos não exceda os 60 dias estabelecidos no *caput* da cláusula sexta.

- I. no caso de todo o prazo ser consumido na confecção e instalação do objeto, não haverá verificação prévia pela Fiscalização uma vez que não haverá prazo para correção de irregularidades. Será seguido exclusivamente o procedimento estabelecido no *caput* desta cláusula.



Subcláusula quinta. Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

- I. só se iniciam e vencem prazos em dias úteis e de expediente no Tribunal Superior do Trabalho.

Subcláusula sexta. Os produtos entregues em desconformidade com o especificado neste contrato, no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada e obrigada a substituí-los a suas expensas, no prazo contratual estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

Subcláusula sétima. A notificação referida na subcláusula anterior suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

Subcláusula oitava. Para o recebimento definitivo, o Contratante poderá efetuar testes nos produtos entregues.

- I. a metodologia para análise dos materiais entregues será a mesma descrita no Anexo III deste contrato, no que couber.

Subcláusula nona. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada produto fornecido e instalado e estará obrigada a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

Subcláusula décima. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

Subcláusula primeira. As notas fiscais deverão acompanhar o objeto a ser entregue na Seção de Controle de Material do TST, situada no SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, subsolo, sala 240, CEP 70070-943, Brasília-DF, (61) 3043-4057.

Subcláusula segunda. O documento fiscal deverá corresponder ao objeto entregue e respectivos valores consignados na nota de empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deverá notificar a Contratada a substituí-lo em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

Subcláusula terceira. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de atesto, liquidação e pagamento.

Subcláusula quarta. Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

Subcláusula quinta. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será feita comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal no



que tange à parcela incontroversa executada, para efeito de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133/21.

Subcláusula sexta. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, no ato de assinatura deste contrato, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

Subcláusula sétima. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste contrato, e utilizará o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução deste contrato, a Contratada se obriga a emendar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I. entregar e instalar os produtos no prazo determinado e na quantidade cotada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no local indicado pelo Contratante.
- II. substituir, a suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
 - a. a Contratada deverá retirar o produto ou componente recusado no momento da entrega do correto.
 - b. o Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo a Administração dar a destinação que julgar conveniente ao produto abandonado em suas dependências.
- III. comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao fornecimento do produto, bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- IV. efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.
 - a. por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.
- V. encaminhar a documentação complementar exigida neste contrato por meio do endereço eletrônico indicado pela Fiscalização;



- VI.** apresentar, no prazo de 15 dias a contar do início da vigência deste contrato, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade previsto no Anexo IV;
- VII.** fornecer, na ocasião da entrega dos produtos, o termo de garantia contra defeitos de fabricação de, no mínimo, 12 meses, contados da data do recebimento definitivo
- VIII.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de dez dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária a sua comprovação;
- IX.** manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- X.** responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;
- XI.** responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

Subcláusula primeira. A Contratada não será responsável:

- I.** por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II.** por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste contrato ou no edital.

Subcláusula segunda. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I.** proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste contrato;
- II.** promover os pagamentos nas condições e prazo estipulados; e
- III.** fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais.
 - a. as solicitações de atestado de capacidade técnica devem ser feitas à Secretaria de Administração do Tribunal Superior do Trabalho, por meio de requerimento formal, no qual devem constar a razão social da contratada, o



número da inscrição no CNPJ, o objeto contratado e o número do Contrato e/ou da Nota de Empenho.

- b. o requerimento deve ser enviado por meio do SEI - Sistema Eletrônico de Informações do TST - Módulo de Peticionamento Eletrônico, mediante a realização de cadastro do interessado, disponível no seguinte endereço eletrônico:

<https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0>.

- c. em caso de dúvidas, entrar em contato com o NCP – Núcleo de Cadastramento Processual, por meio do endereço eletrônico: ncp@tst.jus.br.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

Fundamentado nos artigos 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, serão aplicadas as seguintes sanções ao licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas:

- I. **advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. **impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando:
 - a. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b. der causa à inexecução total do contrato;
 - c. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - d. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- III. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) até 6 (seis) anos, quando:
 - a. praticar as infrações previstas no inciso II do caput desta cláusula que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
 - b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento) do respectivo valor total.

Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

Subcláusula terceira. Sanções pecuniárias aplicáveis à Contratada poderão ser substituídas pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.

Subcláusula quarta. A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação poderá resultar na rescisão deste contrato, além das penalidades já previstas em lei, caso a Contratada não regularize a situação no prazo de 30 dias.

Subcláusula quinta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula sexta. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e a sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA TREZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUATORZE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do artigo 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINZE - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei nº 14.133/21 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA EXTINÇÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas no artigo 137, na forma do artigo 138, inclusive com as consequências do artigo 139, da Lei nº 14.133/21.



CLÁUSULA DEZESSETE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em curriculum vitae, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA DEZOITO - DA PROTEÇÃO DE DADOS

O controlador, o encarregado e o operador de dados deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/08/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.

Subcláusula primeira. O Contratante figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à Contratada para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. A Contratada será Controlador dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

Subcláusula segunda. As partes estão obrigadas a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.

Subcláusula terceira. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

- I. eventualmente, as partes podem ajustar que o Contratante será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta subcláusula.

Subcláusula quarta. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TST, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.



Subcláusula quinta. Os dados pessoais tratados e operados serão eliminados após o término deste contrato, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

- I. cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- II. estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- III. uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

Subcláusula sexta. O Encarregado indicado pela Contratada manterá contato formal com o Encarregado pelo contrato indicado pelo Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

Subcláusula sétima. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à Contratada, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à Fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

CLÁUSULA DEZENOVE - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.



Subcláusula quinta. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

Subcláusula sexta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

Subcláusula sétima. Em consonância com a Resolução 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional da Justiça, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

- I. A vedação constante nesta subcláusula se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam digitalmente este termo para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta.



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 01 – MESA ERGONÔMICA

1 CAIXA EXTERNA

- 1.1 Projeto executivo: pranchas 01/08 a 04/08
- 1.2 Dimensões gerais: 141,8 cm (largura) x 90,9 cm (profundidade) x 90 cm (altura)
- 1.3 Componentes: painéis decorativos (direito e esquerdo), painel posterior e painéis laterais (direito e esquerdo).
- 1.4 É fundamental que a caixa externa seja desmontável para viabilizar as constantes mudanças que são realizadas no TST. Por isso, o projeto foi concebido em painéis.
- 1.5 Acessórios: canaleta para apoio de cabos e barra em aço com tomadas elétricas e de dados.
- 1.6 Painéis decorativos:
 - 1.6.1 Dimensões gerais: 33,9 x 25,9 x 90 cm, em formato de “L”.
 - 1.6.2 Os painéis decorativos (direito e esquerdo) são idênticos entre si, porém espelhados.
 - 1.6.3 Confeccionados em chapas de MDF cru de 9mm de espessura sobrepostas a chapas de MDF cru de 15mm de espessura.
 - 1.6.4 Cada painel decorativo será composto por 12 (doze) peças: (ver imagens 05 a 08 na prancha 03/08)
 - D-1: 23,5 x 87 x 1,5 cm;
 - D-2: 30 x 87 x 1,5 cm;
 - D-3: 10,5 x 39 x 1,5 cm;
 - D-4: 25,9 x 3 x 1,5 cm (cortada em meia esquadria); D-5: 33,9 x 3 x 1,5 cm (cortada em meia esquadria); D-6: 11,5 x 3, x 1,5 cm;
 - D-7: 25 x 31,5 x 0,9 cm;
 - D-8: 25 x 17,5 x 0,9 cm;
 - D-9: 25 x 39 x 0,9 cm;
 - D-10: 33,9 x 31,5 x 0,9 cm;
 - D-11: 33,9 x 17,5 x 0,9 cm;
 - D-12: 33,9 x 39 x 0,9 cm.
 - 1.6.5 As peças D-1 e D-2 não precisarão ser revestidas. Somente os trechos que ficarão aparentes, configurando o fundo dos frisos, deverão ser pintados com laca PU texturizada preta (referência M168, da Sayerlack ou similar).
 - 1.6.5.1 Para a aplicação da laca, deverão ser utilizados primer e catalisador, conforme orientações do fabricante.
 - 1.6.6 As peças D-3 serão revestidas em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar.



1.6.6.1 Os topos aparentes deverão ser revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.

1.6.7 As peças D-4, D-5 e D-6 serão revestidas em fita de borda de PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.

1.6.8 As peças D-7, D-8, D-9, D-10, D-11 e D-12 serão revestidas em lâmina de madeira natural Sapele Pommele com acabamento em verniz PU brilhante.

1.6.8.1 As peças revestidas com lâmina de madeira natural deverão se aproximar o máximo possível do padrão do mobiliário já existente nos gabinetes do TST, o que inclui a variação cromática, os “desenhos da madeira”, a textura e o brilho final das faces.

1.6.8.2 As fibras (desenhos ou veios) do folheado (lâmina de madeira natural) utilizado no revestimento das peças deverão estar na mesma direção e sentido (perpendicular ao piso), para que haja uniformidade entre elas.

1.6.8.3 Deverão ser utilizadas quantas demãos de verniz forem necessárias para a obtenção de superfícies perfeitamente lisas e brilhantes.

1.6.9 Entre as peças D-7 e D-8, D-8 e D-9, D-10 e D-11, D-11 e D-12 deverá ser deixado um espaço de 10mm, configurando frisos em baixo relevo (ver item 1.6.5 e imagem 07 na prancha 03/08).

1.6.10 As peças D-3 irão auxiliar no apoio do painel posterior e na camuflagem dos cabos de ligação dos equipamentos de informática.

1.7 Painel posterior:

1.7.1 Dimensões gerais: 137 cm (largura) x 88,5 cm (altura) x 3 cm (espessura)

1.7.2 Confeccionado em chapas de MDF cru de 15mm de espessura.

1.7.3 Composto por 04 (quatro) peças: (ver imagens 9 a 11 na prancha 03/08) P-1: 93 x 49,5 x 1,5 cm;

P-2: 137 x 88,5 x 1,5 cm (com recorte);

P-3: 23,5 x 3 x 1,5 cm (02 unidades).

1.7.4 As peças que compõem o painel posterior, ao serem coladas entre si, irão criar o espaço exato para o encaixe do painel decorativo.

1.7.5 Na parte inferior do painel posterior, as peças P-3 serão responsáveis por ajudar no apoio aos painéis decorativos bem como por permitir a fixação das sapatas niveladoras.

1.7.6 Revestido em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar.

1.7.6.1 O revestimento deverá cobrir todas as emendas entre as peças, deixando-as imperceptíveis.

1.7.6.2 Os topos deverão ser revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.

a) Na parte superior do painel, uma única fita de borda deverá cobrir a espessura das duas placas de MDF, totalizando 30mm de largura.

1.7.6.3 As faces que ficarão totalmente encobertas por outros painéis não precisarão ser revestidas.

1.8 Painéis laterais:

1.8.1 Dimensões gerais: 87 cm (largura) x 88,5 cm (altura) x 3 cm (espessura)



- 1.8.2 Os painéis laterais (direito e esquerdo) são idênticos entre si, porém espelhados.
- 1.8.3 Confeccionados em chapas de MDF cru de 15mm de espessura.
- 1.8.4 Cada painel lateral será composto por 03 (três) peças: (ver imagens 12 a 14 na prancha 04/08)
- L-1: 58,5 x 77 x 1,5 cm;
- L-2: 87 x 88,5 x 1,5cm (com recorte); L-3: 87 x 3 x 1,5cm.
- 1.8.5 As peças que compõem cada um dos painéis laterais, ao serem coladas entre si, irão criar o espaço exato para o encaixe do painel decorativo.
- 1.8.6 Na parte inferior de cada painel lateral, a peça L-3 será responsável por ajudar no apoio ao painel decorativo bem como por permitir a fixação das sapatas niveladoras.
- 1.8.7 Revestidos em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar.
- 1.8.7.1 O revestimento deverá cobrir todas as emendas entre as peças, deixando-as imperceptíveis.
- 1.8.7.2 Os topos deverão ser revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.
- a) Nas partes superior e frontal dos painéis, uma única fita de borda deverá cobrir a espessura das duas placas de MDF, totalizando 30mm de largura.
- 1.8.7.3 As faces que ficarão totalmente encobertas por outros painéis não precisarão ser revestidas.
- 1.9 Acessórios:**
- 1.9.1 Canaleta para apoio de cabos
- 1.9.1.1 Dimensões gerais: 114 cm (largura) x 10 cm (profundidade) x 8 cm (altura)
- 1.9.1.2 Confeccionada em chapa de aço de 1,2mm de espessura (#18), pintada com tinta eletrostática epóxi-pó na cor preta e acabamento texturizado acetinado.
- 1.9.1.3 Servirá para apoio dos cabos de ligação dos equipamentos de informática.
- 1.9.1.4 A canaleta deverá ser fixada na face interna do painel posterior, horizontalmente centralizada e na altura indicada no projeto, para não comprometer a amplitude de movimentação do tampo posterior da mesa.
- 1.9.2 Barra em aço com tomadas
- 1.9.2.1 Cada mesa possuirá uma unidade de barra em aço com tomadas. No projeto, foram representadas duas barras por mesa apenas para indicação das posições possíveis para sua fixação, uma vez que cada gabinete possui um layout diferente e o lado mais adequado para a instalação varia de caso a caso.
- a) A instalação da barra em aço com tomadas deverá ser feita no momento da instalação da mesa em seu local de utilização, conforme a orientação da Fiscalização do contrato.
- 1.9.2.2 Cada barra deverá conter 04 (quatro) tomadas elétricas de poço externo (2P + T, padrão brasileiro, 10A, tensão 250 volts), retangulares, dispostas longitudinalmente e 02 (duas) posições para conectores do tipo RJ45.
- 1.9.2.3 A Contratada deverá fornecer 2 (dois) conectores RJ45 fêmea com corpo keystone e 2 (dois) conectores RJ45 macho.



a) Tomada de telecomunicações tipo RJ-45, destinada a sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo os requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568-B, categoria 6, corpo em termoplástico de alto impacto não propagante de chamas, fornecido com aliviador de tensão, limitador de curvatura e tampa de proteção frontal articulada, vias de contato produzidas em cobre berílio com camadas de 3,81 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, conectorizado na configuração T568-A.

1.9.2.4 O circuito elétrico deverá ficar em compartimento blindado, aterrado e isolado do cabeamento de dados.

1.9.2.5 A barra terá cabo PP 3 x 1,5 mm² (15 A, tensão de até 250 VCA) para alimentar o circuito de tomadas elétricas e possuir um borne para ligação na rede elétrica.

1.9.2.6 A entrada dos cabos de rede se dará de forma longitudinal por meio de um orifício na extremidade da barra. Além disso, deverá haver tampa removível na região dos conectores RJ45 para a instalação do cabeamento de dados.

1.9.2.7 Dimensões aproximadas da barra: L4xP4xA30cm.

1.9.2.8 Padrão de referência: Barras Slim Multicom da SCD ou similar.

1.10 As faces de MDF a serem unidas entre si, tanto em um mesmo painel quanto em painéis diferentes, deverão ser cruas para que se obtenha um melhor acabamento do conjunto.

1.11 Toda a caixa externa deverá estar apoiada sobre sapatas niveladoras em aço com acabamento zincado preto.

1.11.1 Diâmetro de 31mm para os painéis laterais e posterior (08 unidades). Padrão de referência: Gecele 605.31 ou similar.

1.11.2 Diâmetro de 20mm para os painéis decorativos – peças D-3 (02 unidades). Padrão de referência: Gecele 605.20 ou similar.

1.12 Durante a instalação das mesas poderá ser identificada a necessidade de furos na caixa externa para a passagem de cabos. A Contratada deverá responsabilizar-se pela execução desses furos, a critério e conforme orientação da Fiscalização, bem como pelo fornecimento dos “conjuntos passa-fio” correspondentes.

1.12.1 Conjunto passa-fio (passa fio e tampa) em poliestireno para mesa, com diâmetro de 6cm, na cor preta ou marrom, dependendo da posição do furo. Padrão de referência: Gecele 322 ou similar.

1.12.2 A altura das sapatas não foi considerada nas dimensões gerais da caixa externa.

2 MESA ERGONÔMICA

2.1 Projeto executivo: pranchas 05/08 e 06/08

2.2 Dimensões gerais: 133 cm (largura) x 86 cm (profundidade) x altura variável

2.3 Componentes: estrutura com regulagem de altura e tampos (frontal e posterior).

2.4 Estrutura com regulagem de altura:

2.4.1 Desenvolvida para que o usuário possa posicionar os dois tampos de forma independente, de acordo com sua estatura e comodidade.



2.4.2 Confeccionada em aço, com pintura eletrostática epóxi-pó na cor preta e acabamento texturizado acetinado.

2.4.3 Composta por pés, estruturas de sustentação dos tampos e caixas de engrenagem.

2.4.3.1 Os pés serão confeccionados com tubos de aço de seção retangular (50x30mm).

2.4.3.2 A estrutura de sustentação dos tampos será confeccionada com tubos de aço de seção quadrada (30x30mm).

2.4.4 As caixas de engrenagem verticais deverão seguir as dimensões apresentadas no projeto; a caixa de engrenagem horizontal deverá ser dimensionada de acordo com o mecanismo a ser utilizado para a movimentação dos tampos.

2.4.5 A regulagem da altura dos tampos será possível por meio do giro de duas manivelas. Cada uma delas acionará um conjunto de mecanismos internos, dotados de roscas sem fim, fusos, eixos, engrenagens e outros dispositivos perfeitamente sincronizados que possibilitarão o movimento independente de cada tampo, com leveza, rapidez, precisão e estabilidade.

2.4.6 A regulagem de altura do tampo posterior deverá obedecer ao intervalo de 65 a 91 cm e a do tampo frontal ao intervalo de 65 a 78cm, medidos do piso à face superior de cada tampo.

2.4.7 Os tubos metálicos, que compõem a estrutura deverão ter, em suas extremidades, ponteiros de encaixe interno, em polietileno, na cor preta.

2.4.8 A estrutura deverá ter sapatas niveladoras em aço (\varnothing 50mm) com acabamento na cor preta.

2.5 Tampos:

2.5.1 Confeccionados em MDF cru de 15mm de espessura, com trechos de dupla espessura (15mm + 9mm = 24mm).

2.5.1.1 Os parafusos que fixarão o MDF de 9 mm ao MDF de 15mm deverão ser aplicados de baixo para cima. Os locais do tampo onde houver parafusos deverão ser escareados, no máximo em 2,5mm, de forma a abrigar totalmente a cabeça do parafuso, a fim de que não existam ressalto na face inferior do tampo.

2.5.2 Revestidos em couro sintético preto.

2.5.2.1 O couro deverá ser flexível, mas, ao mesmo tempo, resistente, e apresentar textura suave e brilho acetinado.

2.5.2.2 O revestimento em couro deverá cobrir toda a face superior dos tampos e os topos, avançando na face interior o suficiente para que se garanta um bom acabamento.

2.5.2.3 O revestimento em couro deverá estar perfeitamente colado e aderido aos tampos, de forma a evitar o aparecimento de bolhas, rugas ou qualquer outro tipo de imperfeição.

2.5.2.4 O acabamento da fixação do couro na face inferior dos tampos (dobras e grampos) deverá ser feito de modo a não deixar elementos grosseiros ao toque.

2.5.3 Tampo posterior:

2.5.3.1 Dimensões gerais: 133 cm (largura) x 29 cm (profundidade) x 2,4 cm (espessura)

2.5.3.2 Trechos de dupla espessura nas laterais, com 5cm de largura e na parte frontal, com 13cm de largura (ver "Vista superior – mesa com tampos" na prancha 05/08).



2.5.3.3 O tampo posterior terá todas as bordas retas.

2.5.3.4 No tampo posterior deverão ser feitos 02 (dois) furos de 6cm de diâmetro para a passagem de cabos.

a) Nos furos, deverão ser colocados conjuntos passa-fio (passa fio e tampa) em poliestireno para mesa, com diâmetro de 6cm, na cor preta. Padrão de referência: Gecele 322 ou similar.

2.5.4 Tampo frontal:

2.5.4.1 Dimensões gerais: 133 cm (largura) x 57 cm (profundidade) x 2,4 cm (espessura)

2.5.4.2 A borda frontal deverá ter formato ergonômico, com recorte côncavo. (ver desenho e dimensões no projeto).

a) As concordâncias das curvas no recorte côncavo do tampo inferior deverão estar perfeitamente realizadas, de forma que não se apresentem nem mesmo mínimas arestas.

2.5.4.3 Trecho de dupla espessura apenas na parte frontal, com 9cm de largura, acompanhando o recorte côncavo (ver "Vista superior – mesa com tampos" na prancha 05/08).

2.5.4.4 O tampo frontal terá borda frontal boleada (180°) no próprio MDF.

2.6 A mesa ergonômica tem largura e profundidade 1cm menores do que as medidas internas da caixa externa para que, quando forem montadas em conjunto, exista uma folga de 0,5cm em cada um de seus lados (ver "Vista superior – caixa externa + mesa" na prancha 07/08).

ITEM 02 – MESA AUXILIAR PARA IMPRESSORA

1 PROJETO EXECUTIVO: PRANCHA 06/08

1.1 Dimensões gerais: 80 cm (largura) x 65 cm (profundidade) x 77 cm (altura)

1.2 Componentes: tampo e 02 (dois) montantes laterais, ligados por uma travessa central.

1.3 Confeccionada em chapa de MDF cru de 25mm de espessura, com bordas retas, porém não cortantes.

1.4 Revestida em laminado melamínico preto com acabamento Wood Poro, da Fórmica ou similar.

1.4.1 Os topos deverão ser revestidos com fita de borda em PVC de 1mm de espessura, da mesma cor e acabamento do laminado melamínico, sem bordas cortantes.

1.5 A travessa central deverá ter 25cm de altura e estar afastada 20cm da face inferior do tampo.

1.6 A mesa deverá estar apoiada sobre sapatas niveladoras de 31mm de diâmetro, em aço, com acabamento zincado preto. Padrão de referência: Gecele 605.31 ou similar.

1.7 Na parte posterior do tampo deverão ser feitos 02 (dois) furos de 6cm de diâmetro para a passagem de cabos.

1.7.1 Nos furos, deverão ser colocados conjuntos passa-fio (passa fio e tampa) em poliestireno para mesa, com diâmetro de 6cm, na cor preta. Padrão de referência: Gecele 322 ou similar.

2 OBSERVAÇÕES GERAIS

2.1 Todas as dimensões deverão seguir o projeto fornecido. Pequenas variações deverão ser informadas à Fiscalização para as devidas adaptações.



- 2.2 Todo o conjunto deverá ser de fácil montagem e desmontagem, para facilitar seu transporte até o local de instalação e para viabilizar futuras mudanças do móvel para outros ambientes.
- 2.3 Todo o conjunto deverá ser perfeitamente nivelado e firme. Quaisquer desencontros, juntas, frestas, quinas vivas e/ou cortantes, desnivelamentos, soldas grosseiras e/ou mal acabadas, acabamento irregular e/ou manchado e/ou outras fragilidades das peças serão motivos de reprovação para o trabalho executado.
- 2.4 Todo o conjunto deverá seguir o padrão de acabamento especificado no projeto e neste documento.
- 2.5 Não deverá haver parafusos aparentes.
- 2.6 Qualquer outro elemento existente no mobiliário, cujo padrão cromático não tenha sido citado nestas especificações, deverá acompanhar a cor do elemento principal.
- 2.7 Os componentes especificados poderão ser substituídos por outros similares, desde que a comprovação da similaridade seja apresentada à Fiscalização e autorizada pelo Contratante.
- 2.8 Deverão ser obedecidas as demais especificações constantes das Normas Brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – móveis para escritório –, em especial a NBR 13967, de set/97 e NBR 14113, de jun/98, que não colidirem com as presentes especificações, bem como a Norma Reguladora NR-17 – Ergonomia, do Ministério do Trabalho, no que for aplicável.

ITEM 03 – ESTANTE PARA EXPOSIÇÃO DE LIVROS

1 CARACTERÍSTICAS

- 1.1 Estantes em MDF com 04 (quatro) eixos verticais (02 laterais e 02 divisórias internas) e 08 (oito) eixos horizontais (prateleiras, tampo e base), com formato prismático retangular (conforme projetos executivos anexos).
- 1.2 Dimensão total acabada estante: 2680 mm de largura x 375 mm de profundidade x 2541 mm de altura.

2 ESTRUTURA

2.1 COMPONENTES

- 2.1.1 02 (duas) Laterais, 02 (duas) Divisórias e Base (sóculo), confeccionadas em madeira MDF 25 mm;
- 2.1.2 Tampo (chapéu) em madeira MDF 18 mm;
- 2.1.3 Fundo (encosto) em madeira MDF 15 mm;
- 2.1.4 18 (dezoito) prateleiras em quadro (grade) metálico (metalon 20x20mm) revestido em madeira MDF;
- 2.1.5 Rodapé em quadro metálico (metalon 50x20 mm).



3 ACABAMENTO

- 3.1 Laterais e Divisórias revestidas em todas as suas faces e topos com lâmina de madeira pré-composta de “Ébano linheiro” com aplicação de verniz poliuretano fosco.
- 3.2 Conjunto das Prateleiras com revestimento em lâmina de madeira natural “Sapele Pomelle” em todas as faces e topos, com aplicação de verniz poliuretano brilhante.
- 3.3 Base (sóculo) revestida em sua face inferior e topos com lâmina de madeira pré-composta de “Ébano linheiro”, com aplicação de verniz poliuretano fosco. Face superior da chapa com acabamento em lâmina de madeira natural “Sapele Pomelle”, com aplicação de verniz poliuretano brilhante. (ver imagem anexa).
- 3.4 Tampo (chapéu) revestido em sua face superior e topos com lâmina de madeira pré-composta de “Ébano linheiro”, com aplicação de verniz poliuretano fosco. Face inferior da chapa com revestimento em lâmina de madeira natural “Sapele Pomelle”, com aplicação de verniz poliuretano brilhante. (ver imagem anexa).
- 3.5 Encosto revestido com laminado melamínico de alta pressão, na cor cinza texturizada (ref.: Fórmica L139 ou Platina Cinza Office Gray da Perstop ou similares), em ambas as faces da chapa.

4 PRATELEIRAS

- 4.1 Prateleiras móveis com estrutura em quadro (grade) metálica soldada, confeccionada em metalon de aço carbono SAE 1020, #18 (1,20 mm), perfil 20 x 20 mm, coberta com 02 (duas) chapas de madeira MDF cada uma. Chapa superior em madeira MDF 5,5 mm e a inferior em madeira MDF 15 mm. Encabeçamento em madeira MDF 5,5 mm com boleado especial (conforme projeto executivo anexo). Utilizar para fixação das prateleiras às laterais e divisórias, suportes plásticos com pinos metálicos (ref.: VB 135 da Hettich ou similares).

5 RODAPÉ

- 5.1 Rodapé em quadro metálico soldado confeccionado com metalon de aço carbono SAE 1020, #18 (1,20mm), perfil 50 x 20 mm, com tratamento prévio antiferruginoso (desengraxante “Paikor”, decapante, fosfatizante e passivador), e anticorrosivo (fosfatização) com aplicação de primer rico em cromato de zinco. Pintura em pó híbrida eletrostática acetinada, de cor preta texturizada, polimerizada em estufa, curada a 180° graus, camada mínima de 40 microns de espessura, assegurando excelente aderência de cobertura.

6 NIVELAMENTO

- 6.1 UTILIZAR sapatas metálicas reguláveis de Ø 31 mm, com base em poliestireno injetado de alto impacto e parafuso rosca métrica 5/16, em toda extensão do rodapé.

OBSERVAÇÕES:



- As fibras (desenhos ou veios) dos folheados aplicados nas Prateleiras, Base e Tampo das Estantes deverão estar regulares e uniformes e, em sua direção e sentido, paralelas à frente das prateleiras;
- As fibras (desenhos e veios) dos folheados aplicados nas Laterais e Divisórias das Estantes deverão estar na mesma direção e absolutamente verticais (perpendiculares à linha do piso);
- Caso haja necessidade de juntas e emendas nas chapas de MDF (base, tampo, encosto), estas deverão estar localizadas rigorosamente nas linhas das divisórias das prateleiras (observar projeto executivo anexo).

7 OBSERVAÇÕES GERAIS

- 7.1 Não serão aceitas soluções que apresentem quinas vivas e/ou cortantes, parafusos e ferragens aparentes, soldas de má qualidade estrutural/estética e superfícies que tenham pintura ou aplicação de verniz irregulares e/ou manchadas;
- 7.2 As estantes deverão ser autoportantes e todas as suas partes deverão ser perfeitamente niveladas e firmes. Quaisquer desencontros, juntas, frestas, desnivelamentos e/ou outras fragilidades da peça, não autorizados no projeto, serão motivos de reprovação para o trabalho executado;
- 7.3 Os componentes especificados poderão ser substituídos por outros similares, desde que a comprovação da similaridade seja apresentada à Fiscalização e autorizada pelo Contratante;
- 7.4 As peças deverão ser transportadas e entregues com proteção adequada.



ANEXO II

PROJETOS EXECUTIVOS

MINUTA

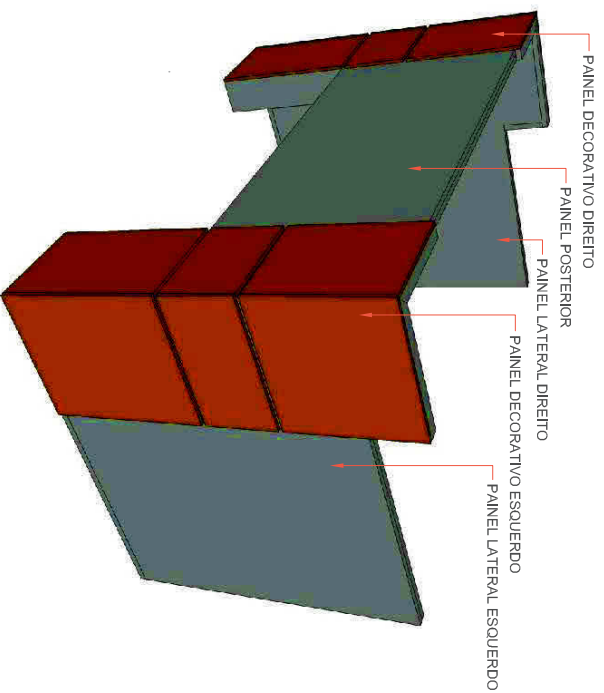
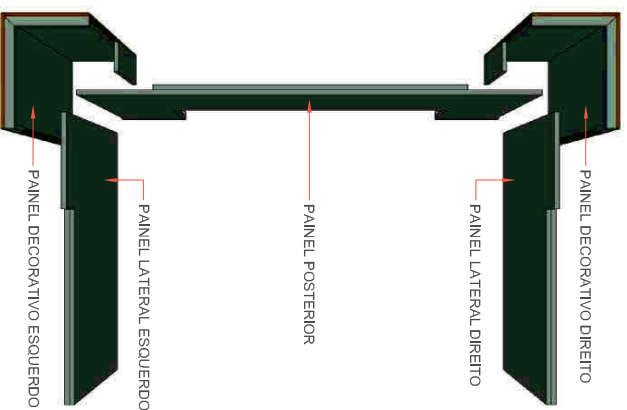


IMAGEM 01: CAIXA EXTERNA COMPLETA
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
VISTA "EXTERNA"



**IMAGEM 03: CAIXA EXTERNA COMPLETA
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 03
VISTA SUPERIOR DESMONTADA**

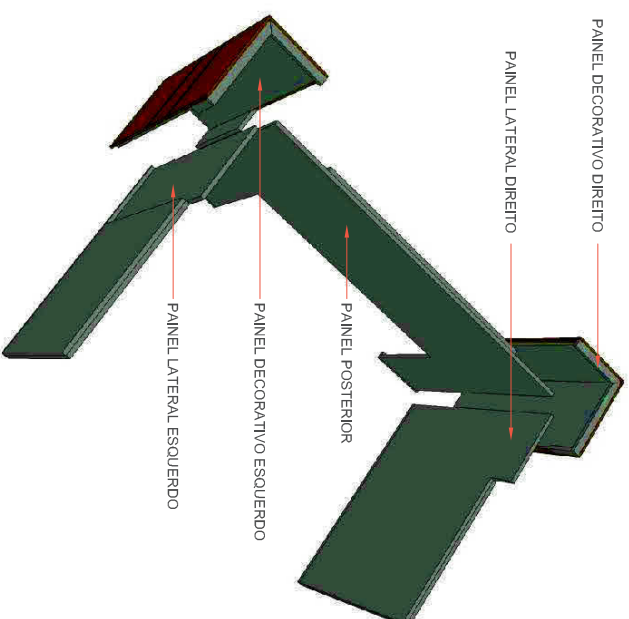


IMAGEM 04: CAIXA EXTERNA COMPLETA
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 04
PERSPECTIVA DESMONTADA

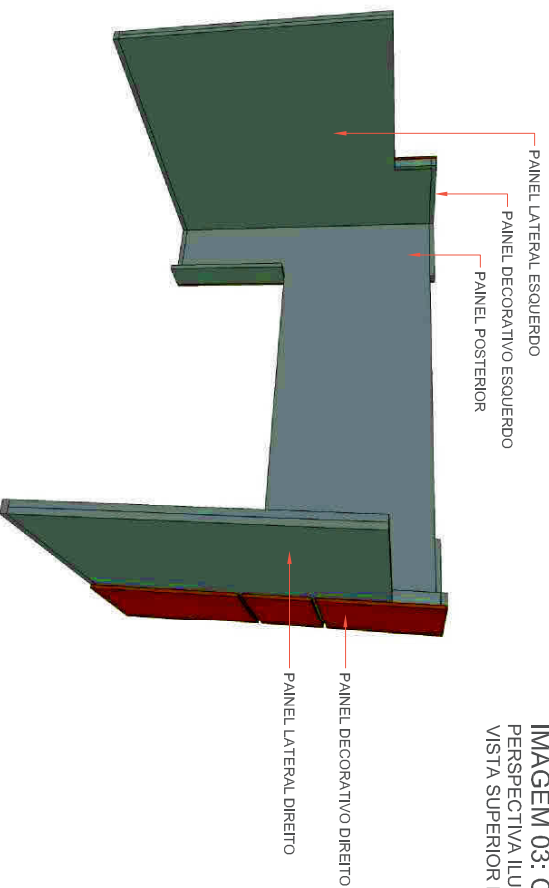
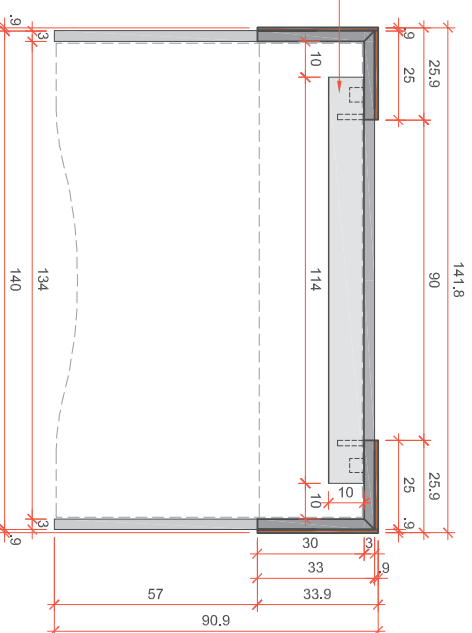
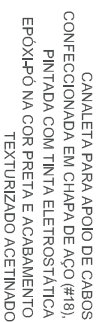
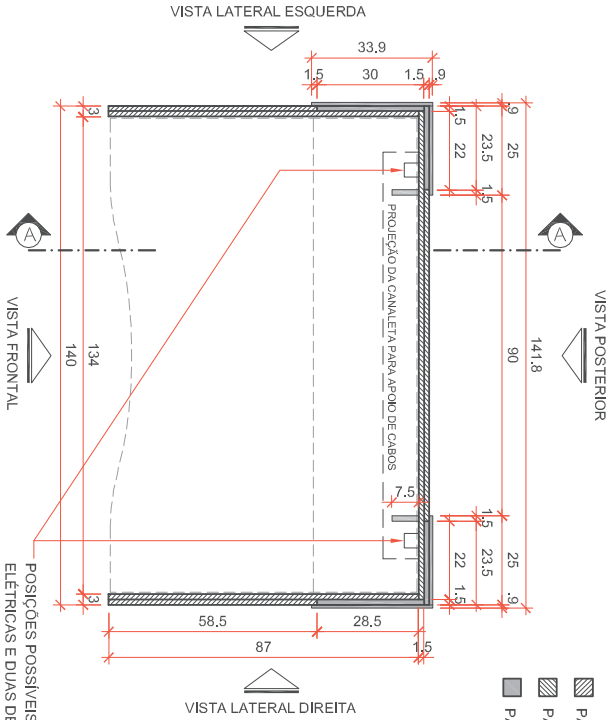


IMAGEM 02: CAIXA EXTERNA COMPLETA
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
VISTA "INTERNA"



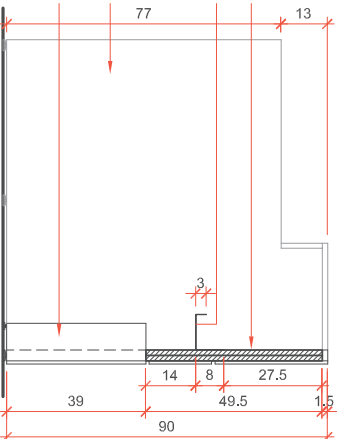
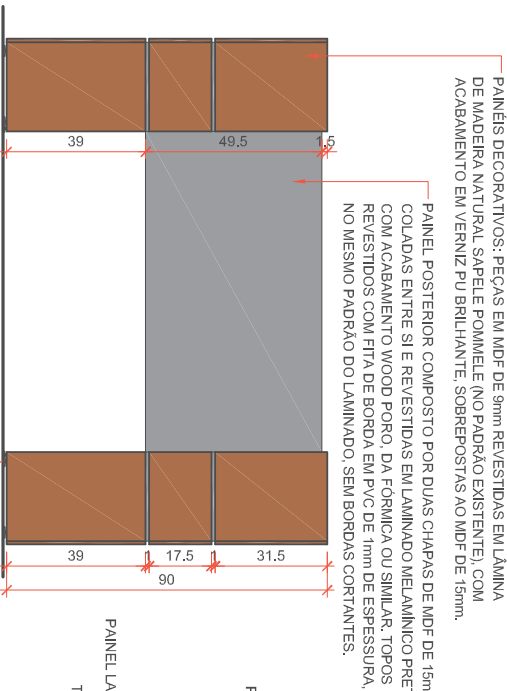
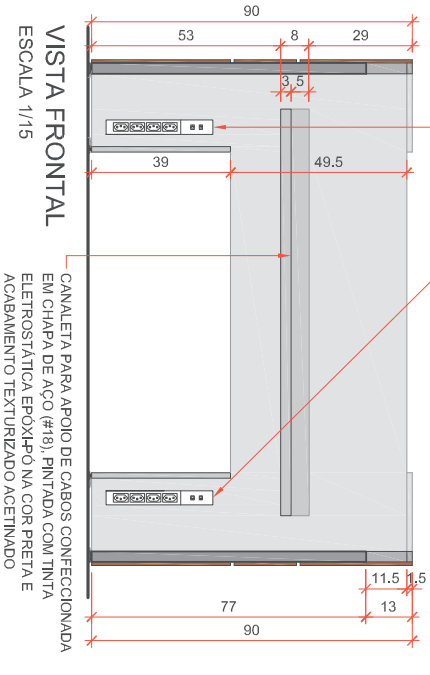
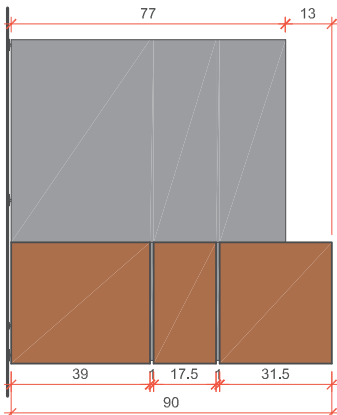
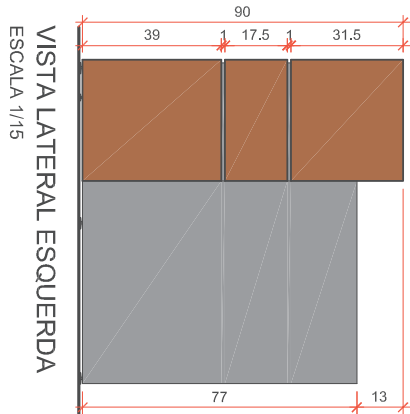
VISTA SUPERIOR - CAIXA EXTERNA
ESCALA 1/15

			ESCALA: indicada
Tribunal Superior do Trabalho			
PROJETO:	LOCAL:	OBS.:	PRANCHA:
MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR	GABINETES DE MINISTROS	AS DIVERSAS PLACAS QUE COMPÕEM CADA UMA DAS PEÇAS DA CAIXA EXTERNA FORAM REPRESENTADAS NAS PERSPECTIVAS ILUSTRATIVAS APENAS PARA FACILITAR A COMPREENSÃO DO PROJETO. NO MOMENTO DA EXECUÇÃO, O LAMINADO METALÍNICO / FTTA DE BORDA EM PVC DEVERÁ COBRIR ESSAS EMENDAS (EM CADA UM DOS PAINÉIS), DEIXANDO-AS IMPERCEPTÍVEIS.	01/08
DESENHO: CMAP	DATA: OUTUBRO/2016		



PLANTA CAIXA EXTERNA - 50cm ACIMA DO PISO

PLANTA CAIXA EXTERNA - 20cm ACIMA DO PISO



Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO:

MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR

LOCAL:

GABINETES DE MINISTROS

OBS.:

ESCALA: indicada

PRANCHA:

TST

DESENHO: CMAP

DATA: OUTUBRO/2016

02/08

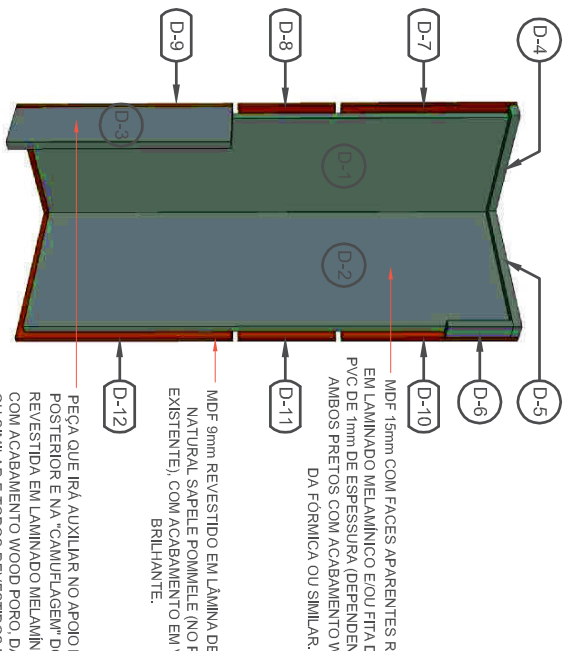


IMAGEM 05:
PAINEL DECORATIVO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
VISTA INTERNA

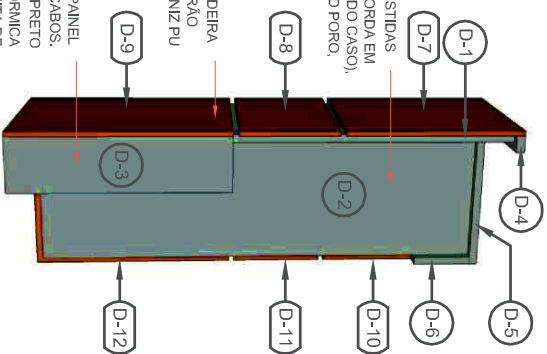


IMAGEM 06:
PAINEL DECORATIVO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
VISTA MISTA

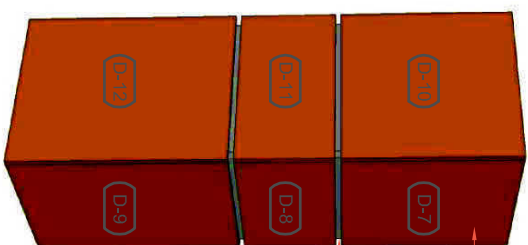


IMAGEM 07:
PAINEL DECORATIVO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 03
VISTA EXTERNA

PEÇAS EM MDF 9mm REVESTIDAS EM LÂMINA DE MADEIRA NATURAL SAPELE POMMELE (NO PADRÃO EXISTENTE), COM ACABAMENTO EM VERNIZ PU BRILHANTE, SOBREPOSTAS AO MDF DE 15mm.

FRISO EM BAIXO RELEVO (10mm DE LARGURA E 9mm DE PROFUNDIDADE), NO FUNDO DO FRISO, O MDC DE 15mm QUE COMPÕE O PAINEL DECORATIVO DEVERÁ SER PINTADO COM LACA PU TEXTURIZADA PRETA (REF.: M168) DA SAYERLACK OU SIMILAR, COM PRIMER E CATALISADOR, CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE.

PARTE SUPERIOR DO PAINEL DECORATIVO
COM JUNTA EM MEIA ESQUADRIA.

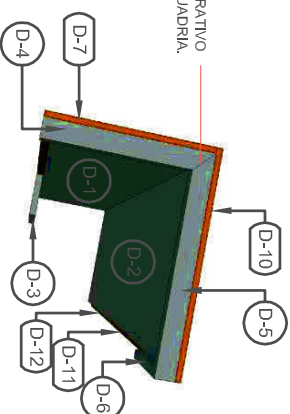
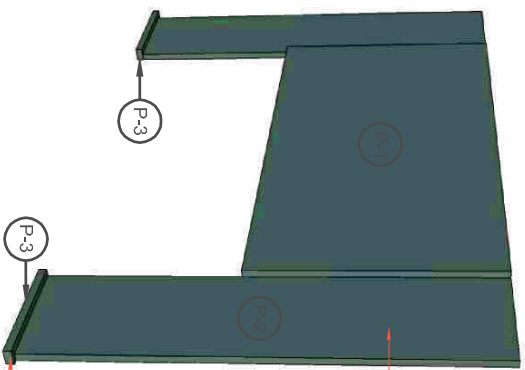
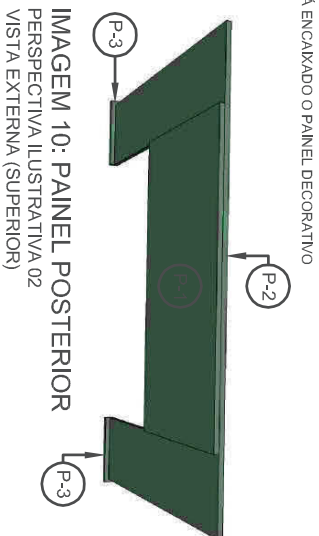


IMAGEM 08:
PAINEL DECORATIVO
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 04
VISTA SUPERIOR

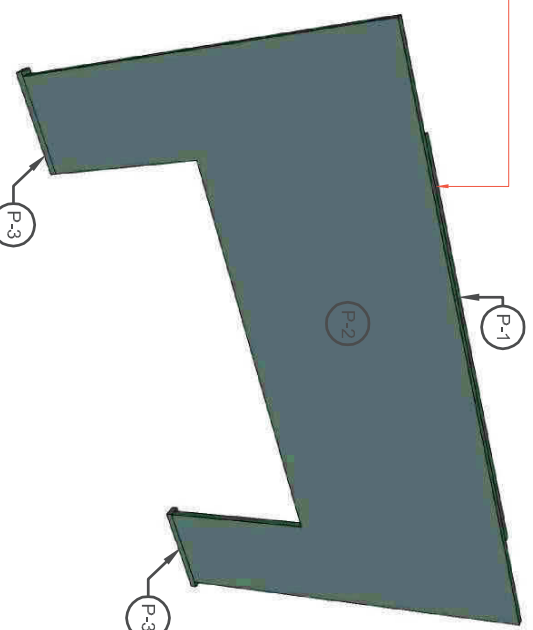


**IMAGEM 09: PAINEL POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
VISTA EXTERNA**



**IMAGEM 10: PAINEL POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
VISTA EXTERNA (SUPERIOR)**

PANEL COMPOSTO POR DUAS CHAPAS DE MDF DE 15mm COLADAS ENTRE SI E REVESTIDAS EM LAMINADO MELAMINICO PRETO COM ACABAMENTO WOOD PORO. DA FORMA OU SIMILAR E TOPOS REVESTIDOS EM FITA DE BORDA EM PVC DE 1mm DE ESPESURA, DA MESMA COR E ACABAMENTO DO LAMINADO. SEM BORDAS CORPANTES.



**IMAGEM 11: PAINEL POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 03
VISTA INTERNA**

Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO:

MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR

LOCAL:

GABINETES DE MINISTROS

OBS.:

- NAS PERSPECTIVAS ILUSTRATIVAS FOI REPRESENTADO O PAINEL DECORATIVO DIREITO. PARA O PAINEL DECORATIVO ESQUERDO, BASTA ESPELHAR TODA A ESTRUTURA. - A DESCRIÇÃO DAS PEÇAS NUMERADAS (D-1, D-2,... P-1, P-2,...) ENCONTRA-SE NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

ESCALA:	
sem escala	
PRANCHA:	

TST

DESENHO: CMAP

DATA: OUTUBRO/2016

03/08

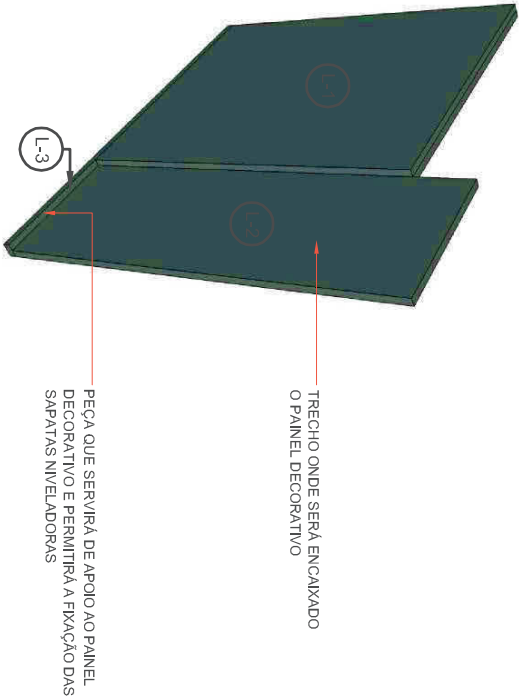


IMAGEM 12: PAINEL LATERAL
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
VISTA EXTERNA

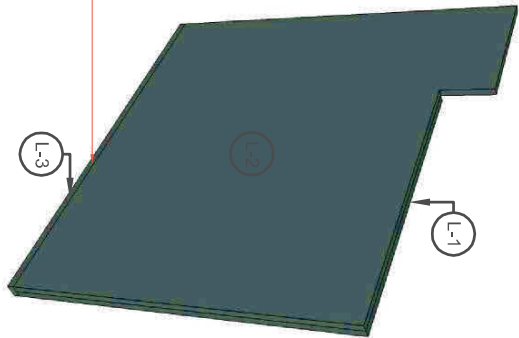


IMAGEM 13: PAINEL LATERAL
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
VISTA INTERNA

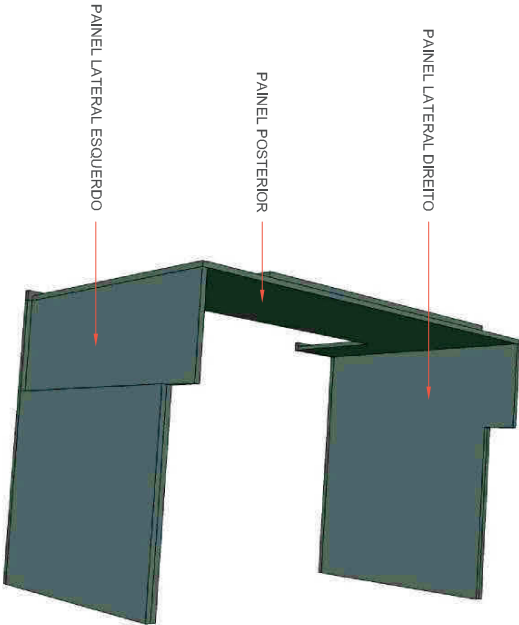


IMAGEM 15:
PAINÉIS LATERAIS E POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 01
(SEM PAINÉIS DECORATIVOS)

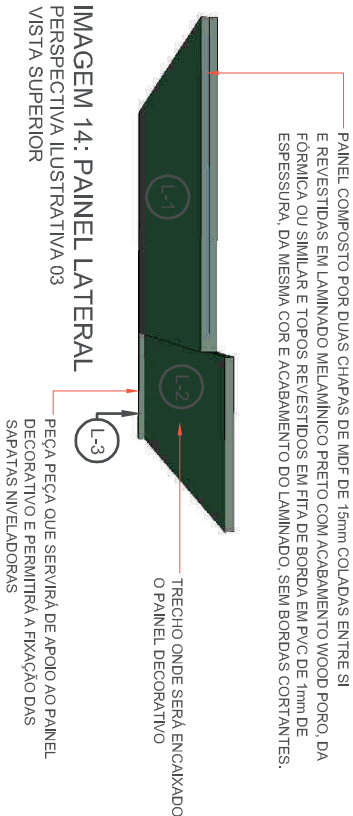


IMAGEM 14: PAINEL LATERAL
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 03
VISTA SUPERIOR

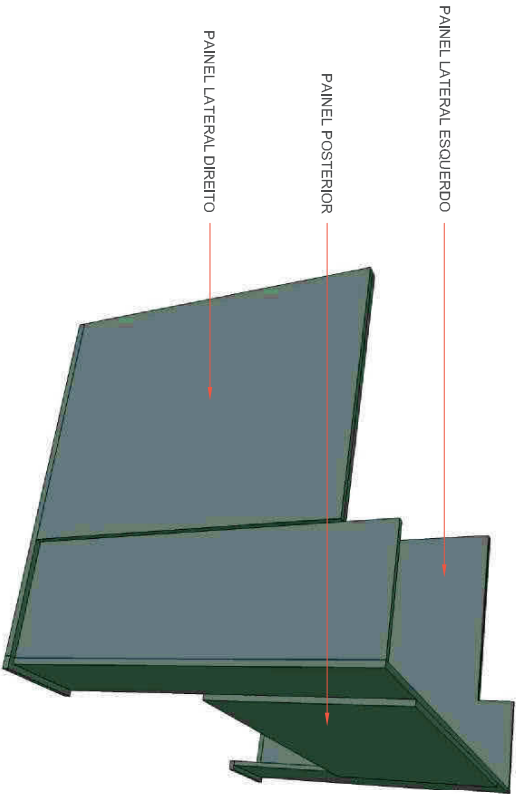
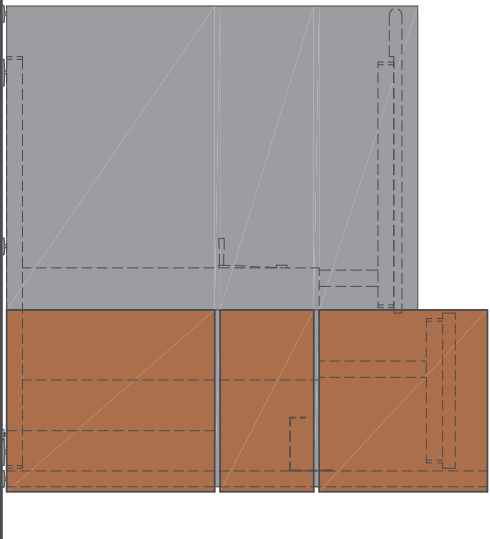
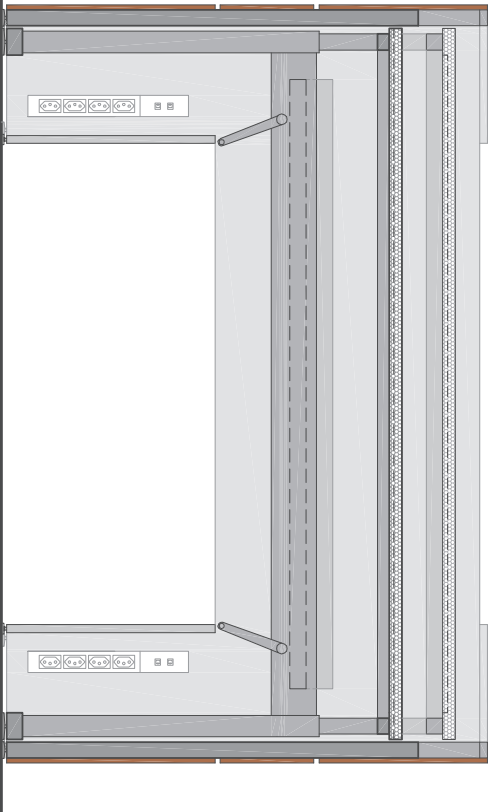
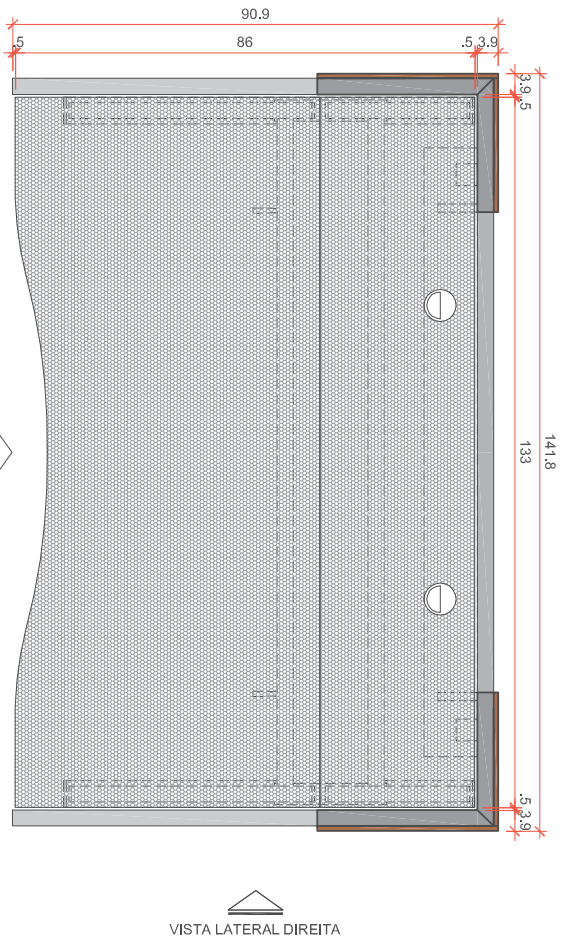


IMAGEM 16: PAINÉIS LATERAIS E POSTERIOR
PERSPECTIVA ILUSTRATIVA 02
(SEM PAINÉIS DECORATIVOS)

Tribunal Superior do Trabalho		ESCALA: sem escala
PROJETO:	LOCAL:	PRANCHA:
MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR	GABINETES DE MINISTROS	
DESENHO: CMAP	DATA: OUTUBRO/2016	
OBS.:		
- NAS PERSPECTIVAS ILUSTRATIVAS FOI REPRESENTADO O PAINEL LATERAL DIREITO. PARA O PAINEL LATERAL ESQUERDO, BASTA ESPELHAR TODA A ESTRUTURA.		
- A DESCRIÇÃO DAS PEÇAS NUMERADAS (L-1, D-L,...) ENCONTRA-SE NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.		
04/08		





Tribunal Superior do Trabalho		
PROJETO:	LOCAL:	OBS.:
MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR	GABINETES DE MINISTROS	
DESENHO:	DATA:	PRANCHA:
CMAP	OUTUBRO/2016	
ESCALA: indicada		07/08

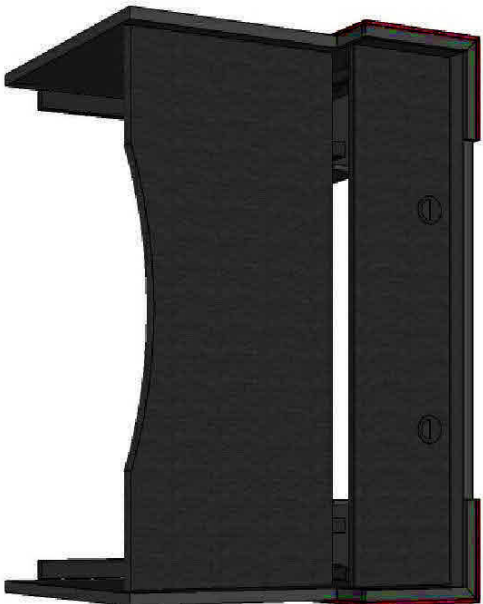


IMAGEM 17: CAIXA EXTERNA + MESA
PERSPECTIVA 01

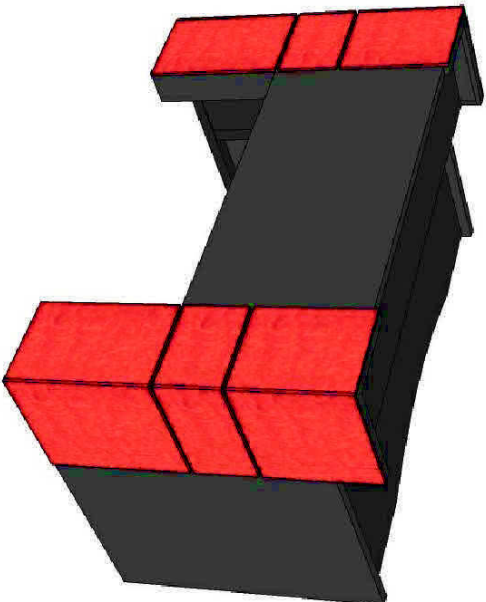


IMAGEM 18: CAIXA EXTERNA + MESA
PERSPECTIVA 02

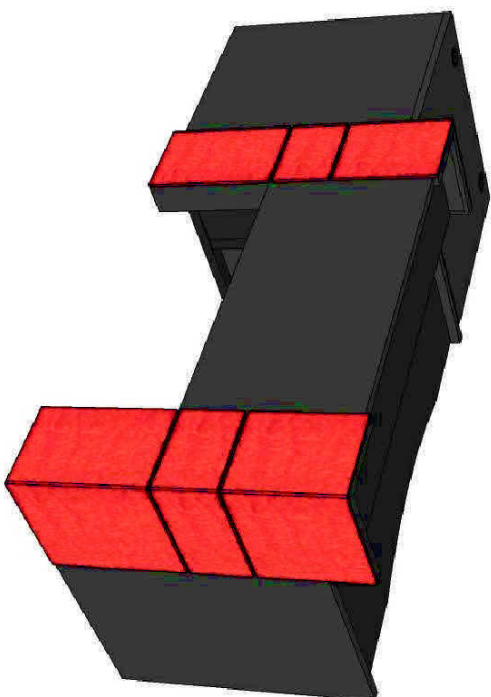


IMAGEM 19: CAIXA EXTERNA + MESA + MESA AUXILIAR
PERSPECTIVA 02

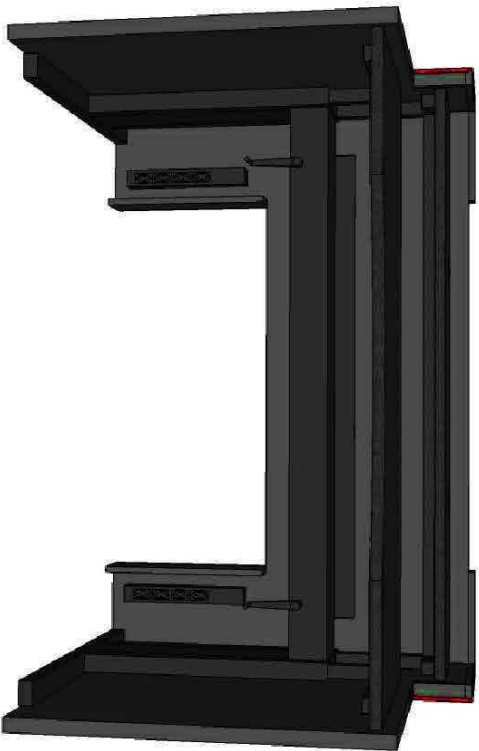


IMAGEM 20: CAIXA EXTERNA + MESA
PERSPECTIVA 03

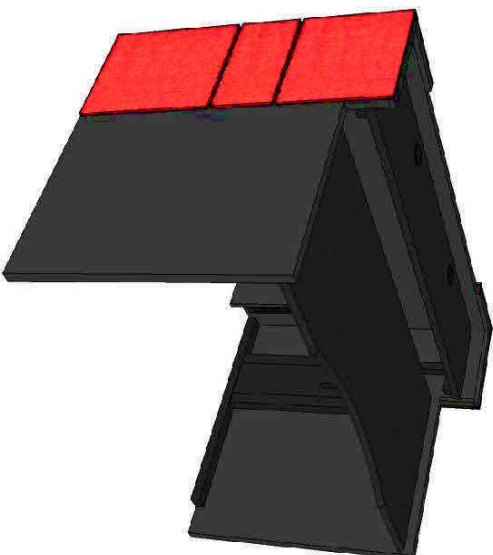


IMAGEM 21: CAIXA EXTERNA + MESA
PERSPECTIVA 04

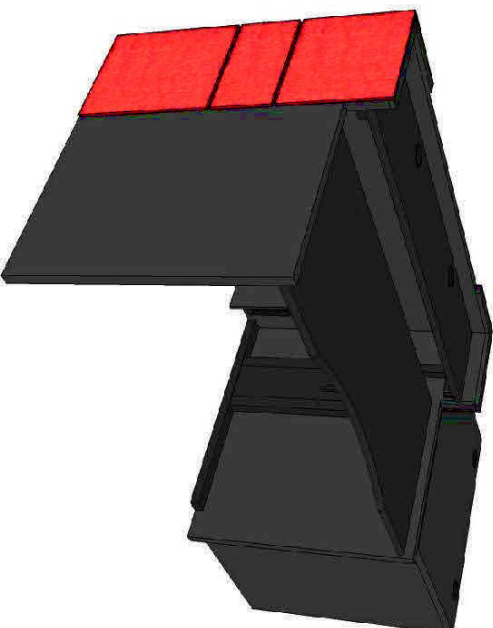


IMAGEM 21: CAIXA EXTERNA + MESA + MESA AUX.
PERSPECTIVA 04

Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO:

MESA ERGONÔMICA PARA COMPUTADOR

LOCAL:

GABINETES DE MINISTROS

OBS.:

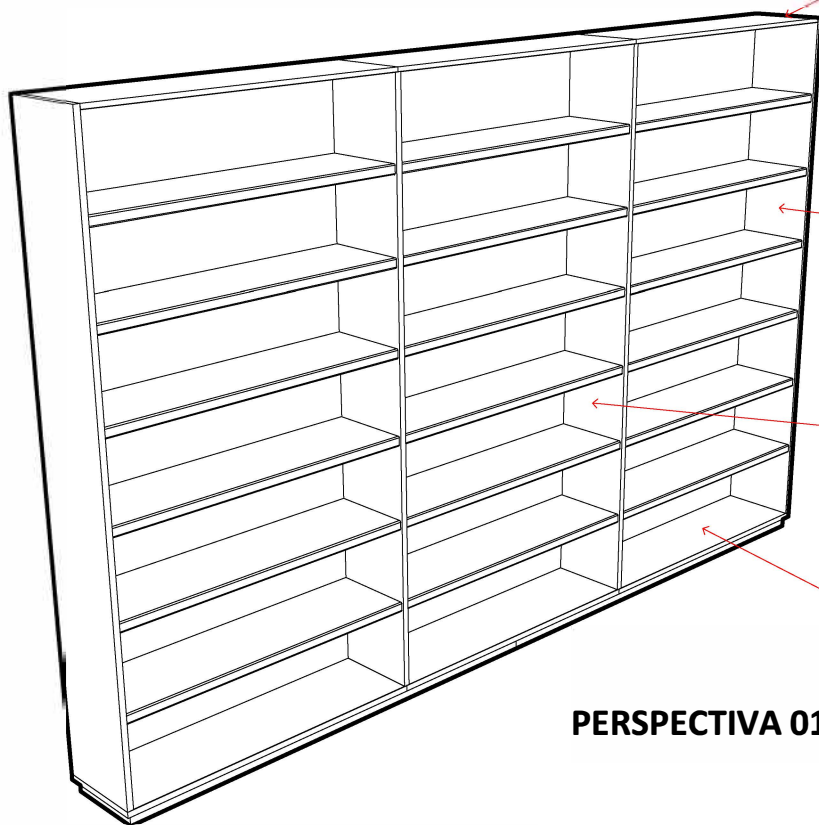


DESENHO: CMAP

DATA: OUTUBRO/2016

ESCALA:
sem escala
PRANCHA:

08/08



CHAPÉU (TAMPO)

CONFECCIONADO COM 03 CHAPAS DE MADEIRA MDF 18mm REVESTIDAS EM SUA FACES SUPERIORES E TOPOS COM LÂMINA DE MADEIRA PRÉ-COMPOSTA DE "ÉBANO LINHEIRO" (VERNIZ PU FOSCO). NAS FACES INFERIORES REVESTIMENTO EM LÂMINA DE MADEIRA "SAPELE POMELLE" (VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE)

LATERAIS

CONFECCIONADAS COM 02 CHAPAS DE MADEIRA MDF 25mm REVESTIDAS EM TODAS AS SUAS FACES E TOPOS EM LÂMINA DE MADEIRA PRÉ-COMPOSTA DE "ÉBANO LINHEIRO" (VERNIZ PU FOSCO).

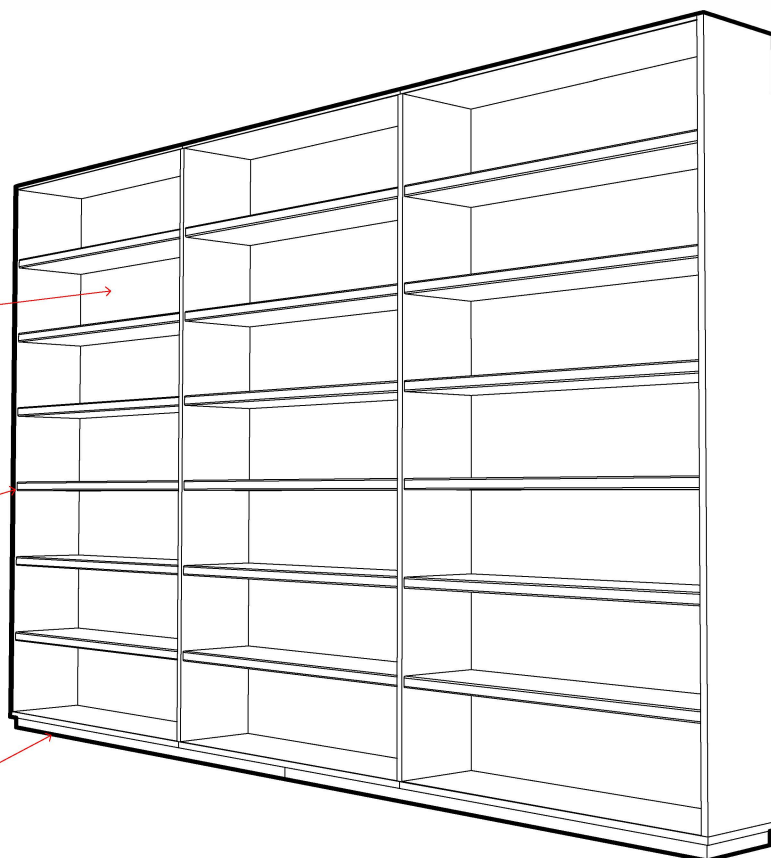
DIVISÃO

CONFECCIONADA COM 02 CHAPAS DE MADEIRA MDF 25mm REVESTIDAS EM TODAS AS SUAS FACES E TOPOS EM LÂMINA DE MADEIRA PRÉ-COMPOSTA DE "ÉBANO LINHEIRO" (VERNIZ PU FOSCO).

SÓCULO (BASE)

CONFECCIONADO COM 03 CHAPAS DE MADEIRA MDF 25mm REVESTIDAS EM SUA FACES INFERIORES E TOPOS COM LÂMINA DE MADEIRA PRÉ-COMPOSTA DE "ÉBANO LINHEIRO" (VERNIZ PU FOSCO). NAS FACES SUPERIORES REVESTIMENTO EM LÂMINA DE MADEIRA "SAPELE POMELLE" (VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE)

PERSPECTIVA 01



ENCOSTO

FUNDO EM MADEIRA MDF 15mm REVESTIDA COM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO REF: Fórmica L139 Platina ou Cinza Office Gray da Perstop ou similar.

PRATELEIRAS

COMPOSTAS DE QUADROS (GRADES) EM METALON DE AÇO 20x20mm REVESTIDAS COM 02 CHAPAS DE MADEIRA MDF CADA UMA. CHAPA SUPERIOR EM MDF DE 5,5mm E INFERIOR EM MDF 15mm. ENCABEÇAMENTO EM MDF 5,5mm COM BOLEADO ESPECIAL. REVESTIMENTO DO CONJUNTO EM LÂMINA DE MADEIRA "SAPELE POMELLE" (VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE)

RODAPÉ

QUADRO CONFECCIONADO EM METALON DE AÇO 50x20mm COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETO TEXTURIZADO. AO LONGO DO QUADRO UTILIZAR SAPATAS METÁLICAS REGULADORAS DE NÍVEL

PERSPECTIVA 02

NOTAS

1. As cotas estão em milímetros;
2. Todas as dimensões deverão ser checadas no produto acabado;
3. Para detalhes, ver pranchas específicas.



Tribunal Superior do Trabalho

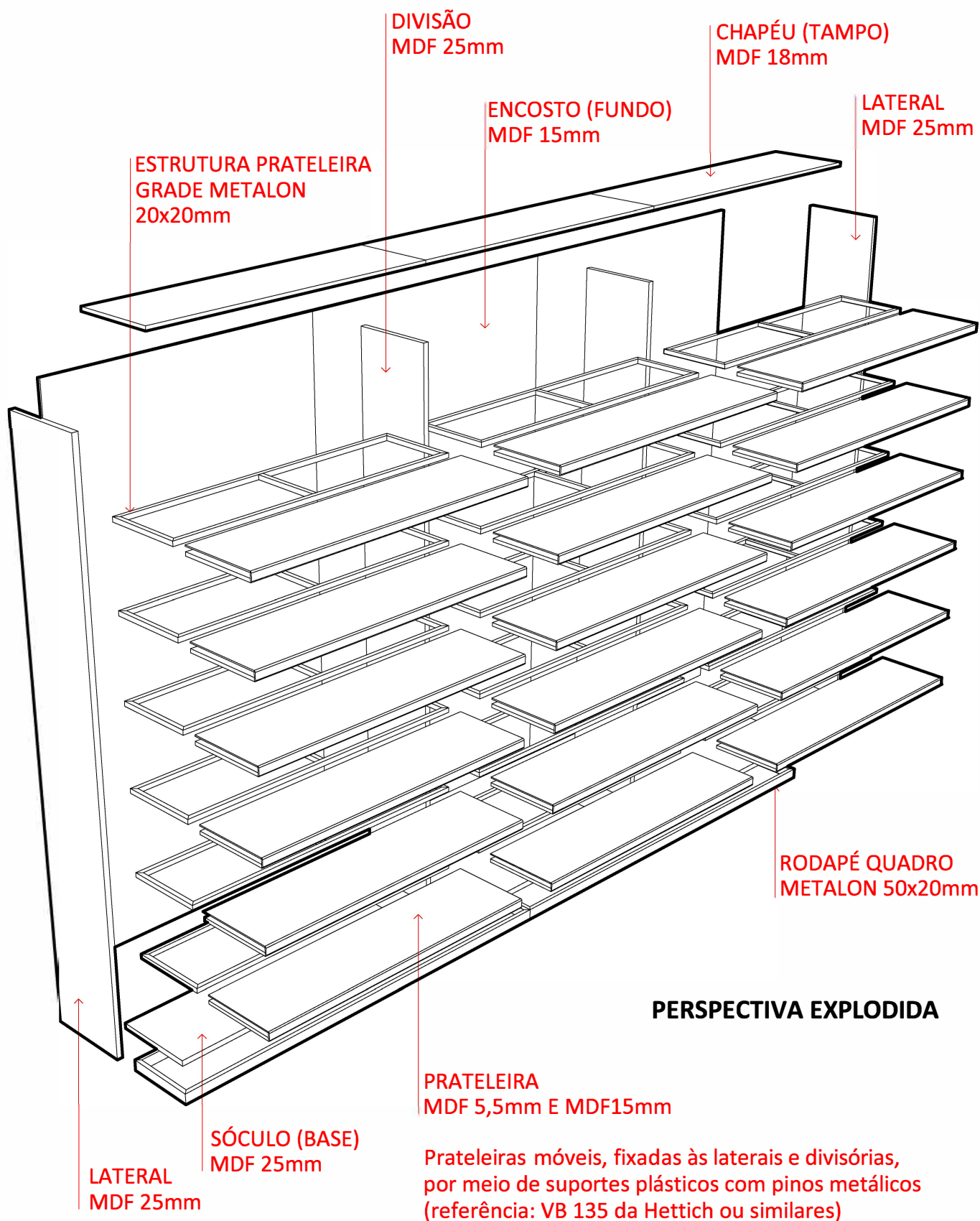
Produto: Estante para Livros

Prancha: Perspectivas

Projeto: CMAP

Data: Novembro 2022

01/04



NOTAS

1. As cotas estão em milímetros;
2. Todas as dimensões deverão ser checadas no produto acabado;
3. Para detalhes, ver pranchas específicas.



Tribunal Superior do Trabalho

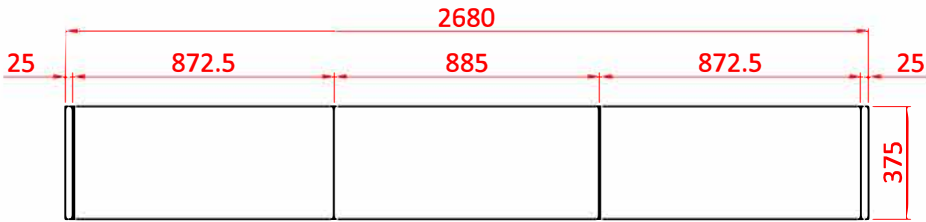
Produto: Estante para Livros

Prancha: Perspectivas

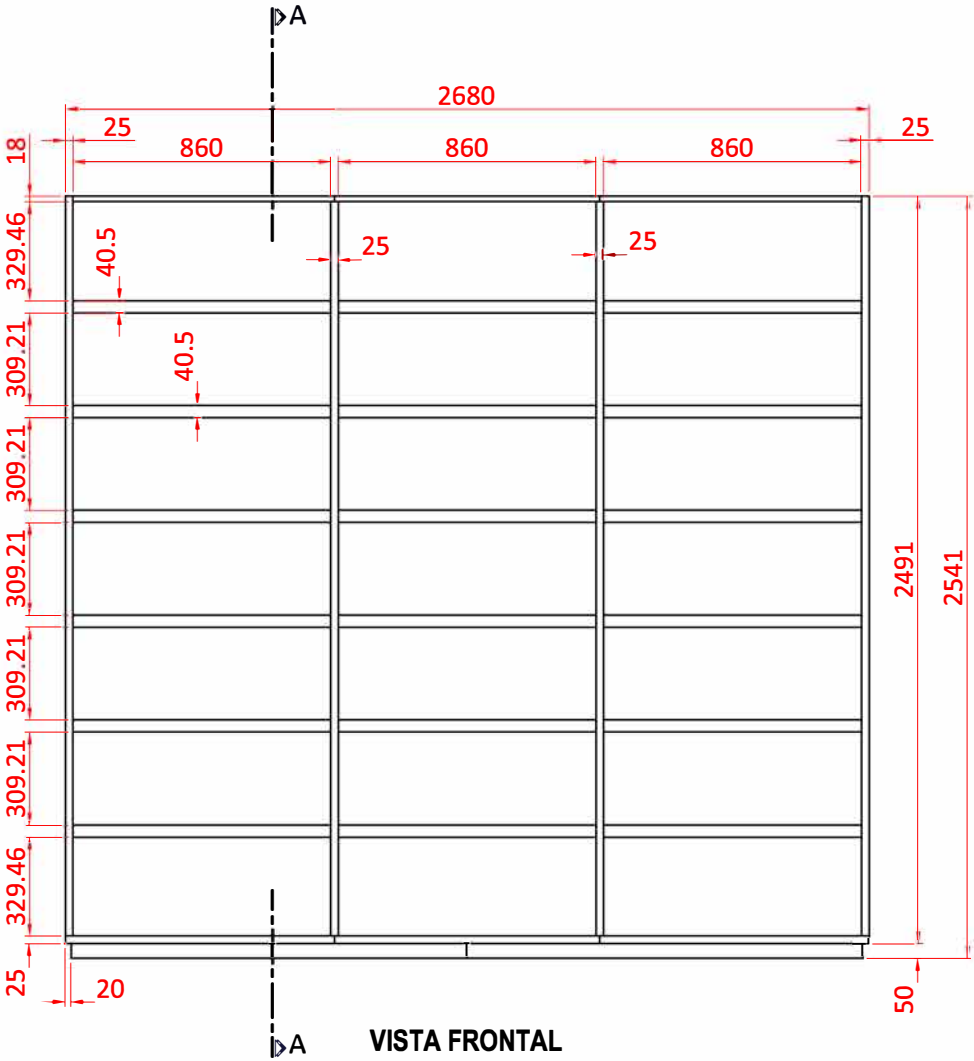
Projeto: CMAP

Data: Novembro 2022

02/04



VISTA SUPERIOR



VISTA FRONTAL

NOTAS

1. As cotas estão em milímetros;
2. Todas as dimensões deverão ser checadas no produto acabado;
3. Para detalhes, ver pranchas específicas.



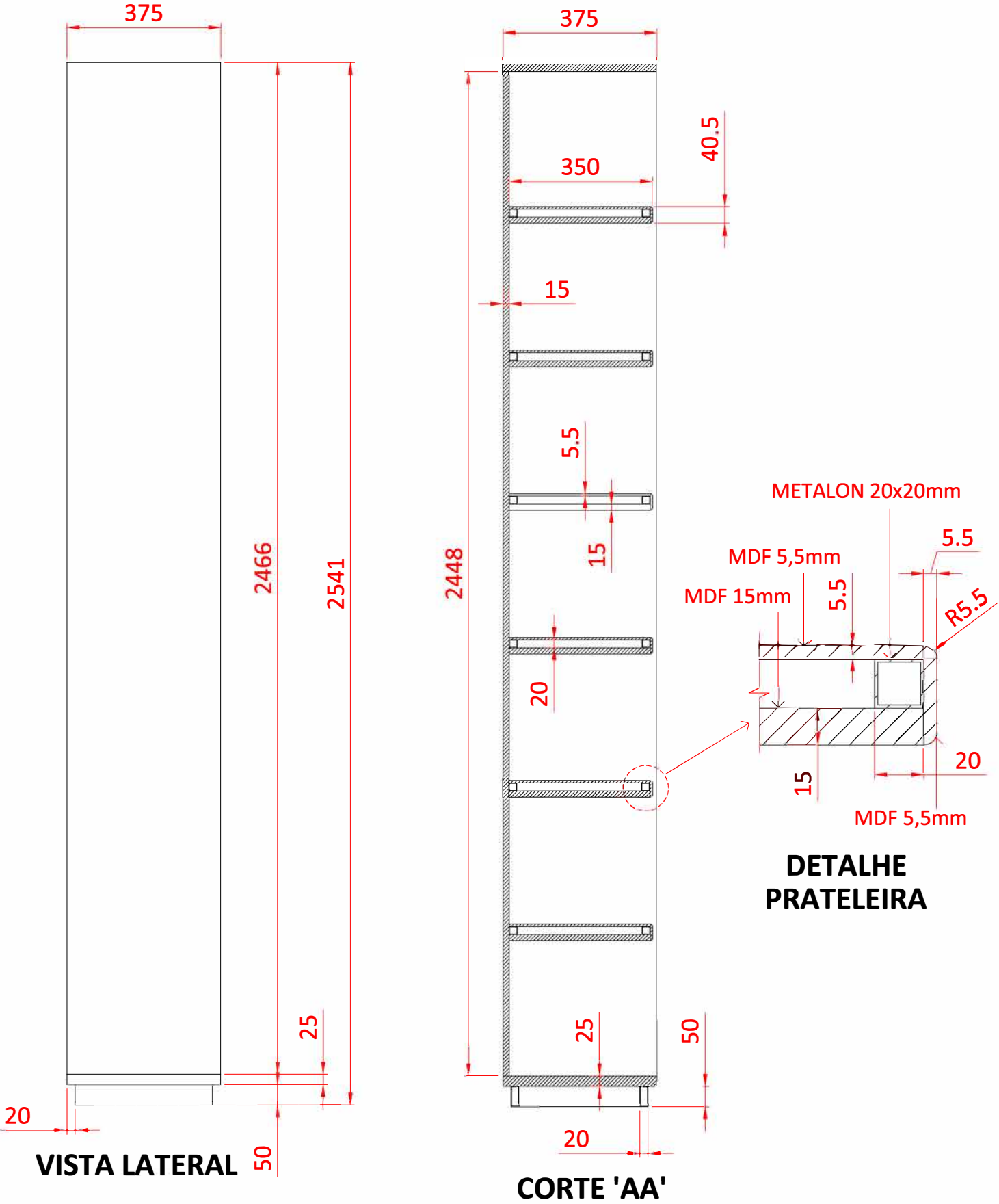
Tribunal Superior do Trabalho

Produto: Estante para Livros

Prancha: Vistas

Projeto: CMAP

Data: Novembro 2022



NOTAS

1. As cotas estão em milímetros;
2. Todas as dimensões deverão ser checadas no produto acabado;
3. Para detalhes, ver pranchas específicas.



Tribunal Superior do Trabalho

Produto: Estante para Livros

Prancha: Cortes e detalhes

Projeto: CMAP

Data: Novembro 2022

04/04



ANEXO III

CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DO OBJETO

1. Averiguação da adequação aos requisitos técnicos elencados no Anexo I e II deste Contrato;
2. O produto entregue poderá ser desmontado e submetido aos testes necessários, sendo devolvidos ao licitante em caso de reprovação no estado em que se encontrarem ao final da avaliação;
3. Será avaliado o acabamento geral como o revestimento, o alinhamento das junções e o alinhamento da estrutura;
4. Será reprovado o produto que:
 - 4.1. Após a realização da análise visual, ficar constatado que possui uma qualidade ruim ou sofreu ajustes pontuais para adequação ao projeto anexado neste Contrato.
 - 4.2. Apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica;
 - 4.3. Apresentar divergência ou qualidade inferior em relação às especificações técnicas;



ANEXO IV

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

Eu nome, nacionalidade, estado civil, cargo, inscrito (a) no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, declaro ter ciência da obrigatoriedade, a partir desta data, quanto ao cumprimento das regulamentações descritas na Política de Segurança da Informação do TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST), instituída por meio da Resolução CNJ nº 363/2021. Comprometo-me ainda a observar o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e cumprir o dever em salvaguardar a informação sigilosa e pessoal, bem como assegurar a publicidade da informação ostensiva, utilizando-as, exclusivamente, para o exercício de minhas atribuições sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

Para efeitos deste Termo, além das definições constantes do artigo 5º da LGPD, aplicam-se as seguintes definições:

Agente Público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, como: resultado de exames médicos; lista de nomes, e-mail dos servidores ou colaboradores do TST e respectivos dados, armazenados sob qualquer forma; Informações referentes a salários e benefícios dos servidores.

Informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade ou do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo, tais como: Sigilos Decorrentes de Direitos de Personalidade: Sigilo Fiscal, Sigilo Bancário, Comercial, Sigilo Empresarial, Sigilo Contábil; Sigilos de Processos e Procedimentos: Acesso a Documento Preparatório, Sigilo do Procedimento Administrativo Disciplinar em Curso, Sigilo do Inquérito Policial, Segredo de Justiça no Processo Civil, Segredo de Justiça no Processo Penal; Informação de Natureza Patrimonial: Segredo Industrial, Direito Autoral e Propriedade Intelectual de Programa de Computador, Propriedade Industrial. Serão, ainda, consideradas informações confidenciais todas aquelas que assim forem identificadas pelo TST, por meio de legendas ou quaisquer outras marcações, ou que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação, devam ser consideradas confidenciais.



Incidente de segurança: qualquer evento ou ocorrência que promova uma ou mais ações que comprometam ou que seja ameaça à integridade, autenticidade ou disponibilidade de qualquer ativo de TI do TST.

Proprietário da informação: refere-se à parte interessada do órgão ou entidade, indivíduo legalmente instituído por sua posição e/ou cargo, o qual é responsável primário pela viabilidade e sobrevivência da informação.

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Agentes de tratamento: o controlador e o operador;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;



Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

Eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

Transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitida por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

Órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e

Autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

Por este termo de responsabilidade e confidencialidade, comprometo-me a:

1. Não utilizar informações sigilosa (protegida por legislação específica) ou pessoal a que tiver acesso, para lograr benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros. Estas informações nos diversos formatos (impresso, magnético ou digital) devem ser tratadas com absoluta reserva em qualquer condição e não podem ser divulgadas ou dadas a conhecer a terceiros não autorizados, inclusive aos próprios usuários (servidores públicos, estagiários, prestadores de serviço ou terceirizados) do TST, sem a autorização do proprietário da informação;



2. Não efetuar gravação ou cópia da documentação sigilosa ou pessoal a que tiver acesso para fins diversos não relativos à função ou cargo;
3. Manter a necessária cautela quando da exibição de dados em tela, impressora ou na gravação em meios eletrônicos, a fim de evitar que deles venham a tomar ciência pessoas não autorizadas;
4. Não me ausentar da estação de trabalho sem encerrar a sessão de uso do navegador, bloquear estação de trabalho, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por terceiros;
5. Não revelar minhas senhas a ninguém, visto que são de uso pessoal e intrasferível e de conhecimento exclusivo, e tomar o máximo de cuidado para que elas permaneçam somente de meu conhecimento.
6. Alterar minha senha regularmente e sempre que obrigatório ou que tenha suspeição de descoberta por terceiros, não usando combinações simples que possam ser facilmente descobertas;
7. Responder, em todas as instâncias, pelas consequências das ações ou omissões de minha parte que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de minha senha ou das transações a que tenha acesso.
8. Não navegar em sites pornográficos, defensores do uso de drogas, de pedofilia ou sites de cunho racistas e similares ou realizar qualquer atividade tipificada como crime, bem como não fazer download de material protegido por direitos autorais ou com conteúdo impróprio;
9. Respeitar as normas de segurança e restrições de sistema impostas pelos sistemas de segurança implantados na instituição, bem assim observar as normas e limites para o tratamento de dados pessoais estabelecidos na LGPD.
10. Informar imediatamente à Secretaria de Tecnologia da Informação do TST (SETIN) e/ou ao controlador/encarregado dos dados pessoais, designado pela ComLGPD, a respeito de qualquer incidente de segurança da informação, ou relacionado ao tratamento de dados pessoais, ou violação, intencional ou não, das regras descritas na Política de Segurança da Informação e normas legais e regulamentares correlacionadas.

De acordo com o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2.848, de 1940) constitui infração inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000).

A observância da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, com apoio na legislação federal e nas normas regulamentares que regem a matéria, possui caráter irrevogável e irretratável, e vigência enquanto a confidencialidade das



informações/dados por mim tratados persistir, na forma da Lei nº 13.709/2018 e demais legislação e normativos que disponham sobre a matéria.

Não será considerada quebra de confidencialidade a divulgação de informações ordenadas pela legislação ou por autoridade judiciária ou administrativa competente.

O não cumprimento deste Termo pelos agentes de tratamento de dados pessoais sujeitará os envolvidos a medidas disciplinares previstas na legislação de regência, observados o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo do envio das informações aos órgãos competentes para apurar eventual responsabilidade civil e criminal.

O não cumprimento deste Termo por pessoa física ou jurídica contratada constitui motivo para extinção do contrato com a prestadora, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, inclusive em relação aos prestadores ou terceirizados envolvidos na violação ou risco de violação de dados pessoais, sem prejuízo do envio das informações aos órgãos competentes para apurar eventual responsabilidade civil e criminal.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo, fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

Representante da empresa
(nome da empresa)



TERMO DE GARANTIA DO OBJETO
ANEXO V DO CONTRATO PE-22/2026 – CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO
(PROCESSO TST N.º 6026110/2025-00)

5. DA GARANTIA

- 5.1. A **[NOME DA EMPRESA]**, doravante denominada Concedente, garante os produtos por ela fabricados e/ou fornecidos, pelo período de XX (xxxx) meses, incluída a garantia legal, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do contrato.
- 5.2. Os três primeiros meses compreendem a garantia legal, e os XXXX meses restantes compõem a garantia contratual, que é complementar àquela.
- 5.3. A garantia compreende a substituição dos produtos e a mão-de-obra no reparo de defeitos de fabricação.
- 5.4. Somente um técnico autorizado pela Concedente está habilitado a reparar defeitos cobertos pela garantia, mediante apresentação da nota fiscal pelo usuário do produto.

6. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 6.1. A Concedente deverá prestar os serviços de assistência técnica e efetuar os consertos e/ou substituições que se fizerem necessários, durante o período de garantia, nos prazos fixados pelo TST, que serão contados do recebimento da solicitação formal feita pela Fiscalização.
- 6.2. A Concedente assumirá toda e exclusiva responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, não se admitindo que sejam atribuídos a técnicos ou a fornecedores os ônus de quaisquer problemas que porventura venham a ocorrer.
- 6.3. Caso o atendimento do chamado e/ou a execução do serviço de assistência técnica não sejam realizados dentro do prazo, a Concedente ficará sujeita à multa estabelecida neste termo de garantia e no edital da licitação correspondente.
- 6.4. A Concedente garante a existência de peças e componentes para reposição durante o período de garantia.

7. AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL NÃO COBREM:

- 7.1. Produtos ou peças que tenham sido danificados em consequência de remoção ou manuseio por pessoas não autorizadas;
- 7.2. Peças sujeitas ao desgaste natural, descartáveis ou consumíveis, bem como a mão-de-obra utilizada na aplicação das peças e as consequências advindas dessas ocorrências.

8. AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL FICAM AUTOMATICAMENTE INVALIDADAS SE:

- 8.1. O produto tiver sofrido alterações ou modificações estéticas e/ou funcionais, bem como tiver sido realizado conserto por pessoas ou entidades não credenciadas pela Concedente;
- 8.2. Os defeitos forem provocados pela utilização de material ou peças fora das especificações.



9. SANÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

- 9.1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços implicará multa correspondente a 0,5% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 15% (trinta por cento) do respectivo valor total.
- 9.2. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 18.1 do edital da licitação, como também a inexecução total do contrato, caso esteja vigente.